

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GUILHERME DE LUCA SOARES

MEMÓRIA URBANA: O OBSERVATÓRIO DA RUA XV DE NOVEMBRO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2018

GUILHERME DE LUCA SOARES

MEMÓRIA URBANA: O OBSERVATÓRIO DA RUA XV DE NOVEMBRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo do Departamento Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo – DEAAU, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giceli Portela Cunico de Oliveira

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

Memória Urbana: Observatório da Rua XV de Novembro

Por
GUILHERME DE LUCA SOARES

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 13 de Junho de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Boris Cunha
Universidade Positivo - PR

Prof. Paulo Almeida
UT FPR

Profa. Iaskara Florenzano
UTFPR

Prof. Giceli Portela (orientadora)
UTFPR

Dedico este trabalho aos meus pais.

“As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. Ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecem monótonas, a cidade parecerá monótona”.

(JANE JACOBS, 2011)

RESUMO

SOARES, Guilherme de Luca. **Memória urbana: o Observatório da Rua XV de Novembro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo embasar a proposta arquitetônica de um Observatório Cultural na Rua XV de Novembro, em Curitiba. Diante da caracterização histórica, social e identitária do logradouro, consolidado como importante espaço público da capital paranaense, revela-se o predomínio de pontos comerciais e de serviços em quase toda sua extensão, a consequente carência de áreas dedicadas ao lazer, contemplação e vivência, e ainda se constata a perda da vitalidade da via à exceção dos horários comerciais. Nessa perspectiva, o estudo fundamenta o projeto de uma torre de memórias em espaço subutilizado que, por meio de símbolos e ícones que fizeram ou fazem parte da própria Rua XV, ofereça à população não apenas o resgate do olhar à paisagem urbana, mas também empregue em suas intenções projetuais a valorização do patrimônio cultural, a diversificação de usos na região central da cidade e o fortalecimento da cultura local de modo a proporcionar uma visão mais atenta em relação aos fragmentos visuais que compõem este cenário curitibano. Para tanto, a pesquisa agrega conjuntos bibliográficos conceituais, estudos de caso e análises da realidade que evidenciam esta via como lugar representativo da memória da cidade e, igualmente, sustentam as diretrizes de desenho a fim de definir particularidades funcionais e preocupações de ordens espaciais, materiais e estéticas para o objetivo que aqui se propõe.

Palavras chave: Rua XV de Novembro; observatório cultural; memória; identidade; patrimônio.

ABSTRACT

SOARES, Guilherme de Luca. **Urban memory: The Observatory of XV de Novembro Street**. Term Paper (Bachelor of Architecture and Urbanism) – Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2018.

The objective of this Undergraduate Thesis is to establish the architectural proposal of a Cultural Observatory on XV de Novembro Street, in Curitiba. In view of the place's historical, social and identity characterization, consolidated as an important public space at the capital city of Paraná, it reveals the prevalence of commercial and service places in almost its entire extension, the consequent deficiency of recreation, contemplation and experiences focused spaces, furthermore, the lost of vitality at the place is observed, except for commercial hours. Based on this perspective, the work underlies the insertion of a memories tower at underused space, that will enrich urban landscape and will use in its project intentions: the appreciation of cultural patrimony, the diversification of purposes in the downtown, and the local culture strengthening, providing attention to Curitiba's visual fragments, all by using symbols and icons that are or were part of the street. Therefore, the study approaches conceptual bibliographic sets, case studies and reality analyses that evidence this street as a city memory representative place and also support drawing guidelines to define functional properties and spacial, material and esthetic concerns for its proposal.

Keywords: XV de Novembro Street; cultural observatory; memory; identity; patrimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cidade de Paris, França.....	20
Figura 2: Rio de Janeiro - Paisagem Cultural do Patrimônio Mundial	28
Figura 3: Instituto Moreira Salles Paulista	37
Figura 4: IMS, entorno.....	39
Figura 5: Térreo livre, IMS.....	41
Figura 6: Corte longitudinal	42
Figura 7: Planta do Pavimento Térreo.....	42
Figura 8: Planta do 2º Pavimento.....	43
Figura 9: Praça IMS, 5º pavimento.....	44
Figura 10: Praça IMS, conexão com a cidade.....	44
Figura 11: Planta do 6º Pavimento.....	45
Figura 12: Sala de exposições	45
Figura 13: Materiais predominantes, IMS.....	46
Figura 14: Fundação Iberê Camargo	47
Figura 15: Fachada FIC	49
Figura 16: Aberturas que enquadram a paisagem, FIC	49
Figura 17: Planta do Pavimento Térreo.....	50
Figura 18: Planta do 2º Pavimento.....	51
Figura 19: Rampas em balanço marcam a fachada do edifício, FIC.....	51
Figura 20: Circuito contínuo de visitação, FIC.....	52
Figura 21: Projeção Museu de Imagem e Som do Rio de Janeiro	53
Figura 22: Projeção do Boulevard vertical, MIS Rio	56
Figura 23: Composição da fachada.....	56
Figura 24: Planta do Pavimento Térreo.....	57
Figura 25: Planta do Subsolo	58
Figura 26: Planta do 4º Pavimento.....	58
Figura 27: Projeção do mosaico de Carmem Mirante na fachada posterior, MIS Rio.....	59
Figura 28: MIS Rio em obras.....	60
Figura 29: Planta de Curitiba, em 1850.....	68
Figura 30: Rua XV de Novembro, em 1860 Lama e cavalos	69
Figura 31: Planta de Curitiba, em 1894.....	70

Figura 32: Rua XV de Novembro, em 1913	72
Figura 33: Carnaval na Rua XV de Novembro, em 1905	73
Figura 34: Desfile cívico na Rua XV de Novembro, em 1904	73
Figura 35: A Cinelândia de Curitiba, final dos anos 1950.....	75
Figura 36: Rua XV de Novembro, meados dos anos 1960	76
Figura 37: Construção do Calçadão da Rua das Flores.....	78
Figura 38: Rua XV de Novembro e a construção do Calçadão, em 1972.	79
Figura 39: Galeria de Luz na Rua XV de Novembro, em 2012	81
Figura 40: Relógio da Praça Osório, no início da Avenida Luiz Xavier	85
Figura 41: A “Boca Maldita” de Curitiba	86
Figura 42: Comício do movimento Diretas Já, na Boca Maldita, em 1984	87
Figura 43: Bondinho da Leitura, em Curitiba	88
Figura 44: Quiosques da Rua XV de Novembro, em Curitiba	90
Figura 45: O Calçadão de Curitiba, na quadra entre a Alameda Dr. Muricy e a Avenida Marechal Floriano Peixoto	91
Figura 46: Torre de informação da Rua XV de Novembro, década de 1970....	92
Figura 47: O mural de Poty Lazzarotto na Rua XV	93
Figura 48: Edifício Manoel da Costa Cunha	94
Figura 49: O Antigo Louvre, em Curitiba	95
Figura 50: O Antigo Louvre, em Curitiba	96
Figura 51: Vista aérea do Edifício Moreira Garcez.....	97
Figura 52: Detalhes do Edifício Moreira Garcez.....	98
Figura 53: O Palácio Avenida, na década de 1980	99
Figura 54: O Palácio Avenida, na Luiz Xavier	100
Figura 55: O prédio histórico dos Correios e Telégrafos de Curitiba.....	101
Figura 56: Os Bares Mignon (1925) e Triângulo (1939) junto às coberturas de acrílico roxo que marcam a paisagem do Calçadão, e a Confeitaria das Famílias (1945).....	103
Figura 57: Fluxo de pedestres na Rua XV de Novembro, esquina com a Avenida Marechal Floriano Peixoto.....	107
Figura 58: Apropriações do Calçadão	108
Figura 59: Corrente Cultural na Boca Maldita, em 2013	109
Figura 60: Natal do Palácio Avenida, em 2016	110
Figura 61: Vista do terreno	114

Figura 62: Vista do terreno	114
Figura 63: Proposta de fluxograma e setorização	134
Figura 64: Disposição das áreas do programa de necessidades	135
Figura 65: Vista externa do Observatório da Rua XV.....	137
Figura 66: Vista da sala de exposições.....	138
Figura 67: Vista do percurso expositivo	139
Figura 68: Vista externa do Observatório da Rua XV.....	140

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Inserção urbana da sede do IMS Paulista.....	38
Mapa 2: Inserção urbana da sede da Fundação Iberê Camargo	48
Mapa 3: Inserção urbana do MIS Rio de Janeiro	54
Mapa 4: Inserção de Curitiba no Paraná e na R.M.C.....	62
Mapa 5: Inserção do Calçadão da Rua XV em Curitiba	64
Mapa 6: Recorte específico do Calçadão da Rua XV de Novembro	65
Mapa 7: Ícones da Rua XV de Novembro	85
Mapa 8: Uso e ocupação do solo na Rua XV de Novembro e entorno imediato	105
Mapa 9: Pontos de medição do fluxo de pedestres na Rua XV	107
Mapa 10: Vazios urbanos da Rua XV e entorno	113
Mapa 11: Inserção urbana da área de intervenção	113
Mapa 12: Área de Intervenção	115
Mapa 13: Terreno unificado.....	116
Mapa 14: Zoneamento	117
Mapa 15: Equipamentos públicos	120
Mapa 16: Transporte público.....	121
Mapa 17: Fluxos no entorno do terreno	123
Mapa 18: Gabarito, uso e ocupação do solo no entorno do terreno.....	124
Mapa 19: Mapa síntese do terreno.....	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fluxo de pedestres na Rua XV de Novembro	107
Tabela 2: Terrenos da área de intervenção	115
Tabela 3: Parâmetros de uso e ocupação do solo do Setor Especial de Pedestre (Luiz Xavier/ XV)	118
Tabela 4: Parâmetros de uso e ocupação do solo dentro do Anel Central	118
Tabela 5: Plano de ocupação preliminar proposto	128
Tabela 6: Programa de necessidades.....	130
Tabela 7: Dimensionamento do programa de necessidades	131
Tabela 8: Área total construída do projeto	133

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.3 JUSTIFICATIVAS	15
1.4 METODOLOGIAS	17
1.5 ESTRUTURAÇÃO	18
2. CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA	20
2.1 A PERCEPÇÃO DE LUGAR: GENIUS LOCI	20
2.3 MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO	28
3. ESTUDOS DE CASO	37
3.1 INSTITUTO MOREIRA SALLES	37
3.2 FUNDAÇÃO IBERÊ CAMARGO	47
3.3 NOVA SEDE DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DO RIO DE JANEIRO	53
4. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	61
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	61
4.2 A CONSTRUÇÃO DO LUGAR: CONTEXTO HISTÓRICO DA RUA XV DE NOVEMBRO	66
4.3 O ÍCONE CURITIBANO: SÍMBOLOS DA RUA XV	82
4.4 RELAÇÕES DE USO E APROPRIAÇÃO	102
4.5 A DEFINIÇÃO DO TERRENO	110
5. DIRETRIZES PROJETUAIS	125
6. PROPOSTA	136
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
APÊNDICE A – PRANCHAS DO PROJETO	151

1. INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA

O trecho histórico da Rua XV de Novembro, composto por fragmentos visuais que significam e contam a história de Curitiba, compreende o assunto central desta monografia, cujo objetivo principal é fundamentar o projeto arquitetônico de um Observatório cultural, ou ainda uma torre de memórias que funcione como lugar de leitura deste logradouro tão importante e simbólico da cidade.

Houve um tempo em que toda Curitiba passeava pela Rua XV, Rua das Flores, Rua da Imperatriz. Palco dos mais diversos acontecimentos citadinos, e causa de alguns deles, a via, desde o século XVII, quando a capital ainda era a Vila Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, apresenta-se como um “microcosmo social”. Suas características e peculiaridades possibilitam analisar não apenas o processo de desenvolvimento urbano, mas também as lembranças da vida cotidiana, a formação da identidade curitibana e o valioso patrimônio cultural que retrata, em sua materialidade, os tempos passados.

Foi a primeira rua a ser calçada, a receber os primeiros lampiões, depois iluminação a gás, elétrica, paralelepípedo, asfalto. Nos anos 1800, a presença de clubes, livrarias, jornais, teatros, cafés e confeitarias fez deste local o centro catalisador dos eventos culturais da cidade; mais tarde chegariam os cinemas, os bancos, os automóveis, as charmosas vitrinas, os luminosos, o congestionamento, o primeiro calçadão do Brasil. Ponto antigo do *footing* de domingo, do encontro de estudantes e aposentados, da realização de espetáculos públicos, hoje a Rua XV de Novembro consolida-se como um lugar de memórias, composto por emaranhado de ícones, símbolos, imagens, fragmentos que contam a história de Curitiba, retratam suas transformações e emolduram a alma de seus habitantes.

Neste cenário, o comércio local, dinâmico e sofisticado, teve um papel de destaque: lojas de louças e chapéus, artigos importados e móveis de fina confecção enriqueceram algumas pessoas, levaram outras à falência,

provocaram conflitos e, por último, infelizmente, favoreceram o fenômeno da especulação imobiliária. Segundo MACEDO (1996), a necessidade de grandes ambientes para estoques materiais levou a “expulsão” de moradores que antes habitavam os pavimentos superiores de sobrados ecléticos e, como consequência, a Rua XV transformou-se num espaço estritamente mono funcional. Vocação contemporaneamente evidente, uma vez que cerca de 80% de tudo existente no logradouro corresponde a pontos de comércio e serviço; um verdadeiro shopping a céu aberto que não possui espaços de lazer e valorização do patrimônio local, e igualmente não gera vitalidade urbana para além dos horários comerciais.

Com base neste contexto, considerando a Rua XV de Novembro um espaço predominantemente comercial, com muitas camadas históricas, variadas leituras e poucas áreas de contemplação e vivência, tem-se o problema central da pesquisa, descrito na seguinte questão: “como catalisar ícones históricos e fragmentos visuais da Rua XV de Novembro em espaços que instiguem a curiosidade sobre o passado e o futuro da via e de Curitiba, alavanquem a cultura local e diversifiquem o uso no logradouro? ”. A partir deste problema, formula-se a hipótese que norteará todo o trabalho: a inserção de um observatório cultural que funcione como palco de leitura da Rua XV de Novembro pode contribuir para a preservação da memória e identidade curitibana, resgatar o olhar para o espaço urbano e incentivar o conhecimento acerca da cultura local.

1.2 OBJETIVOS

Diante da hipótese exposta, constitui-se o objetivo geral deste trabalho: desenvolver o projeto arquitetônico de um observatório, um edifício torre dedicado às memórias visuais da Rua XV de Novembro que, por meio de elementos que fizeram ou fazem parte deste logradouro, ocultos ou eschachados, possam promover a reapropriação simbólica do lugar, criar relações cognitivas com o espaço urbano e incentivar a vitalidade da região central para além do horário comercial.

Visando atingir este objetivo principal, lista-se os seguintes objetivos específicos:

- a. Entender como um espaço é percebido, apropriado e transformado em lugar afetivo pela população;
- b. Estudar sobre patrimônios culturais, a importância da memória social e como suas relações formam a identidade urbana;
- c. Compreender a Rua XV de Novembro, seus aspectos históricos, usos e atividades cotidianas, identidades e necessidades contemporâneas;
- d. Reconhecer ícones, marcos e edificações que definem a área de estudo como lugar simbólico e identitário da memória local;
- e. Identificar e eleger espaço subutilizado no entorno da região analisada para que possa abrigar áreas de cultura, lazer e convívio;
- f. Diagnosticar condicionantes, deficiências e potencialidades do local escolhido, considerando a análise do fluxo de pedestres e veículos, uso e ocupação do solo, gabaritos e entorno;
- g. Pesquisar referências correlatas ao tema em relação a sua inserção urbana, programa de necessidades e qualidades espaciais;
- h. Propor as principais diretrizes projetuais para ocupação otimizada da área de intervenção;
- i. Criar espaço de parada, contemplação e leitura urbana que, por meio da arquitetura, promova o resgate histórico da Rua XV e contribua com a vitalidade da região central.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A Rua XV de Novembro, em Curitiba, objeto de estudo deste trabalho, embora seja identificada como um dos espaços públicos mais simbólicos e tradicionais da capital paranaense, atualmente sofre com a falta de vitalidade em horários além dos comerciais. A exemplo do que ocorre no restante do centro da cidade, o logradouro consolida-se como ponto de comércio e serviço e, na falta de usos e atividades diversificadas, não apresenta a mesma dinâmica urbana em

variadas horas e dias da semana. Enquanto, segundo o IPPUC¹, cerca de 140 mil pessoas circulam pelas suas calçadas em períodos comerciais, ou seja, nos dias de semana, das 08:00 às 19:00, em períodos não comerciais, noites e finais de semana, o espaço fica praticamente desertificado, com exceção de épocas em que a via é utilizada para algum evento específico, programado e organizado para atrair determinado público.

A consolidação de atividades econômicas praticamente únicas em quase todo o calçadão e a carência de áreas de vivência e lazer, bem como de espaços que levem a contemplação da própria Rua XV de Novembro e dos ícones que a caracterizam, a transformou num centro de passagem de pedestres que, na correria do dia a dia, não captam pitorescos detalhes da história local. E nessa perspectiva, como afirma MENDES (2006), o olhar do habitante, aquele que circula apressado pela rua, muitas vezes deixa de perceber valores importantes da paisagem urbana, elementos que contam não só o passado da cidade, mas que igualmente identificam a cultura local, o modo de vida cotidiano. Provoca-se, portanto, uma perda na relação que se estabelece com o meio em que se vive; é como se a cidade deixasse de existir.

Aquela que antes fora a principal artéria da capital paranaense, ao invés de um lugar de descanso e entretenimento, transfigura-se, recentemente, num espaço inadequado a novos tipos de identidades e relações (SILVA et al, 2012). Sobre este novo contexto da Rua XV de Novembro, Vandir Franquetato, gerente da Confeitaria das Famílias, fundada em 1945 e um dos mais antigos pontos comerciais remanescentes do logradouro, afirma: “agora as pessoas passam correndo, com pressa, e nem se olham direito. Entram nas lojas, compram alguma coisa, saem e pegam o ônibus. De vez em quando fazem um lanche” (JORNAL GAZETA DO POVO, 2006). Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo², no Calçadão da Rua das Flores, em junho de 2006, o advogado Elói Tranbosi ainda exprime: “A rua está passando por uma mudança. Ficou mais comercial e

¹ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

² Disponível no acervo da Casa da Memória: Fundação Cultural de Curitiba.

menos divertida. Quando você tinha os cinemas, restaurantes e confeitarias o ambiente era diferente”.

No entanto, a Rua XV de Novembro pode surpreender a quem se permite passear pelas calçadas de petit-pavé com um pouco mais de tempo. Imóveis históricos, prédios emblemáticos, mesas, cadeiras e quiosques, a sala de estar curitibana, reduto dos “cavalheiros” da boca maldita, enfim, fragmentos que contam a história da cidade, da memória local e da identidade de seus habitantes estão presentes neste espaço, e por isso, devem ser contemplados, preservados, compreendidos.

Em face do problema apresentado, considerando a Rua XV lugar de atividades e acontecimentos diversos do cotidiano, e por conseguinte, portador de memórias que o vincula às imagens do passado, às lembranças da vida cotidiana e à afetividade da população em relação à Curitiba, e entendendo as propostas de requalificação e recuperação desses espaços como alternativas para a melhoria da vida nas cidades (BORTOLOZZO, 2016), a criação de um observatório cultural, uma torre de memórias da Rua XV de Novembro que valorize a história do logradouro, instigue a curiosidade da população com as memórias da cidade, e devolva ao curitibano áreas de convívio na região central da cidade, torna-se, portanto, tema relevante como objeto de pesquisa.

1.4 METODOLOGIAS

Para o desenvolvimento da monografia e a necessidade de atingir-se os objetivos pré-estabelecidos, empregou-se três tipos de procedimentos metodológicos: exploratório, descritivo e analítico.

O primeiro consistiu no levantamento de referencial teórico, por meio de livros, artigos científicos, teses, dissertações, revistas, jornais e *web grafia*, com a intenção de compreender conceitos, abordagens e discussões que caracterizam o objeto de estudo, ou seja, a Rua XV de Novembro como lugar afetivo da memória curitibana. Levantou-se também estudos de caso, a partir de

referências que apresentam aspectos conceituais ou programáticos próximos a proposta dessa pesquisa, para possibilitar a fundamentação do tema e o embasamento das diretrizes propostas para o desenvolvimento do observatório local.

A pesquisa descritiva, empregada na etapa da interpretação da realidade, além de repertório bibliográfico, consistiu no levantamento de dados históricos, urbanísticos e estatísticos, documentos, consultas em órgãos públicos e pesquisa de campo com observações in loco, a fim de qualificar a Rua XV de Novembro, seus usos atuais e remanescentes, atividades cotidianas, usuários, fragmentos históricos e evolução no contexto urbano de Curitiba desde sua formação histórica. Por fim, a análise e síntese dos resultados obtidos nas etapas anteriores estabeleceu diretrizes projetuais pertinentes para o desenvolvimento da proposta arquitetônica deste Trabalho de Conclusão de Curso.

1.5 ESTRUTURAÇÃO

A monografia que segue divide-se em revisão da literatura, análise de estudos de caso, interpretação da realidade e diretrizes projetuais a serem tomadas para efetiva proposta do Observatório da Rua XV de Novembro.

Nesta estrutura, o capítulo 2.1 apresenta definições teóricas a respeito da percepção do espaço e do lugar, aponta seus significados e valores, aborda o conceito de *genius loci*, explica como formam-se os laços afetivos das pessoas em determinado ambiente e, finalmente, busca compreender a correspondência afetiva do curitibano com o calçadão histórico. Posteriormente, no capítulo 2.2 exploram-se os pensamentos de memória urbana e identidade social, expõem-se noções de patrimônio cultural, material e imaterial e indicam-se as relações que determinam valores simbólicos de lugares, objetos, monumentos e tradições para as sociedades.

Em estudos de caso, busca-se analisar, por meio de obras correlatas, aspectos contextuais, funcionais, ambientais, construtivos e estéticos a serem

considerados na etapa de elaboração das diretrizes projetais deste Trabalho de Conclusão de Curso. Para tanto, elencou-se, em função do programa de necessidades, da tectônica e materialidade, da inserção do edifício com a cidade e seus habitantes, três projetos culturais que compõe ou irão compor a paisagem urbana brasileira: o prédio do Instituto Moreira Salles, em São Paulo, a sede da Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre, e novo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, na praia de Copacabana.

Na sequência, o item interpretação da realidade caracteriza a Rua XV de Novembro, explica sua evolução histórica, aponta ícones que a definem como lugar identitário da memória curitibana, analisa suas formas de apropriação e ainda obtém subsídios para a escolha da área de intervenção. O 5º capítulo, a partir de reflexão dos dados e informações estudadas durante toda a monografia, esboça as principais propostas arquitetônicas desenvolvidas no futuro observatório da Rua XV de Novembro. Posteriormente, o 6º capítulo ilustra a concepção final da qual este trabalho se dispõe, ou seja, o projeto do edifício torre de memórias. Por fim, no último capítulo, faz-se as considerações finais da pesquisa e apresenta-se um panorama em relação aos objetivos e hipóteses formuladas no início do estudo.

2. CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA

2.1 A PERCEPÇÃO DE LUGAR: *GENIUS LOCI*

“A cidade não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura. Se, em linhas gerais, ela pode ser estável por algum tempo, por outro lado está sempre se modificando nos detalhes” (KEVIN LYNCH, 1992).



Figura 1: Cidade de Paris, França.

Fonte: Disponível em <<https://goo.gl/mqtqGZ>>

O que é lugar? Ou melhor, como um lugar é percebido, apropriado, transformado? A partir destas inquietações, também frequentes nas mais diversas áreas do conhecimento e abordagens teóricas, o capítulo que segue apresenta alguns aspectos teóricos referentes à percepção do espaço e, por conseguinte, busca compreender a correspondência afetiva do curitibano com a Rua XV de Novembro, símbolo histórico da identidade local.

Segundo SCHULTZ (2006), o mundo da vida cotidiana, caracterizado por fenômenos físicos, concretos, como as pessoas, as ruas, as casas, a própria

cidade, também compreende qualidades menos tangíveis, imateriais, como os valores, sentimentos e símbolos que se atribui a um dado contexto, isto é, o conteúdo da existência humana. Essas características, ao se inter-relacionarem, resultam no que se pode chamar de lugar, espaço que possui caráter, significado e identidade particular, igualmente compreendido como um conjunto tangível e material com peculiaridades de forma, textura, cor e sombra.

De acordo com CASTELLO (2015), a relação entre pessoas e espaços pode ser observada além do sentido material e concreto: existe igualmente um forte componente subjetivo e psicológico estabelecido entre estes dois elementos, no qual alguns grupos sociais “se sentem melhores” em certos ambientes. Para o autor, os espaços, ao se distinguirem na medida em que se tornam percebidos de maneira diferente, passam a ser compreendidos como detentores de qualidades, e, portanto, transformam-se em lugares. Ou seja, a construção do lugar parte de um processo de valorização espacial, atribuído à percepção que os indivíduos têm a respeito deste local, desenvolvida pela presença de estímulos ambientais que guardam não só a “natureza objetiva e material do ambiente, como igualmente sua natureza subjetiva, imaterial e imponderável”.

ALVES (2007) recorre, num primeiro momento, aos dicionários para compreender a diferença entre o espaço e o lugar. Enquanto o primeiro termo, do latim *spatium*, significaria a distância entre dois pontos, ou a área e o volume estabelecidos entre limites, o segundo, de *locus* ou *localis*, corresponderia a este espaço ocupado, habitado, apropriado. Nesta perspectiva, o lugar compreende ao espaço da “concreta manifestação do habitar humano”, que, na sua simples presença, o dota de valor e significados, seja para acomodá-lo fisicamente, seja para servir como palco de suas atividades cotidianas.

Vale ressaltar que muitas vezes o significado de espaço se incorpora com a própria definição de lugar, uma vez que as duas categorias não podem ser compreendidas uma sem a outra. Conforme ALVES (2007) *apud* TUAN (1983), o espaço, que começa indiferenciado, transforma-se em lugar à medida em que adquire definição e significado, torna-se familiar a grupo ou sociedade e passa a ser percebido como sítio humanizado. Portanto, o lugar, além de representar

valores considerados referenciais para determinados grupos em seus contextos históricos, constitui também em produto da experiência humana, dotado de um conjunto de símbolos, relações afetivas e memoráveis que a cultura local imprimiu nele (CASTRO, 2008).

Ao serem entendidos como “suportes concretos das atividades sociais”, estes espaços também exigem ambientes diferentes para que as expressões do cotidiano possam transcorrer plenamente. Mesmo que sejam semelhantes e estejam relacionadas às funções mais básicas do dia a dia, as relações sociais acontecem de formas variadas, exigindo assim espaços com propriedades diferentes que advém de múltiplas culturas e ambientes (D. PAIVA, 2009). Em consequência disso, as cidades e as casas, por exemplo, consistem numa multiplicidade de lugares. Igualmente, os espaços, ao se diferenciarem em suas formas e características, constituem-se em lugares de diversas escalas e contextos. É o caso de uma sala de aula preferida: um lugar inserido num lugar maior, a escola, implantado em outro, toda uma cidade. Independente da hierarquia, estes carregam referenciais para um grupo ou toda a sociedade (CASTRO, 2008).

Em se tratando de espaços e relações sociais, TSCHOKE et al (2013) afirmam que apropriação de um espaço está relacionada aos laços afetivos e simbólicos estabelecidos entre as pessoas em determinado ambiente. Uma quadra esportiva, por exemplo, que por meio de sua planta só corresponderia a representação gráfica desse tipo de arquitetura, adquire significado e sentido através dos processos e práticas sociais ali realizadas. O espaço transforma-se em lugar “quando é preenchido por experiências e vivências relacionadas tanto aos sentimentos de dependência quanto de liberdade”.

Neste contexto, o termo espaço refere-se aos locais físicos onde as atividades são realizadas, representados por objetos, móveis, edificações, a materialidade e o objetivo, concreto, enquanto o termo lugar diz respeito ao conjunto deste espaço e as relações que nele se estabelecem, as quais envolvem afeto, simbolismo, relações interpessoais, o abstrato e o subjetivo. Ou seja, entende-

se o lugar como a soma dos diferentes espaços e as relações neles e entre eles estabelecidas.

A singularidade que caracteriza o lugar reside no fato dele ser algo socialmente construído, que reflete normas sociais, representações culturais, hábitos, rituais que contam as experiências vividas. Ou seja, são espaços que refletem os acontecimentos, fenômenos, ações e relações planejadas, construídas e apropriadas pelos indivíduos que ali se estabelecem. Vale ressaltar que mesmo um espaço planejado para ser apropriado de determinada maneira, pode ser resignificado pelos seus indivíduos, que podem aceitar ou não esse plano. Portanto, a relação espaço, tempo e indivíduo é dinâmica, e o espaço e o lugar são componentes básicos deste mundo vivido (TSCHOKE et al, 2013).

Para SCHNEIDER (2015), os lugares, ao serem entendidos como espaços que apresentam fortes vínculos sociais e culturais, constituem-se em ambientes de existência, da relação do indivíduo com o grupo que o cerca. É o espaço vivido, do cotidiano, que carrega a memória e a afetividade de toda uma população. “Inclui ainda a possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza”. Conforme o autor, o lugar apresenta uma qualidade essencial, compreendida no seu poder de estabelecer relações espaciais com as intenções, os comportamentos e as experiências humanas ali vividas. Portanto, ele é o espaço em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado, derivado de uma percepção ou sentimento de pertencimento e identidade.

Do mesmo modo, o lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou população. Nele, há um sentimento de pertencimento, identificação, ligação histórica entre coisas, objetos e a própria vida e cotidiano dos habitantes e, portanto, deve ser estudado através das relações e ligações subjetivas estabelecidas entre o indivíduo e o espaço que ocupa. No espaço estão intrínsecas as percepções individuais, os significados, as características e heranças culturais, símbolos, valores e identidades coletivas.

Uma vez que o lugar corresponde ao espaço ocupado e contemplado pelo homem, seja pela sua presença física ou simbólica, ALVES (2007) propõe a construção deste ambiente a partir de três atributos: “os espaciais, os ambientais e os humanos”. A primeira qualidade refere-se a morfologia do espaço, ao espaço tridimensional, formado pelas áreas, volumes, planos e proporções. Os componentes ambientais dizem respeito às propriedades climáticas do espaço, como latitude, longitude, altitude, luz natural, orientação solar, temperatura do ar, sons, etc. Por último, os atributos humanos representam a interação do homem nessa espacialidade, influenciando-o, modificando-o e tecendo-o de valores.

A medida que seu corpo explora esse ambiente, ele também o usufrui para “suas atividades e estabelece uma comunicação perceptiva”, concede valores e significados, apropria-se deste lugar e o guarda em sua memória, como numa rua, por exemplo:

A rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelo pedestre. O próprio ato de caminhar e a motricidade dos pedestres são um exemplo das formas de apropriação e de realização espacial do lugar. Caminhando o sujeito apropria-se das possibilidades permitidas pela configuração espacial do lugar (SCHNEIDER, 2015).

Portanto, apenas com a inter-relação entre estas três esferas, um espaço de fato torna-se em lugar. Sem os atributos humanos, o espaço se torna apenas um local onde as características espaciais e ambientais agem, não dotado de símbolos, representações e valores humanos. As características que de fato compõem o lugar são representadas pelo valor e o tempo atribuídos a um espaço, responsáveis pelas experiências vividas nele.

No entanto, se por um lado o lugar pode ser definido como espaço identitário, referencial e histórico, um edifício, uma paisagem, uma localidade que não possui essas características compõe o que é chamado de não lugar: uma espécie negativa do lugar, a própria ausência deste elemento, ambientes da

modernidade, indutores da pressa e da rapidez associada a não apropriação do espaço pelo indivíduo. De caráter transitório, esses espaços de passagem são ausentes de singularidades, como os aeroportos, rodoviárias, estações de metrô e supermercados, prontos para atender e receber, mas que não causam reconhecimento ou possíveis laços de apropriação dentre seus usuários (ALVES, 2007).

Da mesma forma, SCHNEIDER (2015) aponta que estes espaços são aqueles com os quais o sujeito não consegue estabelecer vínculos relacionais durante a sua ocupação. Os não lugares são, portanto, vazios no sentido para aqueles que ocupam ou habitam. Em sua expressão urbana ou arquitetônica, apresentam espaços voltados ao consumo, à transitoriedade, que não promovem “relações sociais autênticas e genuínas”, mas sim na homogeneização dos ambientes e das experiências humanas. Os não lugares são resultados de projetos espaciais que desconsideram as forças e singularidades dos lugares, constituindo-se assim em ações uniformes e planejadas com objetivos práticos e funcionais.

Ainda no âmbito do lugar, NÓR (2013) afirma que “identificar e compreender seu espírito facilita o reconhecimento dos componentes materiais e imateriais que o caracterizam”. Essa abordagem remete a ideia histórica de *genius loci*³, conceito romano compreendido como o espírito do lugar, originalmente associado à uma divindade que se desenvolvia e se fortalecia no centro de um local. Na antiguidade, acreditava-se que todo ser possuía um *genius*, ou seja, um espírito guardião, que dava vida, caráter e essência as pessoas e aos lugares, acompanhando-os do nascimento à morte. Neste contexto, era fundamental que as pessoas estivessem em acordo com o *genius* de onde viviam, uma vez que sua sobrevivência dependia de uma boa relação com a localidade, tanto nos aspectos físicos quanto psíquicos (MARTINS, 2009).

³ *Genius loci* é um conceito romano, do latim, que significa Espírito do lugar.

Na expansão do Império Romano, um sacerdote era encarregado de identificar o suposto local de permanência do “deus” no território recém-conquistado. Depois de encontrado, este passava a ser o ponto central de cruzamento dos eixos perpendiculares *cardus* e *decumanus*, que configuravam o traçado de um novo assentamento humano, passando a ser também um local sagrado, dedicado às oferendas. Acreditava-se que o comportamento dos homens interferia nos poderes da divindade: se o “espírito do lugar” fosse negligenciado, seus moradores poderiam sofrer infortúnios, e, quando devidamente cultuado e reverenciado, ampliava-se sua capacidade de proteção (NÓR, 2013 *apud* ROSSI, 2001).

Segundo SCHULZ (2006), historicamente, o *genius loci* tem se mantido como uma realidade viva nos cenários sociais, expresso hoje como elemento básico da singularidade local e da relação entre culturas e os sítios onde estas se desenvolvem. Na mesma perspectiva, as manifestações simbólicas e os espaços apropriados e construídos pelas pessoas, ao expressarem o modo particular do desenvolvimento cotidiano, constituem-se em componentes capazes de identificar o espírito de um lugar. A noção de *genius loci* está, portanto, estreitamente vinculada à interação de componentes tangíveis e intangíveis nos ambientes naturais e nos espaços construídos, incorporando-lhes assim, um caráter “plural e polivalente”, com diferentes significações e singularidades (NÓR, 2013).

Nessa perspectiva, D. PAIVA (2009) afirma que é fundamental compreender os lugares como possuidores de um espírito e de uma identidade que os torna únicos, uma vez que estes estão diretamente relacionados às qualidades e aos significados que um lugar apresenta, base para a manifestação concreta da existência humana. Quando o *genius loci* é intenso, forte, consolidado, este espírito predomina acima das mudanças políticas sociais e culturais que um lugar passou, e resulta, por exemplo, em cidades como Roma, Paris ou Lisboa, caracterizadas por um espírito de lugar especialmente marcante. Para o autor, isto mostra que, além das mudanças que o tempo pode promover, a identidade e o caráter de um lugar podem-se manter e até mesmo serem fortalecidos,

tornando-se valores fundamentais que revelam a relação “dialógica” entre passado e presente por meio das permanências e transformações. Desta forma, segundo NÓR (2013), pode-se entender que o espírito do lugar confere um caráter vivo e permanente às paisagens culturais, passíveis de serem consideradas bem cultural e parte do patrimônio imaterial de uma sociedade.

PIRES (2008) também discorre sobre o caráter do lugar, determinado pela identidade própria dos objetos que o constituem, pelos fenômenos concretos que condicionam o habitar e pela identificação do ser humano com um ambiente espacial determinado. Nesse sentido, mais do que referências físicas e uma geometria tridimensional, o lugar é também campo perceptivo, compreendido mediante uma simbologia que particulariza sua especificidade. Enquanto o espaço mostra a estruturação tridimensional dos elementos que constituem o lugar, o caráter denota as suas propriedades mais compreensíveis. Estas duas categorias, quando associadas, relevam o espaço vivenciado, habitado e identificado como um coletivo humano.

Podem existir organizações espaciais semelhantes, mas que possuem caracteres muito diferentes, revelados pelo particular tratamento dos elementos definidores do espaço criado pelo Homem, do seu limite, e do seu ambiente natural envolvente. A própria organização espacial do Lugar põe certos limites à sua caracterização, o que torna os dois conceitos interdependentes. O espaço, para além da sua conotação com uma geometria tridimensional é, aqui, também, entendido como campo perceptivo (PIRES, 2008).

O caráter revela-se através de uma experiência que reconhece o lugar e constrói um ambiente identificável; a forma concreta dos elementos e objetos, por outro lado, dão uma definição espacial. No que foi exposto acima, observa-se que o lugar, mais do que uma localização espacial e abstrata, possui atributos sensíveis que manifestam sua essência e informam sua poética, efetivam a manifestação da existência humana e das relações sociais, bem como transmitem significados e percepções (SCHULZ, 2006).

2.3 MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz” (FERREIRA GULLAR).



Figura 2: Rio de Janeiro - Paisagem Cultural do Patrimônio Mundial

Fonte: Pablo Barros. Disponível em <<https://goo.gl/eFjpCE>>

Este capítulo apresenta uma revisão conceitual que aborda noções de patrimônio, identidade e memória. Como afirma ZIMMERMANN (2006), a memória e a identidade urbana são elementos que determinam os valores simbólicos de objetos, monumentos e da cultura intrínseca a um espaço da cidade. Este, por sua vez, quando caracteriza as relações sociais, produtivas e culturais de várias épocas, constitui um valioso patrimônio cultural para a sociedade. É o caso do Calçadão da Rua XV de Novembro, objeto de estudo deste trabalho, que tombado como paisagem urbana do Paraná desde 1974⁴,

⁴ Bem tombado: Paisagem Urbana da Praça Osório, Avenida Luiz Xavier, Rua XV de Novembro e Praça Santos Andrade. Processo Estadual nº 45-1, inscrição nº 44, de 11 de março de 1974.

compõe lugar de atividades e acontecimentos diversos do cotidiano, e portanto, carrega memórias que o vincula às imagens do passado, às lembranças da vida cidadina e à afetividade da população em relação à Curitiba.

De acordo com LIMA (2012), a história da cidade, seja por meio de suas edificações, ruas, avenidas e tradições, também retrata a memória e a identidade de uma comunidade. Estes elementos, além de caracterizarem resquícios do passado, correspondem a “memória viva” do que a população é hoje, e servem de referência a todos aqueles que ali nascem ou crescem, aos laços sociais e a identidade que se estabelecem entre as pessoas. A preservação desse patrimônio, emocional, intelectual, material e cultural, deve-se a valorização e a conservação da memória coletiva, que se expressa, igualmente, mediante a conservação das paisagens, dos estilos arquitetônicos dos casarios, das igrejas, dos prédios públicos e dos monumentos históricos.

Para CASTRO (2008), as cidades retratam, em sua materialidade, a presença dos tempos. Mesmo quando entendidas como ambientes fragmentados, mutáveis, formados por diferentes indivíduos, desejos e projetos, elas correspondem também a um espaço constituído por dignos bens de proteção e manutenção de sua paisagem, ou parte dela: alvo de ações, como as de preservação do patrimônio cultural, que buscam aproximar e reunir valores e singularidades.

Historicamente, o termo patrimônio⁵, derivado do latim *patrimonium*, esteve relacionado ao conceito de herança familiar, ao colecionamento e à propriedade privada de bens materiais, reportando-se a um legado recebido dos antepassados e que deveria ser transmitido as gerações futuras (CHOAY, 2001). No entanto, ao longo das décadas, este significado estendeu-se aos recursos de grupos sociais, e o que até a primeira metade do século XX resumia-se às obras de arte, prédios, edificações históricas, monumentos e artefatos compreendidos como depósitos da essencialidade das classes dominantes, passou a incluir

⁵ Patrimônio: da palavra pater, que significa pai ou paterno; na origem, bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos (CHOAY, 2001).

também hábitos, usos, costumes, crenças, a forma de vida cotidiana da sociedade e a sua memória (MONASTIRSKY, 2009).

Segundo ALLIS (2008), a construção do conceito de patrimônio histórico remete a um processo longo e uma abordagem teórica relativamente recente, organizada a partir do século XIX, por meio das primeiras teorias e práticas de intervenção. O nacionalismo pós Revolução Francesa, que passou a preservar obras de arte, paisagens, objetos e símbolos, desenvolveu a concepção de propriedade comum e de que alguns bens formam a riqueza material e moral da nação. Nesse contexto, o patrimônio integrou-se a própria noção de identidade nacional, considerado referencial para a compreensão de fatos históricos e sociais. No Brasil, as primeiras propostas de preservação patrimonial surgiram entre as décadas de 1910 e 1920, ligadas à noção de que “certos objetos poderiam materializar o passado nacional de forma mais objetiva”, exemplificando ao brasileiro suas origens (ABREU e CHAGAS, 2003).

No final da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Unesco nos anos 1940, delineava-se a ideia de que havia um patrimônio cultural a ser preservado e que este não incluía apenas a história e a arte de cada país, mas um conjunto de realizações humanas nas suas mais diversas expressões (ABREU e CHAGAS, 2003). Desde então, o termo patrimônio histórico, cujo conceito enfatizava a materialidade, vem sendo substituído por um significado mais amplo, o chamado patrimônio cultural, entendido como os hábitos, costumes, crenças, a vida tangível e intangível em sociedade. Essa nova perspectiva de abordar o assunto, enriqueceu a própria noção de patrimônio que passou a englobar diversas paisagens, arquiteturas, tradições, expressões artísticas e sítios arqueológicos, agora valorizados pelas comunidades e organismos nas esferas local, nacional e até mesmo internacional (PEIXOTO, 2010).

A partir desta revisão conceitual, o patrimônio apresenta-se como uma construção coletiva, resultado de um processo simbólico de seleção e apropriação de elementos representativos dos bens materiais e imateriais, dos modos de vida, das práticas cotidianas e das manifestações que particularizam certo grupo (SIMÕES e CARVALHO, 2011). Segundo D. RODRIGUES (2011),

como atributo coletivo, ele é ainda unidade fundamental na formação identitária e, simultaneamente, a própria materialização dessa identidade na sociedade. É o conjunto de objetos, concretos, abstratos, que por serem considerados de interesse coletivo, são suficientemente relevantes para serem transmitidos as gerações futuras: expressam a identidade histórica e as vivências de um grupo, lembram acontecimentos importantes e estão intrínsecos na memória social.

No contexto urbano, o patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais, como igrejas ou palácios, mas abrange também imóveis particulares, traçados urbanos, paisagens naturais, obras de arte, peças de mobiliário, documentos escritos, enfim, um conjunto de bens materiais e imateriais. Nesta perspectiva, a memória e a identidade urbana se relacionam, principalmente, à preservação do patrimônio cultural numa comunidade. Para ZIMMERMANN (2006), seu reconhecimento pode contribuir no direcionamento de futuros projetos que intervenham nos espaços materiais ou imateriais da cidade, de modo responsável quanto às características intrínsecas a esses bens, testemunhos que contribuem para a construção da memória coletiva e da identidade social.

O debate em torno do conceito de memória tornou-se um dos temas mais relevantes e presentes na problemática sobre os bens considerados patrimônios culturais. Para CASTRO (2008), em face do que é discutido na área, parece ser a memória um dos pontos principais das questões que envolvem cidade e patrimônio, uma vez que em seu nome e, principalmente, da ameaça a seu esquecimento, boa parte das ações de preservação é realizada. O valor simbólico que determinado bem, tangível ou intangível, aumenta no passar dos anos, agrega também um significado histórico, cultural, único de dado grupo, estado ou país. Sem o acesso a sua memória, grande parte ou até mesmo a totalidade das características locais correm o risco de serem reconhecidas apenas documentalmente. “Tal fato restringiria a história a um espaço reservado do convívio cotidiano, podendo, com o tempo e as circunstâncias que envolvem o fluxo da sociedade, levá-la ao esquecimento” (LIMA, 2012).

TOMAZ (2010) afirma que, na discussão sobre preservação do patrimônio histórico e cultural, é preciso compreender o uso dos espaços e sua relevância como “lugares de memórias”, onde certas temporalidades passam a ser veneradas em determinados grupos sociais. Por constituírem parte da memória coletiva de uma população, de um passado em comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele ambiente, esses lugares assumem importantes significados ao contar, exemplificar e rememorar a história local. Os espaços de memória, ao evocarem lembranças, são capazes de produzir sentimentos e sensações que parecem reviver momentos e acontecimentos ali experimentados, fundamentando e explicando a realidade da época presente. Num contexto mais específico, até mesmo a própria materialidade das edificações e monumentos podem estimular a memória comum para além de uma gama de significados e vivências.

A importância dos espaços na construção da memória social também é reiterada por M. RODRIGUES (2015). Para a autora, a transformação de indivíduos desterritorializados em sujeitos sem identidade se dá, principalmente, pela ausência de referenciais no mundo, os lugares de memória. As lembranças coletivas, cristalizadas por meio de “símbolos identitários”, constituem estes espaços que se organizam para servir de apoio à salvaguarda dos simbolismos, representando toda uma coletividade. Nessa perspectiva, os lugares de memória surgem como alternativas de estoques materiais das lembranças de um grupo ou nação, e tem-se assim, a necessidade de criar-se bibliotecas, museus, arquivos, memoriais e monumentos, por exemplo, tornando possível aquilo que a memória comum não consegue: “reter a totalidade das experiências humanas”.

Os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial, pensados como suportes da memória coletiva, são, igualmente, capazes de serem tomados como ponto de apoio da construção de lembranças sociais, um estímulo externo que auxilia na reativação e na vitalidade de certos traços da identidade de determinada comunidade. A memória comum, diferente da memória individual, é construída através de várias épocas, gerações de indivíduos e relações determinadas por estruturas sociais, implicando numa referência daquilo que não foi presenciado. Trata-se, portanto, de “uma memória que representa processos e estruturas

sociais que já se transformaram”. Essas lembranças transcendem diferentes contextos históricos, e a seleção, análise e interpretação de seus suportes, no caso os patrimônios culturais, contribuem para o resgate da memória de uma geração a outra (MESENTIER, 2005, p. 167).

Ainda sobre a construção da memória, BIELSCHOWSKY (2009) discorre que, apesar de esta dispor de uma dimensão individual, a maior parte de seus referenciais partem das relações sociais, “intersubjetivas, compartilhadas, coletivas”. Do mesmo modo, HALBWACHS (1990) considera a memória individual apenas como uma parte e um aspecto da memória do grupo. Para o autor, mesmo que esta aparentemente se apresente como elemento mais íntimo, não obstante se preserva uma lembrança duradoura que está vinculada aos pensamentos do meio social em dada territorialidade. Nesse sentido, a memória passa a ser adquirida e compreendida à medida em que o indivíduo, a esfera particular, toma como suas as lembranças do grupo com o qual pertence, num processo de apropriação de representações coletivas pelo sujeito em interação com os outros num determinado ambiente (M. RODRIGUES, 2015).

Segundo PEIXOTO (2010), a memória social, ao ser entendida como esse resultado de experiências particulares e coletivas compartilhadas historicamente por indivíduos de mesmo grupo, adquire representatividade e importância na construção patrimonial e de dinâmicas sociais, traduzindo, inclusive, “novas identidades e sociabilidades”. Igualmente, ela assume significância na estruturação histórica e identitária dos espaços urbanos, como destaca CASTRO (2008). O patrimônio cultural, por exemplo, habita a memória coletiva como um dos eixos de preservação nas cidades, e para tratar da mesma, é fundamental considerar seu papel na construção da história e do passado local: mais do que um ato singular, a memória também pode ser o elemento que justifica ou indica a guarda e preservação de lugares e costumes.

Da mesma maneira, a memória urbana se consolida como um estoque de lembranças eternizadas na paisagem ou nos registros de determinado lugar. Formada a partir das memórias coletivas que adquirem dimensões temporais e espaciais, ela remete a um cotidiano vivido por um grupo de pessoas numa

mesma localidade, ou seja, a história de seus espaços, seus modos de apropriação e suas alterações históricas (PEIXOTO, 2010).

Ao tratar da memória urbana, BIELSCHOWSKY (2009) atenta para diferenças entre esta e a memória das cidades. Enquanto a primeira diz respeito às lembranças do modo de viver urbano, a segunda referencia, obrigatoriamente, essas lembranças a uma base material precisa, um lugar específico, por exemplo. A história da cidade é uma realidade presente, imediata, que se materializa de forma mais objetiva. A história urbana, por sua vez, tem como modelo as relações concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento e o percurso das atividades realizadas na cidade. Neste caso, o espaço não existe, é imaterial, histórico e social, produzido e transformado pelas intervenções dos mais diversos grupos ao longo dos anos.

A memória também pode ser entendida como suporte estrutural e decisivo na construção e desconstrução da identidade particular e coletiva. Para D. RODRIGUES (2011), ela está na base da formação da sociedade e reforça o sentimento de pertença identitária, garantindo assim, unidade, coesão e continuidade história de um grupo. Conforme LIMA (2012), a identidade de um meio social resulta de um conjunto de ações vividas no passado, criadoras de laços que se propagam e transformam através do tempo. Portanto, memória e identidade, consideradas componentes indissociáveis, reforçam-se mutuamente, através de um “movimento dialético” no qual a memória conforta ou enfraquece as representações identitárias, e vice-versa.

O conceito de identidade refere-se, basicamente, a um aglomerado de características que tornam algo singular, inconfundível, símbolo atuante na memória social através de sua associação a eventos expressivos da história coletiva. A partir dela, pode-se reconhecer os acontecimentos passados e ainda conservar informações que são importantes, tanto na memória individual quanto na coletiva (ROCHA, 2012). Numa colocação baseada no ambiente construído, ZIMMERMANN (2006) afirma que a identidade é condicionada à relação existente entre os espaços livres e as edificações componentes de uma área da cidade, transmitindo às pessoas sensação de pertencimento. Do mesmo modo,

ela remete à ideia de lugar. Os espaços, juntamente com seus aspectos físicos, geográficos, naturais e abstratos, tornam o meio urbano único e específico, determinando assim, localidades em ocorrem as trocas e o contato entre pessoas, as relações do ser humano com seu meio e vínculos que transcendem o próprio ambiente materializado. Enquanto suportes materiais da memória social, a preservação de áreas urbanas de valor patrimonial favorece, do mesmo modo, a construção de identidades regionais e locais, étnicas e religiosas, de classes e grupos sociais, desde que sejam conservados seus suportes de lembrança (MESENTIER, 2005).

De acordo com HALBWACHS (1990), a vitalidade de um lugar, tal qual se caracteriza o ambiente urbano, representa elemento fundamental para a concretização da memória nos grupos sociais. Nesse contexto, o espaço, socialmente construído, passa a ser compreendido como marca permanente de tradições e da continuidade de relações afetivas nele depositadas. É o caso das cidades, por exemplo, que se tornam capazes de conferir à memória um processo de cristalização na figura de seu patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, ligando assim, indivíduos, famílias e até mesmo toda uma comunidade às lembranças do cotidiano local. “A presença de materialidade do espaço reforça um sentimento de segurança e estabilidade, imprescindíveis à memória coletiva dos grupos sociais” (PEIXOTO, 2010).

Numa relação mais direta com a cidade, a memória pensada como um fato urbano, não pertencente a um passado encerrado, fixo, mas em constante evolução, pode ser definida como a capacidade de o ambiente construído despertar no imaginário de uma coletividade suas lembranças, imagens e experiências históricas. Nessa lógica, a memória se constitui como vestígios de outras épocas, cujos acontecimentos ainda permanecem no imaginário das pessoas: “é o passado preservado, não esquecido, mantido como lembrança, porque, de alguma forma, é ainda significativo para tais pessoas”. Está relacionada ao tempo antigo, construída no presente, uma experiência continuada, que sobrevive ao esquecimento e que permanece atual sob forma de recordações, conhecimentos ou hábitos. Portanto, quando a memória deixa de ser vivenciada, é preciso que haja instituições, elementos materiais ou ações

que a deem suporte e a transformem num espaço mais objetivo, prático para o indivíduo e a comunidade (ZIMMERMANN, 2006).

Ao analisar a forma como os indivíduos habitam o meio urbano, é preciso ainda levar em consideração os lugares que ganham materialidade por meio das práticas sociais ali realizadas. As lembranças da vida cotidiana, através da apropriação de um determinado espaço, contribuem para a própria fixação desse lugar na memória da coletividade, um processo que constrói igualmente a identidade local e dá sentido aos seus usos. Nesta perspectiva, cada lugar adquire um valor específico, relacionado, principalmente, ao cruzamento de diversos períodos e a uma totalidade de memórias que se constrói ao longo da história. Memórias, como forma de conservação patrimonial, que mantem signos e atividades vivas, e uma vez sujeitas a temporalidade, podem sofrer alterações ou não, mantendo assim, a dinâmica da vida social do local (BIELSCHOWSKY, 2009).

3. ESTUDOS DE CASO

3.1 INSTITUTO MOREIRA SALLES

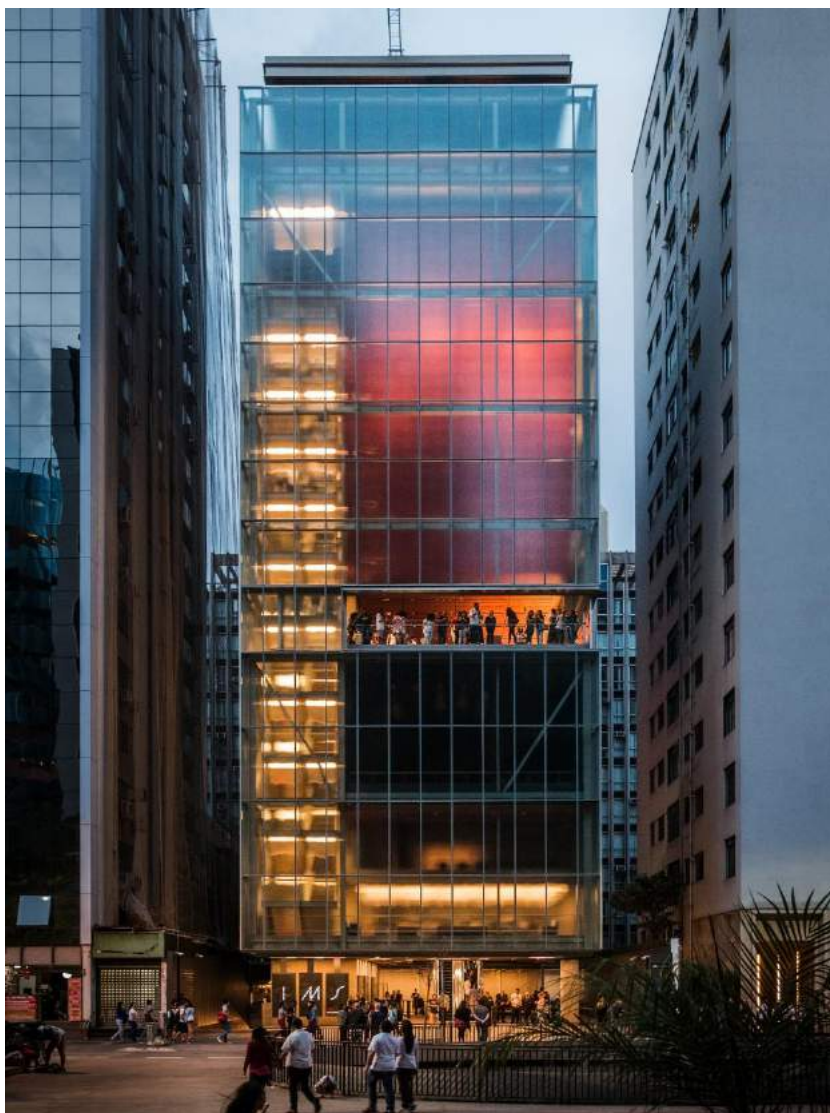


Figura 3: Instituto Moreira Salles Paulista

Fonte: Thomas Ho, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/gPYUND>>.

A análise deste estudo de caso busca compreender soluções arquitetônicas adotadas na nova sede do Instituto Moreira Salles, em São Paulo, quanto ao programa de necessidades, à tectônica e à materialidade, bem como a relação do edifício com a cidade e seus habitantes. Construído onde funcionava um antigo estacionamento, tal qual proposto no observatório desta pesquisa⁶, o

⁶ Descrito no capítulo 4.5 (Definição do terreno).

prédio, com área de 8.662 metros quadrados, localiza-se na Avenida Paulista e, mesmo inaugurado recentemente, em setembro de 2017, já se caracteriza como um dos símbolos do processo urbano que vem transformando o logradouro, tradicional centro financeiro do Brasil, em polo cultural que abriga os mais importantes núcleos artísticos do país (MARADEI, 2017).



Mapa 1: Inserção urbana da sede do IMS Paulista
Elaborado pelo autor, com base do Google Maps.

Em um concurso realizado no ano de 2011, com a participação de grandes nomes da arquitetura brasileira, representados dentre outros por Arquitetos Associados, Bernardes Arquitetura, UNA arquitetos, SPBR e Studio MK27, a proposta desenvolvida pelo escritório Andrade Morettin foi selecionada para abrigar e expor o acervo artístico e fotográfico do Instituto Moreira Salles, que

até então, encontrava-se em sua sede no Rio de Janeiro e, na capital paulista, numa pequena galeria no bairro de Higienópolis. Para tanto, de acordo com vencedores, Marcelo Hannerberg Morettin e Vinícius Hernandez de Andrade, a concepção das intenções projetuais nasceu da seguinte inquietação: “qual é a relação que se quer estabelecer entre museu e a cidade e de que maneira esta decisão repercute na articulação dos espaços internos do museu? ”.

A partir deste questionamento, fez-se necessário, identificar singularidades no entorno imediato ao terreno do museu, compreendido entre as Ruas da Consolação e Bela Cintra. Na época da competição, além do contraponto do intenso movimento de pedestres com a largura da calçada, mais estreita nas ruas adjacentes ao futuro prédio, verificou-se, no lote, ao nível da Avenida Paulista, cercado por edifícios de 13 a 18 andares, poucas aberturas e conexões com a região.



Figura 4: IMS, entorno

Fonte: ArchDaily Brasil, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/4JK6PR>>.

Os arquitetos, ao observarem essas problemáticas, propuseram então a transferência do térreo do nível da calçada para o centro do edifício, quinze metros acima da Avenida Paulista. Em consequência disso, saiu-se de uma condição que antes limitava o terreno em função das condicionantes do entorno, para conquistar-se a vista da cidade e criar novas articulações dos espaços internos do museu. A operação liberou, igualmente, o nível da via pública para que funcionasse, em conjunto com o primeiro subsolo, como uma plataforma de distribuição das diversas circulações que alimentam o edifício, ao mesmo tempo em que se convertesse em extensão da calçada, conduzindo o visitante através de escadas rolantes e elevadores ao “coração do prédio”.

Nesta estratégia, evidencia-se a alteração da escala da cidade para a escala do museu a partir de uma *promenade architecturale*⁷, da qual cria-se transições graduais de fora para dentro, onde os sons vindos da rua vão se atenuando, a intensidade da luz se altera, “até que se chega ao térreo elevado, de frente para a cidade, que se abre numa perspectiva totalmente renovada” (ANDRADE e MORETTIN, 2017). Percebe-se, portanto, um dos pontos mais interessantes da referência: a criação de um ambiente acolhedor, que integra a serenidade das exposições à vitalidade do ambiente dinâmico que é a Avenida Paulista.

Quanto ao programa de necessidades, o edifício divide-se entre área administrativa, estacionamento, reservas técnicas, midiateca, conveniência, distribuição e espaço expositivo, verificados nas Figuras 6, 7, 8 e 11, que ainda permitem visualizar uma correspondência entre setores servidos e servidores condizentes quanto as características requisitadas em lugares museológicos. O nível da calçada, livre, transformado em praça de convívio, conta com restaurante e loja do museu. No pavimento, ainda se localiza o espaço de guarda temporária das obras de arte, estrategicamente localizado junto aos canais de carga e descarga. Este ambiente, ligado ao restante do prédio por meio de um

⁷ Associado aos cinco pontos da arquitetura moderna de Le Corbusier, *promenade architecturale* significa passeio arquitetônico, ou seja, a percepção do espaço por meio do movimento e mutáveis leituras; um percurso menos óbvio, que cria surpresas e emoções (MARQUARDT, 2005).

amplo elevador de carga, tem a função de acolher as obras, antes e depois das montagens, e de prepará-las para as exposições e para o transporte.



Figura 5: Térreo livre, IMS

Fonte: ArchDaily Brasil, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/4JK6PR>>.

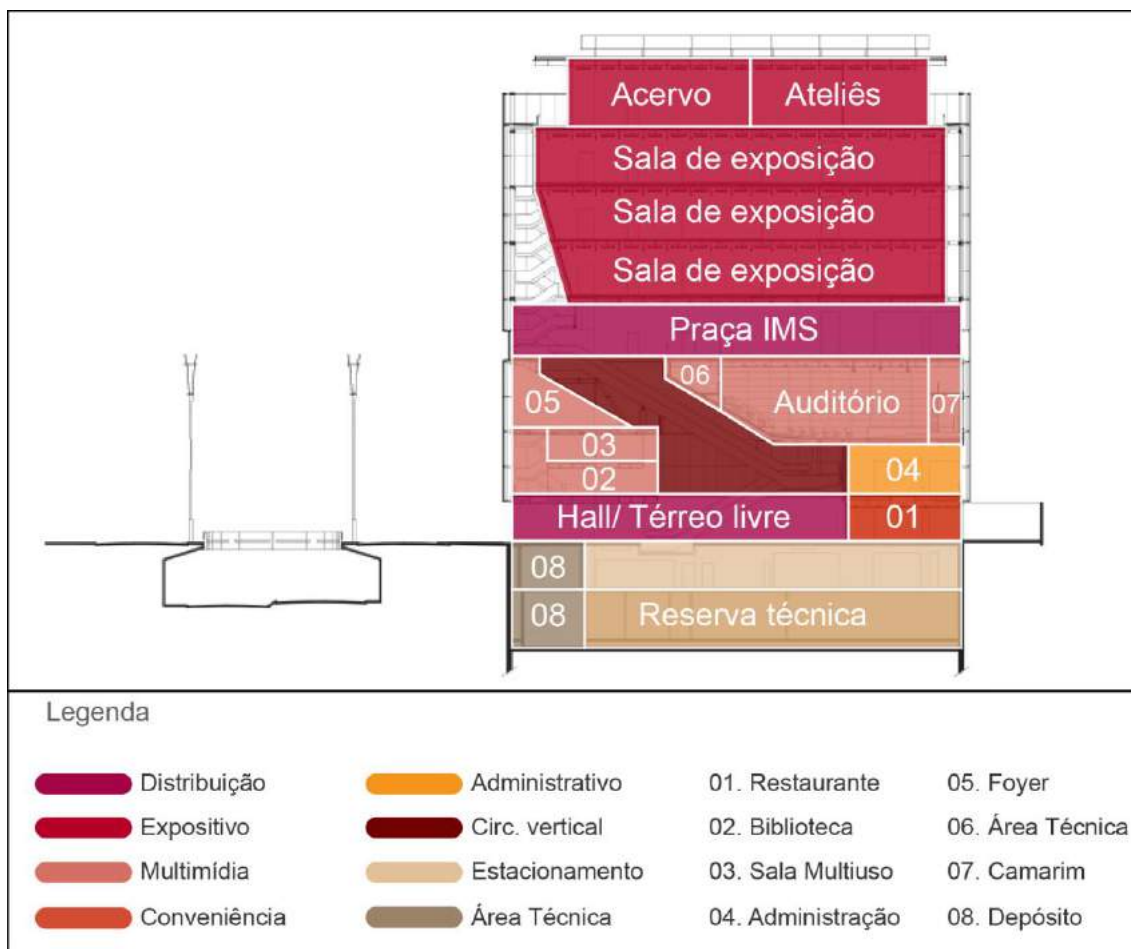


Figura 6: Corte longitudinal

Fonte: Andrade Morettin Arquitetos, com edição do autor.

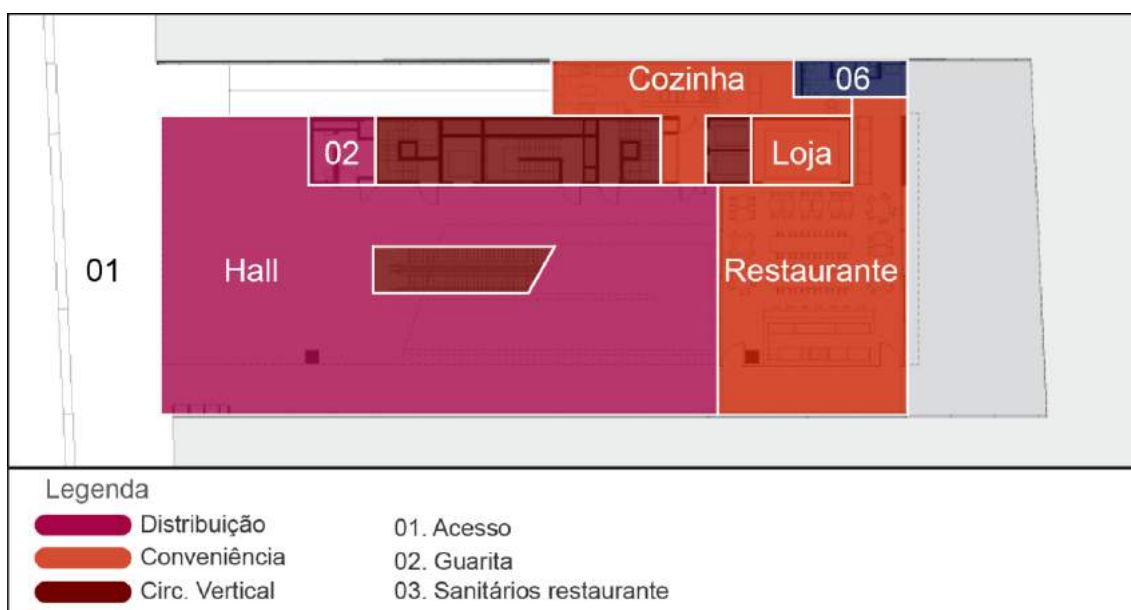


Figura 7: Planta do Pavimento Térreo

Fonte: Andrade Morettin Arquitetos, com edição do autor.

Os três andares subsequentes funcionam como a midiateca do instituto: no primeiro, dispõe-se biblioteca e administração, observados já durante a travessia para a recepção; no segundo, uma sala para cursos, aulas e workshops ligados à Fotografia e Arte está disposta na área frontal do prédio, permitindo assim, entrada de luz natural e permeabilidade visual com a cidade; o terceiro e o quarto pavimento são dedicados ao auditório, estabelecendo área de plateia, palco e cabine de projeção. Neste espaço, as paredes formadas por painéis móveis se ajustam em função do evento e oferecem melhores acústicas para cinemas e shows, por exemplo.

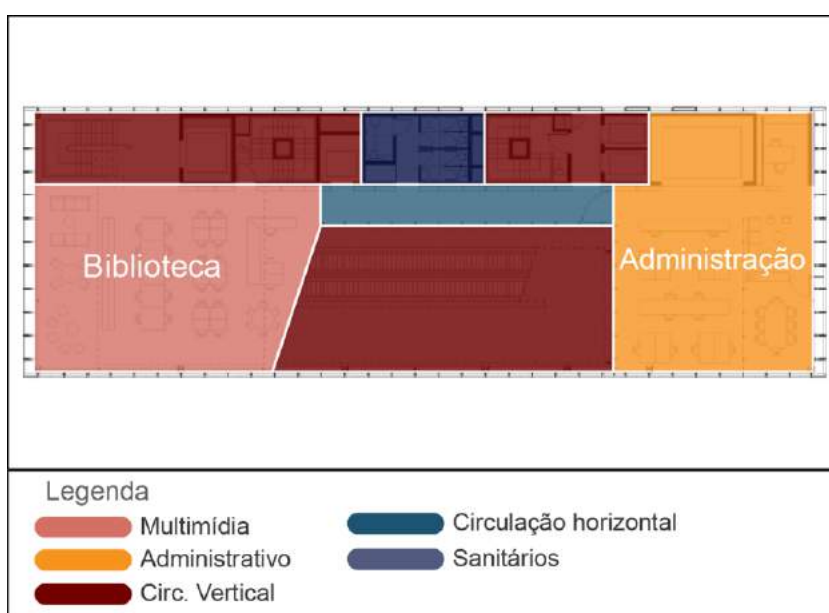


Figura 8: Planta do 2º Pavimento

Fonte: Andrade Morettin Arquitetos, com edição do autor.

Escadas rolantes desembocam no 5º andar do prédio, na “praça IMS”, composta por áreas dedicadas ao café, lojas, livraria, balcão de informações e recepção de controle às exposições, cinemas, cursos e workshops. O ambiente envidraçado, além de reunir frequentadores em um amplo pátio, oferece vista para a Avenida Paulista. É neste andar que de fato começa a visita do instituto; a partir dele, os demais pavimentos podem ser acessados por escadas ou elevadores.



Figura 9: Praça IMS, 5º pavimento

Fonte: ArchDaily Brasil, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/4JK6PR>>.

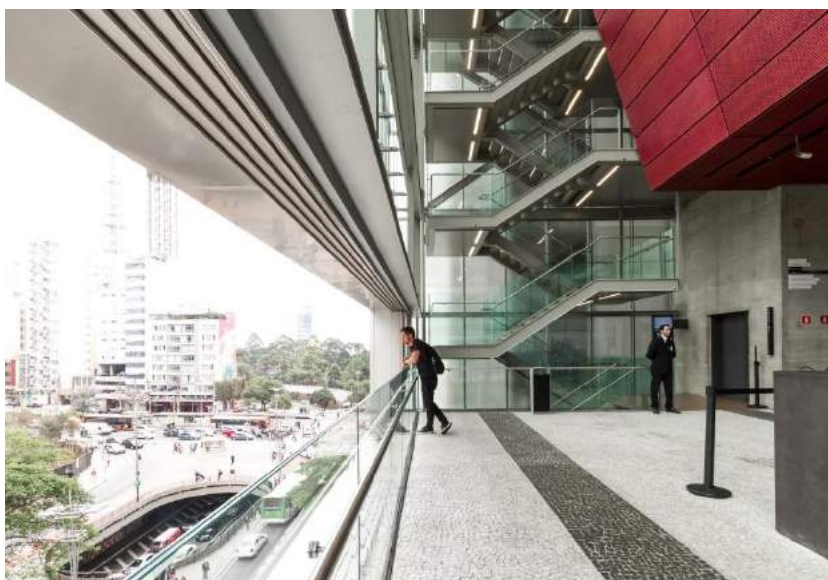


Figura 10: Praça IMS, conexão com a cidade

Fonte: ArchDaily Brasil, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/4JK6PR>>.

O sexto, sétimo e oitavo pavimentos, dedicados a exposições, posicionam-se dentro de um volume vermelho, fechado, que os protege da luz solar direta em consequência das obras e áreas de projeção; são três salas expositivas com pé direito duplo que podem comportar grandes obras e totalizam 1.200 m². Estas, ponderadas nas Figuras 11 e 12, caracterizam-se por espaços generosos e livres, haja vista da flexibilidade que o tema exige. Vale destacar que os dois primeiros andares do setor recebem exposições temporárias, enquanto o último comporta a área expositiva permanente. O terraço, por fim, divide-se em duas

partes: de um lado, mesas interativas e projeções visuais permitem acesso ao acervo fotográfico do instituto; de outro, ateliês e laboratórios são usados para cursos.

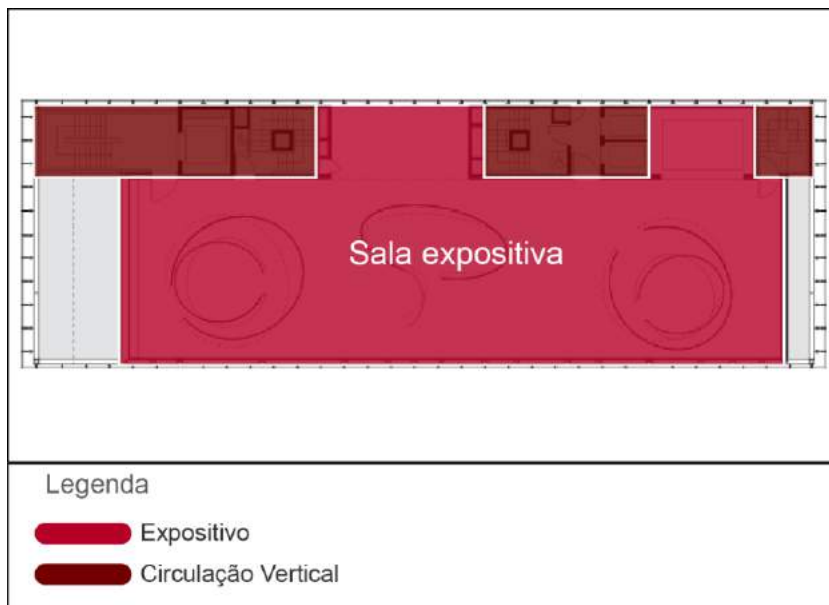


Figura 11: Planta do 6º Pavimento

Fonte: Andrade Morettin Arquitetos, com edição do autor.



Figura 12: Sala de exposições

Fonte: ArchDaily Brasil, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/4JK6PR>>.

Em relação às técnicas construtivas, verifica-se o uso de estruturas metálicas, fechamentos em vidro, e emprego de concreto apenas no bloco de circulação vertical, posicionado lateralmente no edifício. Assim como ocorre na área de

intervenção da pesquisa, o terreno estreito do lote, com 20x50 metros, não propiciava grandes espaços de canteiro, e impôs, deste modo, materiais pré-dimensionados para que a obra funcionasse com lógica construtiva e no menor intervalo de tempo possível.

As conexões com o tecido urbano da cidade podem ser evidenciadas a partir da escolha de alguns materiais. No térreo elevado, por exemplo, recuperou-se o piso de *petit pavé*, que por muito tempo fora usado nas calçadas da Avenida Paulista, enquanto no piso ao nível da rua, optou-se por materiais mais contemporâneos, de que são feitas as calçadas hoje em dia, de tal maneira que se tenha um espaço contínuo entre o logradouro e o museu. A fachada, feita com vidro translúcido autoportante, confere ao interior do edifício a característica de um espaço tranquilo e acolhedor, ao mesmo tempo que estabelece diálogo com a rua, trazendo para dentro do prédio o cenário que está em sua volta. As propriedades de luz do material ainda criam um volume bem definido para o museu, que se consolida como um marco na paisagem urbana em meio as demais edificações da Avenida Paulista.



Figura 13: Materiais predominantes, IMS

Fonte: ArchDaily Brasil, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/4JK6PR>>.

3.2 FUNDAÇÃO IBERÊ CAMARGO



Figura 14: Fundação Iberê Camargo

Fonte: Fernando Guerra, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/13uJKP>>;

Primeiro projeto assinado por Álvaro Siza no Brasil, a sede da Fundação Iberê Camargo, localizada às margens do Lago Guaíba, em Porto Alegre, constitui-se, desde o início de sua construção, como uma das principais obras da arquitetura contemporânea mundial⁸ e, portanto, merece destaque enquanto estudo de caso, principalmente em função de suas qualidades espaciais, programa de necessidades e inovações técnicas construtivas. O edifício, inaugurado em 2008, conta com pouco mais de 8.000 metros quadrados e, além de abrigar o acervo de Iberê Camargo, um dos maiores pintores brasileiros do Século XX, hoje serve como centro cultural dedicado a obra do artista e à reflexão sobre arte moderna e arte contemporânea (HELM, 2011).

⁸ No ano de 2002, o projeto levou Siza a receber o Troféu Leão de Ouro da 8ª Bienal Internacional de Veneza, prêmio até então inédito na América Latina (SERAPIÃO, 2008).



Mapa 2: Inserção urbana da sede da Fundação Iberê Camargo

Elaborado pelo autor, com base do Google Maps.

Posicionado sobre um lote pequeno, íngreme e densamente arborizado, este marco na paisagem gaúcha emerge como uma verdadeira escultura em concreto armado e nessa perspectiva, relaciona-se com a paisagem local pelo seu fechamento em um bloco “monolítico” e com poucas aberturas. Como pode ser observado nas Figuras 15 e 16, em vez de abrir o prédio e buscar total transparência e interação junto a extensa vista do lugar, o arquiteto propôs diversas pequenas janelas que enquadram a paisagem vizinha, interagem com as exposições tomadas em suas rampas, e ao mesmo tempo, asseguram o necessário controle de luminosidade para o ambiente interno; ou seja, é como se o entorno também fosse uma obra de arte dentro do museu.

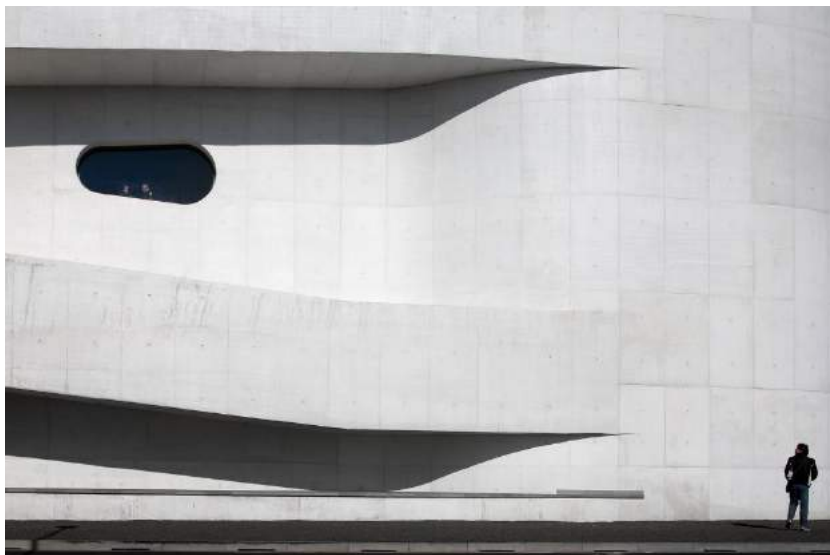


Figura 15: Fachada FIC

Fonte: Fernando Guerra, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/13uJKP>>;



Figura 16: Aberturas que enquadram a paisagem, FIC

Fonte: Fernando Guerra, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/13uJKP>>;

A base da edificação, elevada cerca de um metro em relação à Avenida Padre Caciue, constitui-se por uma plataforma retangular que abriga parte das áreas do programa de necessidades, como um auditório para 120 pessoas, biblioteca, ateliês, depósitos, setor administrativo, centro de documentação e pesquisa, além do sistema de ar-condicionado, rede de tratamento de esgotos e um tanque de retenção de água com condições de, se necessário, absorver índices pluviométricos iguais aos de uma enchente que ocorrera na cidade em 1941, a maior já registrada no Rio Grande do Sul. Construído na mesma cota e

interligado ao museu por meio de uma rampa, encontra-se também o estacionamento para cem veículos, instalado sob a via pública em área cedida pela prefeitura. Inclui-se ainda uma passarela subterrânea que conecta os dois lados da pista a fim de proporcionar maior segurança aos visitantes (ROSSO, 2008).

Na pequena área plana do terreno, sobre esta plataforma, verticaliza-se o volume principal, irregular, constituído pelo térreo, com recepção, chapelaria e livraria, e mais três pavimentos destinados às salas expositivas que totalizam 1.300 metros quadrados. Como verificado nas Figuras 17 e 18, cada andar organiza-se de forma lógica e clara: uma sequência de três ambientes clássicos para mostras, formando um “L”, cujas extremidades encontram-se escadas, elevadores, sanitários e acessos às rampas de circulação; no espaço restante, implanta-se o átrio do prédio, um vazio que se confina em toda a altura da edificação. A cobertura, último piso do museu, tem acesso apenas para manutenção. Vale destacar as nuances do corpo principal, constituído por paredes retas e quase ortogonais nas faces sul e oeste, e por superfícies onduladas à norte e à leste.

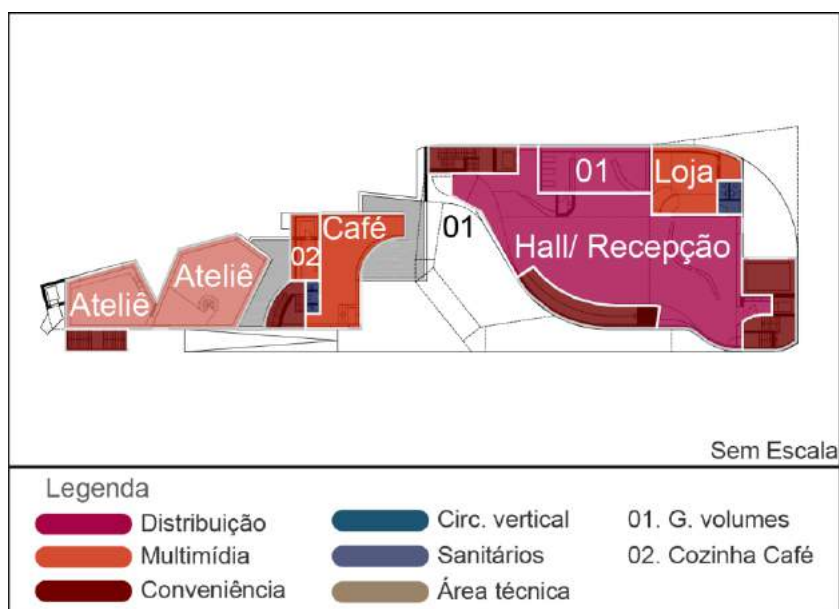


Figura 17: Planta do Pavimento Térreo

Fonte: SERAPIÃO (2008), com edição do autor.

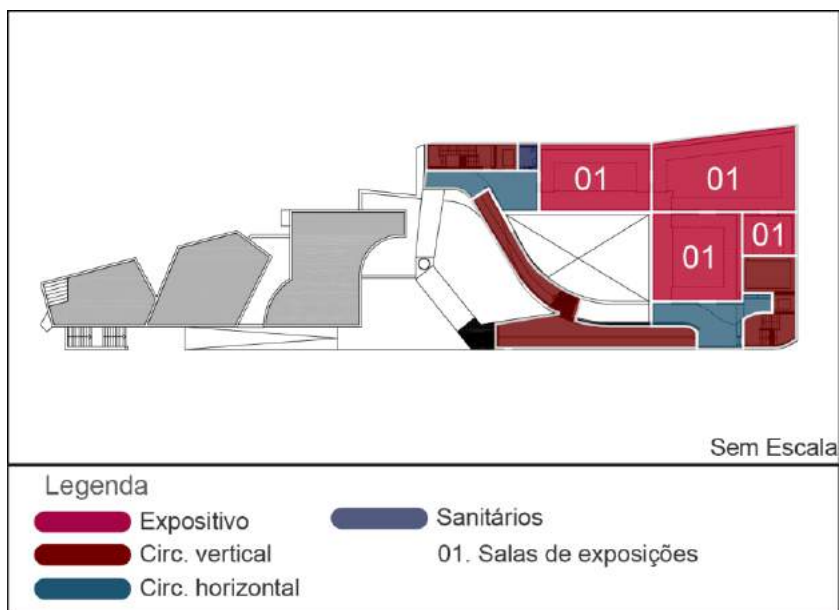


Figura 18: Planta do 2º Pavimento

Fonte: SERAPIÃO (2008), com edição do autor.

Uma das mais emblemáticas características do projeto corresponde o percurso contínuo em rampa entre as diversas salas do prédio, que, em alguns trechos, solta-se do volume principal e marca a fachada do edifício, como pode ser observado na Figura 19.



Figura 19: Rampas em balanço marcam a fachada do edifício, FIC

Fonte: Fernando Guerra, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/13uJKP>>;



Figura 20: Circuito contínuo de visitação, FIC

Fonte: Fernando Guerra, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/13uJKP>>;

Segundo MACIEL (2007), para que a área de visitação entre pisos fosse ininterrupta e atingisse os demais pavimentos contornando o átrio com inclinação de 8,73%, duplicou-se percursos em rampa, formando-se assim, uma galeria que ora abre-se para o átrio e acompanha a sinuosidade do vazio interno, ora destaca-se do edifício e cria espaços mais íntimos e recolhidos, pontuados por pequenas aberturas de luz no teto e na parede. As soluções de circulação ainda conduzem o visitante, ao chegar no prédio, a subir de elevador até o último andar, e de lá, descer pelas rampas, percorrendo de cima para baixo as nove salas de exposição distribuídas nos três andares superiores.

Dentre os elementos construtivos do museu, destaca-se a estrutura sem pilares, vigas e lajes, na qual paredes autoportantes, executadas em concreto armado em toda a sua extensão, suportam o carregamento e garantem a estabilidade do conjunto. Além disso, nota-se, nas partes aparentes do prédio, o emprego de concreto branco, pela primeira vez aplicado no país, confeccionado a partir de cimento branco, agregados claros e armação galvanizada que, conforme SIZA, “ressaltaria a construção em relação ao verde da encosta”. Internamente, paredes e forros de gesso possibilitam a passagem de instalações, ao mesmo

tempo que funcionam como isolantes termo acústicos, por meio da formação de um colchão de ar que é preenchido por lã de rocha.

De acordo com SERAPIÃO (2008), um controle inteligente de monitoramento gerencia a temperatura e a umidade interior do edifício, assegurando a proteção do acervo. Quanto a eficiência energética, o sistema de ar-condicionado, com entradas e saídas discretamente posicionadas em vãos baixos e compridos, no rodapé e no forro, produz gelo à noite, quando o valor da energia elétrica é mais barato, para refrigerar o ambiente durante o dia, diminuindo os custos da operação. Além disso, a superfície branca e refletiva do concreto e a proteção com mantas radiantes também são responsáveis pelo controle térmico e o baixo consumo de energia do prédio.

3.3 NOVA SEDE DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DO RIO DE JANEIRO



Figura 21: Projeção Museu de Imagem e Som do Rio de Janeiro

Fonte: Diller Scofidio + Renfro

Por fim, o correlato prédio do Novo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, ainda que em obras, também merece destaque enquanto estudo de caso nesta pesquisa, considerando seu programa de necessidades e, principalmente, sua inserção urbana num lugar que, assim como a Rua XV de Novembro, em Curitiba, carrega parte da história e da memória local: a Praia de Copacabana, um dos cartões postais mais conhecidos no mundo. A sede contará com 9.800 metros quadrados e, além de disponibilizar para o público o acervo da instituição, abrigará também o acervo do Museu Carmem Miranda, hoje localizado no bairro do Flamengo (VASQUEZ, 2014).



Mapa 3: Inserção urbana do MIS Rio de Janeiro
Elaborado pelo autor, com base do Google Maps.

Concebido como um contraponto estético ao paredão de prédios da Avenida Atlântica, em Copacabana, o edifício do novo MIS, com seus ângulos inspirados nos desenhos do calçadão da praia, implanta-se sobre um terreno de 1.300 metros quadrados, onde antes existia uma boate, e substituirá as instalações do museu aberto em 1965, que atualmente funciona em dois endereços, na Praça 15, região central da cidade Rio de Janeiro, e no bairro da Lapa. A escolha pelo novo local, segundo RATTES (2014), está ligada ao caráter plural do bairro, a facilidade de acesso, ao grande contingente de visitantes e por este ser um lugar que inspirou músicos, escritores, artistas plásticos, pensadores e fotógrafos “cujos trabalhos moldaram a cultura do país”. O espaço museológico, como aponta os organizadores, será igualmente um novo ponto de encontro da cidade e, além de estar ligado à produção e à difusão da cultura, atuará como ambiente da identidade carioca.

A configuração arquitetônica do edifício é assinada pelo estúdio norte-americano Siller Scofidio + Renfro, de Nova York, escolhido em 2009 por meio de concurso internacional, do qual participaram também, dentre outros, os escritórios brasileiros Bernardes e Jacobsen, Brasil Arquitetura, Isay Weinfeld e Tacoa. No Rio de Janeiro, o desenvolvimento do projeto ficou a cargo do escritório Índio da Costa Arquitetura, Urbanismo, Design e Transporte. De acordo com a arquiteta responsável pela proposta vencedora, Elizabeth Diller, o projeto do novo MIS “foi desenvolvido a partir da particularidade do lugar” e tem como um dos seus principais pontos a relação do prédio com a vista da praia.

Nessa perspectiva, os autores do desenho propuseram a edificação na forma de um boulevard vertical de sete pavimentos, percorrido por passarelas externas com vista panorâmica à Avenida Atlântica e à beira-mar. O percurso contínuo, traçado por rampas e patamares sequenciais, ao mesmo tempo que caracteriza a volumetria do prédio e dá acesso aos visitantes do térreo à cobertura, democratiza a vista da praia e surge como um novo ícone arquitetônico da cidade. Para explicar a ideia de como surgiu a inspiração da fachada, utilizou-se a imagem do calçadão de Copacabana dobrado e transformado em elemento vertical, como pode ser observado na Figura 23. A conexão com o Rio ainda se dará, por exemplo, na materialização sutil e inconsciente de alguns hábitos

carioca, como ler jornais em bancas, que foi incorporado ao lobby do edifício e trará notícias em cartaz para que os passantes possam frequentá-lo (GELINSKI, 2014).



Figura 22: Projeção do Boulevard vertical, MIS Rio

Fonte: Diller Scofidio + Renfro



Figura 23: Composição da fachada

Fonte: Diller Scofidio + Renfro

Em seu programa estão contempladas salas de exposição de longa e curta duração, espaços destinados à pesquisa, áreas administrativas, ambientes para atividades didáticas, um cine teatro com 280 lugares, hall de entrada, loja, cafeteria, restaurante panorâmico, bar, boate e um mirante. O prédio contará com oito pavimentos, além de dois subsolos, mezanino e terraço. Como pode-se notar nas Figuras 24, 25 e 26, os andares possuirão espaços amplos, áreas dedicadas ao estudo, e na porção posterior, concentração de espaços servidores, como o núcleo de circulação vertical e ambientes sanitários.

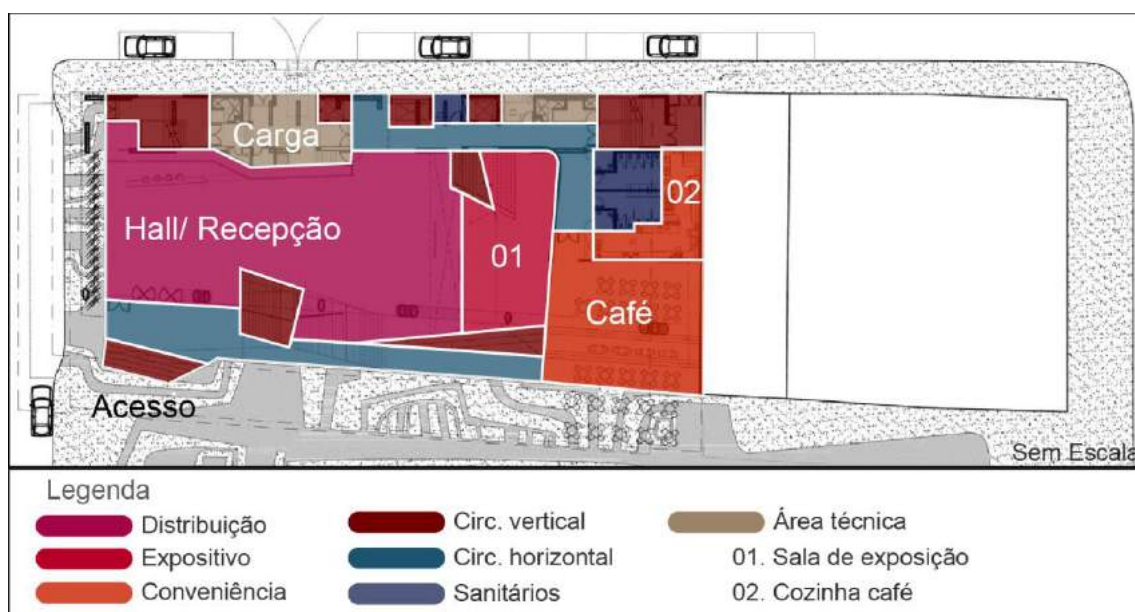


Figura 24: Planta do Pavimento Térreo

Fonte: CORBIOLI, 2014, com edição do autor.

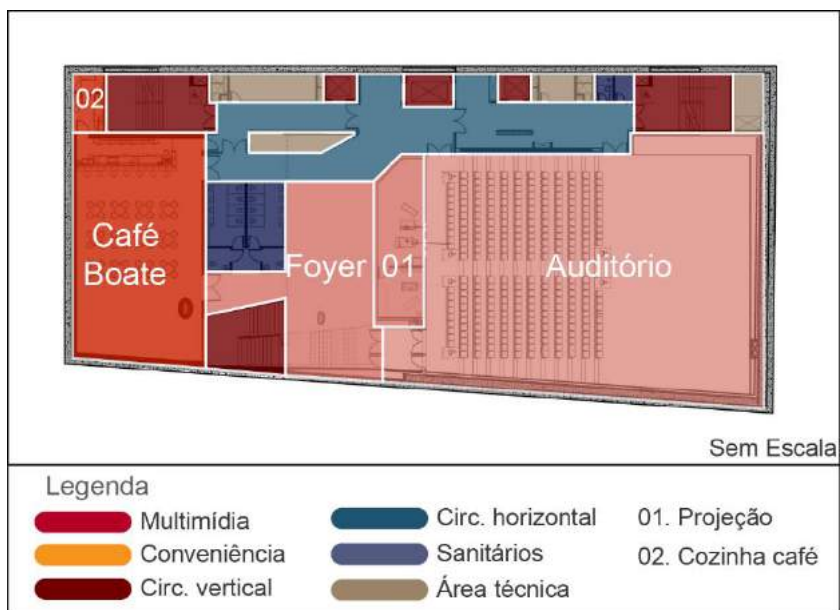


Figura 25: Planta do Subsolo

Fonte: CORBIOLI, 2014, com edição do autor.

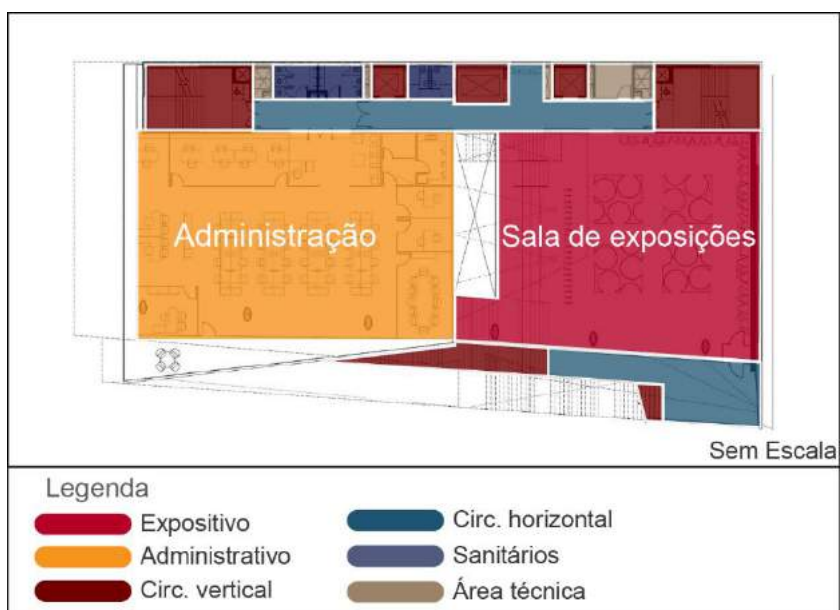


Figura 26: Planta do 4º Pavimento

Fonte: CORBIOLI, 2014, com edição do autor.

Quanto aos materiais, percebe-se a intenção do emprego de vidros na fachada, além de elementos que referenciam a arquitetura modernista brasileira, como o concreto aparente e cobogós. A face principal, voltada para a Avenida Atlântica, à leste, ganhará painéis metálicos vazados que filtrarão a entrada direta de luz, darão movimento e volume para a fachada e trarão a paisagem para o percurso expositivo. Na face posterior, voltada para oeste, utilizara-se sistema de fachada

ventilada em concreto, revestida por um mural tridimensional que formará mosaicos de Carmem Miranda. O piso do terraço, em referência a obra de Burle Marx nos calçadões da praia, ganhará pedras de petit pavé; é como se a orla de Copacabana se estendesse até o edifício. Vale destacar que a estrutura do prédio compreende um conjunto único em concreto armado, sustentando corpo, fachadas e rampas em balanço.



Figura 27: Projeção do mosaico de Carmem Miranda na fachada posterior, MIS Rio.

Fonte: Diller Scofidio + Renfro

A construção da nova sede do MIS, cuja inauguração era prevista para dezembro de 2014, dividiu-se em três etapas: a primeira dedicou-se à demolição do imóvel que antes ocupava o terreno; a segunda, em função do solo frágil, envolveu a execução de um complexo sistema de fundações e estruturas; atualmente, 2017, a obra, parada, encontra-se em sua terceira fase, a de acabamentos, instalações e esquadrias, com mais de 70% dos trabalhos concluídos. Devido à problemas judiciais e à crise financeira que assola o Estado do Rio de Janeiro, o edifício ainda não tem data para ser entregue à população (MORAIS, 2016).



Figura 28: MIS Rio em obras

Fonte: Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro

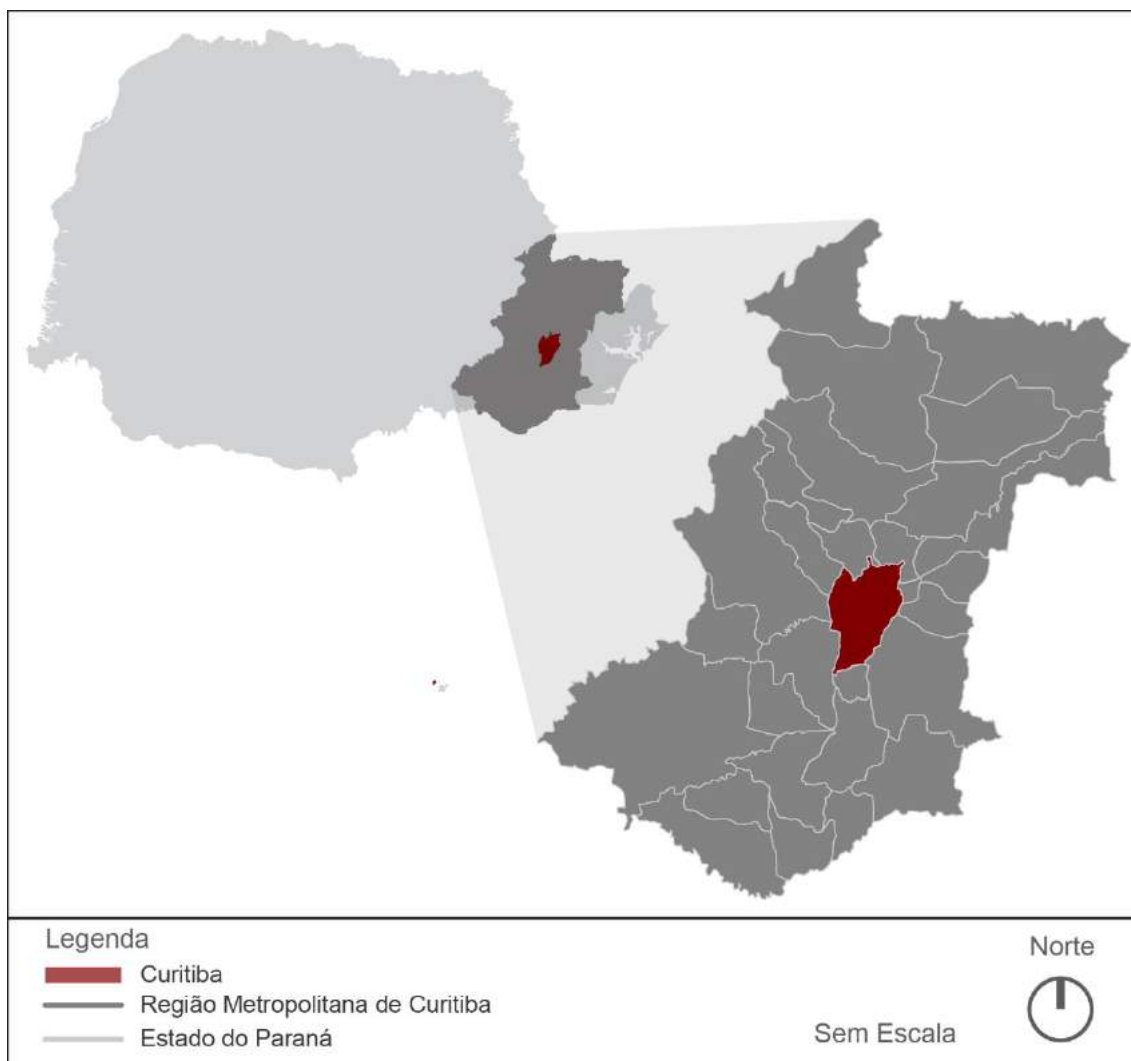
4. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A estruturação da cidade, constituída pelo seu traçado urbano e compreendida pela espacialidade das relações sociais nela existentes, tem nas ruas um dos seus principais elementos. Segundo L. CABRAL (2005), nestes espaços é possível identificar a dimensão da vida cotidiana presente em suas diversas formas: enquanto para alguns, a rua simplesmente é percebida como uma via de passagem, para outros, ela revela-se como palco de contínuos acontecimentos, formas de apropriações e temporalidades. Por meio dessa perspectiva, o capítulo que segue tem como objetivo apresentar a área de estudo da presente pesquisa, caracterizada pela Rua XV de Novembro, em Curitiba, um dos logradouros mais tradicionais e simbólicos da capital paranaense.

De acordo com dados do IBGE⁹ (2017), Curitiba apresenta um território 100% urbanizado, com área de 435,036 km², contando com aproximadamente 1,9 milhão de habitantes, divididos em 75 bairros. Juntamente com sua Região Metropolitana, forma o conjunto de 29 Municípios que abrigam uma população de 3.223.836 milhões de pessoas, a oitava maior aglomeração urbana do país (COMEC, 2017). A cidade tem no setor terciário sua principal fonte econômica, abrigando diversos segmentos de comércio e prestação de serviços. Destaca-se também o setor secundário, com complexos industriais de grande porte, e a concentração da maior parte da estrutura governamental e de serviços públicos do Estado do Paraná (CHAVES, 2017). No mapa 4, observa-se a inserção da capital na superfície paranaense, bem como no seu contexto regional metropolitano.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Mapa 4: Inserção de Curitiba no Paraná e na R.M.C.

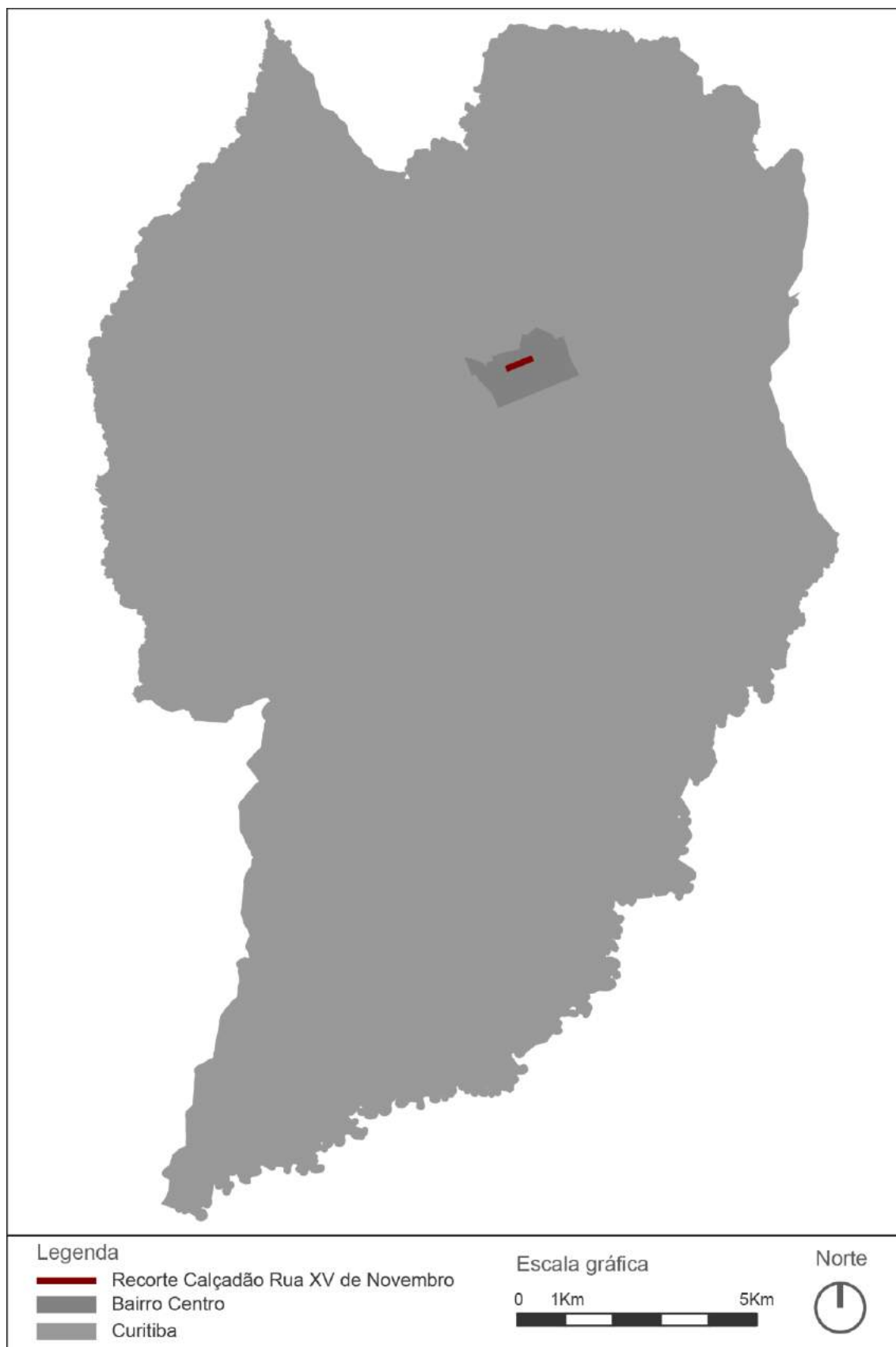
Fonte: COMEC, com edição do autor

Desde a segunda metade do século XX, a cidade vem sendo reconhecida internacionalmente por suas políticas urbanas, colocando-a à frente das demais capitais brasileiras em questões de planejamento e proteção ambiental. Para FERNANDES (2011), Curitiba é considerada no país o “exemplo mais significativo de como o planejamento urbano pode gerar importantes benefícios para a qualidade de vida de seus habitantes”. Uma de suas inovações urbanas mais reconhecidas e copiadas compreende o Calçadão da Rua XV de Novembro, localizado na área central da cidade, que através de sua relevância e singularidade tornou-se um dos mais antigos e importantes marcos visuais na paisagem local, possibilitando diferentes vivências no âmbito do lazer e da cultura para seus frequentadores.

A via, antes aberta ao tráfego de veículos, já no início do desenvolvimento de Curitiba foi palco de grandes eventos e da concentração comercial. A Rua das Flores, como também é conhecida, caracteriza-se por ser um espaço aberto à circulação e um ponto de encontro de pessoas, apresentando-se como lugar de memórias, de debates, de manifestações artísticas e culturais. A sobreposição de períodos históricos carrega em sua imagem a identidade curitibana, motivo pelo qual sua paisagem foi tombada como patrimônio histórico e cultural do Estado. Como afirma NUNES (1993), “pelos seus caminhos, o curitibano não apenas transita, mas vive” a cidade.

Desde 1720, quando o Ouvidor Pardinho determinava para Curitiba as primeiras normas urbanísticas, já era a “Rua das Flores” o foco dos acontecimentos da cidade. Foi a primeira a ser calçada; recebeu os primeiros lampiões; depois iluminação a gás, macadame, paralelepípedo, asfalto. Foi denominada Rua das Flores, da Imperatriz, XV de Novembro; os primeiros prédios de 2, 3 e até 4 pavimentos foram ali construídos; começou a ser percorrida pelos bondes de burrico; o melhor comércio se localizava ali. Apareceram os cafés e a população (...) fez desta rua seu ponto de encontro. Depois o progresso: os altos edifícios, os automóveis aflitos, o congestionamento. Já quase não se podia conversar na calçada, fazer compras. Em maio de 1972, uma surpresa: surpresa: em 72 horas, numa operação relâmpago, a Rua XV, ponto mais central de Curitiba, foi transformada em um grande jardim, onde o tradicional footing pudesse ser feito novamente com tranquilidade (CASA DA MEMÓRIA).

Com o crescimento urbano da capital, acentuado principalmente a partir dos anos 1940, hoje a Rua XV de Novembro se estende além do Calçadão construído na década de 1970, e se articula até outro bairro da cidade, o Alto da Rua XV. No entanto, a área em que esta pesquisa se debruça corresponde ao trecho mais antigo existente do logradouro, compreendido pelo espaço público destinado exclusivamente aos pedestres, na região central de Curitiba. No Mapa 5, observa-se a Rua XV inserida no contexto geral da cidade.



Mapa 5: Inserção do Calçada da Rua XV em Curitiba
Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

Delimitado em suas duas extremidades pelas Praças Osório e Santos Andrade, o recorte da rua escolhido estende-se por cerca de 800 metros, ao longo de sete quadras no centro de Curitiba. Seu início está na confluência da Avenida Luiz Xavier com a Rua Voluntários da Pátria, também fechada ao tráfego de veículos. A partir da Praça Osório, o Calçadão segue oficialmente como Avenida Luiz Xavier até a confluência com a Travessa Oliveira Bello, quando então se inicia a Rua XV de Novembro, que se estende por mais cinco quadras até o encontro com a Rua Presidente Faria. No Mapa 6, pode-se observar o recorte específico da Rua XV, considerado para este estudo.



Mapa 6: Recorte específico do Calçadão da Rua XV de Novembro
Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

4.2 A CONSTRUÇÃO DO LUGAR: CONTEXTO HISTÓRICO DA RUA XV DE NOVENBRO

A “Rua das Flores”, desde sua formação histórica, se consolida como um dos espaços públicos mais importantes da capital paranaense. Do século XVIII aos dias atuais, o logradouro emerge como um ponto de encontro da vida curitibana, e na sua variedade de funções, serve de lugar para circulação, convivência e realização de espetáculos públicos. No entanto, para compreender este cenário, faz-se necessário conhecer a história da via e sua relação com a evolução urbana de Curitiba. Entender o papel da Rua XV como elemento estruturador da cidade é o que busca este capítulo.

A ocupação da cidade de Curitiba se deu na metade século XVII, quando uma expedição, comandada por Eleodoro Ébano Pereira, saiu do Rio de Janeiro aos Campos de “Queritiba” com a intenção de encontrar novas minas de ouro no interior do Brasil. A povoação começou em 1650, com a criação de um arraial denominado “Vilinha”, que se desenvolveu às margens dos Rios Atuba e Bacacheri até 1654. Após este período, os moradores da localidade se estabeleceram na região compreendida entre os Rios Ivo e Belém, e onde atualmente está localizada a Praça Tiradentes, construíram uma igreja e ergueram suas moradias. A fundação da cidade ocorreria quase quarenta anos depois, em 29 de março de 1693, com a instalação da Vila Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais (CRUZ e SANTOS, 2008).

Até o final do século XVII, Curitiba era ainda muito simples: não contava com comércio e os habitantes viviam a base da agricultura e criação de gado. Foi só então com o Tropeirismo, no século XVIII, que a cidade se tornou importante ponto comercial: a abertura da estrada tropeira situava a Vila aproximadamente no meio do caminho, e assim, colocava-a com um ponto de parada dos viajantes que iam com gado de Viamão, no Rio Grande do Sul, a São Paulo e Minas Gerais (REWORÊDO, 2013). Neste contexto, a população que em 1721 era de 1400 habitantes, saltou para 7796 pessoas em 1792.

No mesmo período, a importância do Marco Zero, o Largo da Matriz, foi descendo, aos poucos, em direção à Rua das Flores, que nascia atravessando de leste a oeste a pequena cidade. De acordo com o Jornal VERACIDADE (204), “a Rua XV de Novembro tinha início sobre as barrancas de um córrego e em cujas margens floresciam campanulas brancas e lilases, além de fartas macegas de rosa louca”. Nesta narrativa, a presença de flores nas margens do Rio Ivo, e também a grande quantidade de roseiras e trepadeiras que cobriam tabuas de uma esquina, fizeram com que os curitibanos da época chamassem a via de Rua das Flores.

Outro relato denomina o logradouro como Rua das Flores, porque os moradores e comerciantes locais tinham o costume de adornar as fachadas das casas e lojas com flores, com o objetivo de embelezar a via, tendo em vista que esta era uma rua de “chão batido” e não possuía calçadas (REWORÊDO, 2013). Independente da descrição de como surgiu o nome “Rua das Flores”, a proximidade espacial e histórica com o Marco Inicial da então Vila Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, mostra que já nos primeiros anos de existência, a Rua XV de Novembro emergia como a principal componente da cidade.

No século XIX, a consolidação do comércio de gado e a exploração da ervamate fizeram com que Curitiba passasse por avanços políticos e econômicos. Em 1812, a sede da 5ª Comarca de São Paulo foi transferida de Paranaguá para Curitiba, e em 1842, a vila passou à categoria de cidade. Segundo CRUZ e SANTOS (2008), o desenvolvimento das atividades ervateiras, com exportações para o Uruguai e Argentina, fortaleceu o movimento separatista, resultando na emancipação do Paraná em 1853, com Curitiba na condição de capital da província. Foi a partir deste momento que se deu o período de formação e crescimento da cidade, bem como do núcleo urbano e de sua malha central.

Um dos primeiros registros espaciais de Curitiba data de 1850. Nele, além do Largo do Matriz, pode-se observar a consolidação da Rua XV de Novembro próximo ao núcleo de origem da cidade. Na época, a então Rua das Flores possuía apenas três quadras e era compreendida entre as Ruas Jogo da Bola,

atual Dr. Muricy, e Carioca do Campo, atual Barão do Rio Branco. Mesmo estreita, sem pavimentação e iluminada apenas por lampiões próximos ao Palácio do Governo Provincial, a via exibia-se como uma das mais movimentadas de Curitiba, com instalações de armazéns de secos e molhados, lojas de alfaiates, casa de bilhar, casa de aluguel de cavalos e a redação do Jornal Dezenove de Dezembro (MACEDO, 1996).

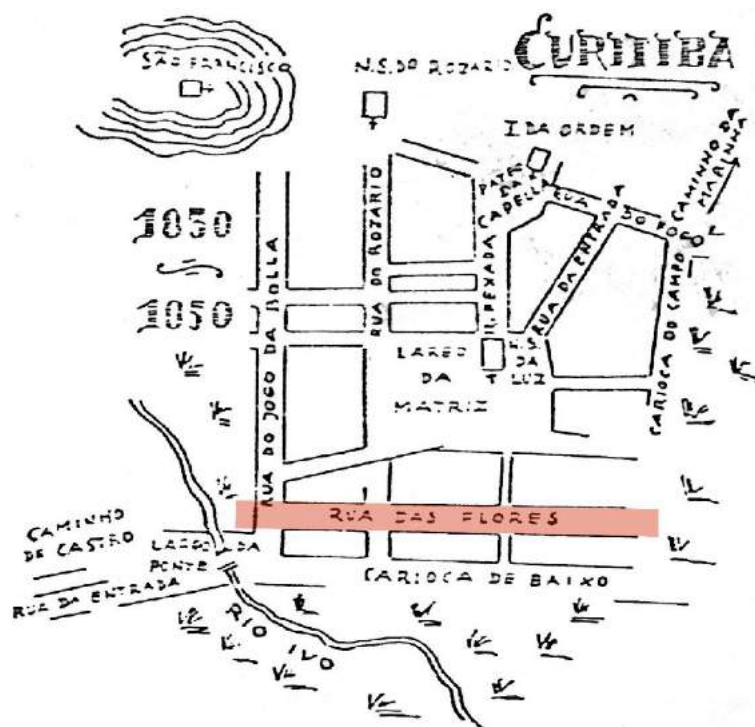


Figura 29: Planta de Curitiba, em 1850

Em vermelho, a então Rua das Flores, na época um dos logradouros mais extensos do Município e, portando, a principal ligação leste oeste do tecido urbano central.

A chegada dos imigrantes europeus, no século XIX, diversificou social, cultural e economicamente Curitiba, ao mesmo tempo que contribuiu para o processo de crescimento urbano desordenado da cidade. MACEDO (1996) afirma que a antiga vila se expandia de maneira livre e aleatória, com ruas abertas sobre “picadas ou veredas”. Nesse cenário, em 1855, o engenheiro francês Pierre Taulois é contratado pelo governo provincial como inspetor geral de medição de terras públicas, com o propósito de realizar reformas no traçado e na infraestrutura urbana da capital (FERNANDES, 2011).



Figura 30: Rua XV de Novembro, em 1860

Lama e cavalos. Fonte: Acervo Cid Destefani. Disponível em <<https://goo.gl/NyYBX8>>.

Na mesma época ocorre a transferência dos engenhos do litoral para Curitiba e a formação de elites da erva-mate nas entradas da capital. Com o crescimento da cidade em 1863, o percurso da Rua XV de Novembro atinge novas configurações e passa a reunir a maior parte dos prédios do núcleo central, além das instalações das repartições da Polícia e das Terras (LEITOLES, 2016).

No final do século, Curitiba passa a contar com dois importantes equipamentos urbanos: em 1885, ocorre a inauguração da Estação Ferroviária que ligaria a capital ao Litoral paranaense, via estrada de ferro, e no ano de 1886, nasceria seu parque municipal, o Passeio Público, considerado a primeira grande obra de saneamento da cidade (FERNANDES, 2011). Segundo LEITOLES (2016), a instalação do Passeio Público junto ao núcleo central favoreceu a relação deste com a principal rua da época, a Rua XV de Novembro, uma vez que ambos eram espaços de lazer e interação social da cidade. Na planta de Curitiba de 1894, pode-se notar que a então Rua das Flores era o eixo central entre os principais pontos de concentração de pessoas deste período, com o Passeio Público ao norte, e a Estação Ferroviária ao sul.

A relação da Rua XV com esses espaços é também observada por WACHOWICZ (2014). Para o autor, a “principal artéria da cidade” canalizava o movimento que vinha do Passeio Público e da parada de trens. Enquanto nos dias de semana, o logradouro concentrava o movimento comercial e de pessoas que emanavam da Estação Ferroviária pela Rua da Liberdade, atual Barão do Rio Branco, nos domingos e feriados, junto com Passeio Público, se tornava o local do footing curitibano. Era comum, após o almoço dominical, jovens da elite passearem pelo parque urbano, com retorno obrigatório pela Rua das Flores. Charretes paravam na via para que as famílias pudessem degustar doces, chás e guloseimas nas confeitarias e bares que começavam a nascer no local.



Figura 31: Planta de Curitiba, em 1894

Destaque para a Rua XV de Novembro, o Passeio Público e a Estação Ferroviária.

Fonte: IPPUC, com edição do autor.

Durante a década de 1880, a via passou pela sua primeira mudança de nome. Em homenagem ao casal imperial português, Dom Pedro II e Dona Tereza Cristina, que visitavam a cidade para inaugurar a estrada de ferro entre Curitiba e Paranaguá, a então Rua das Flores passou a ser chamada de Rua da Imperatriz, enquanto a antiga Rua do Comércio mudou o nome para Rua do Imperador. Esta denominação manteve-se até a Proclamação da República do Brasil, em 1889, quando a via recebeu o nome de Rua XV de Novembro, em função do novo regime político que se instalava no país (MACEDO, 1996).

O desenvolvimento do tecido urbano de Curitiba ainda acontecia no sentido das duas entradas da cidade, mas no início do século XX, passou também a expandir-se na direção sul sudoeste, evitando assim, o cruzamento com a ferrovia recém-construída. As camadas da população de mais alta renda passaram a se instalar em volta da porção central do município, enquanto ao sul, a formação de uma área industrial começava a ocorrer nas proximidades da Estação Ferroviária. Em 1914, a Rua XV de Novembro já se consolidava numa configuração que perdura até os dias atuais: localizada numa posição bastante central no contexto urbano, posicionada entre bairros que concentram famílias com maior poder aquisitivo, Batel e Alto da Glória, e entre duas das principais praças do núcleo central, a Praça Osório e a Praça Santos Andrade.

Segundo CRUZ e SANTOS (2008), a capital que até então era pequena e de “ruas calmas”, começava já nos primeiros anos do século XX sentir as transformações sustentadas pelo primeiro grande ciclo econômico do Paraná. Neste período, a população já passava dos 55 mil habitantes, os novos prédios iam mudando a paisagem urbana e a expansão da cidade atingia áreas mais afastadas do centro, o que exigiu medidas de urbanização, em especial neste núcleo. Em 1910, por exemplo, a iluminação pública avançava em Curitiba com a inauguração das lâmpadas na antiga Rua das Flores. Dois anos mais tarde, os serviços de bondes passam a ser eletrificados, substituindo a tração animal. Também em 1912, a administração do prefeito Joaquim Pereira estabelece normas para a implantação do calçamento das ruas e determina a substituição dos passeios laterais da Rua XV de Novembro.



Figura 32: Rua XV de Novembro, em 1913

Fonte: Prefeitura de Curitiba

No mesmo sentido em que o núcleo urbano ia progredindo, o centro, ainda predominantemente residencial, foi concentrando cada vez mais estabelecimentos de comércio e serviços, principalmente a partir de 1915 com a intensificação das atividades ligadas à extração de madeiras. O comércio, antes reunido no entorno da Igreja Matriz e nas Ruas Treze de Maio e Riachuelo, passa a expandir-se para toda Rua XV. A partir da década de 1920, o logradouro foi se consolidando como a rua mais importante da cidade, concentrando diversos espaços de comércio e lazer. Lojas de vestuários, alfaiatarias, livrarias, cafés, restaurantes, confeitarias e agências bancárias atraíam diversos consumidores.

De acordo com a PREFEITURA DE CURITIBA, desde 1905, juntamente com a Praça Tiradentes e a Rua da Liberdade, a Rua XV é submetida a uma legislação especial que impõe padrões construtivos mais elaborados se comparados a outras regiões da cidade. Foi a primeira via asfaltada da capital, cuja pavimentação teria sido inaugurada com grande festa em 19 de dezembro de 1926. Em se tratando de festa, a “Rua das Flores” era também a preferida para a realização de todo e qualquer evento. Conforme MACEDO (1996), no local “eram comuns procissões, desfiles cívicos e de blocos carnavalescos”, além de manifestações políticas e sociais, visitas ilustres e concentrações diversas.



Figura 33: Carnaval na Rua XV de Novembro, em 1905

Fonte: Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba.



Figura 34: Desfile cívico na Rua XV de Novembro, em 1904

Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em <<https://goo.gl/jrT9vV>>.

Entre as décadas de 1920 a 1940, Curitiba passou por um expressivo crescimento demográfico, quando sua população, antes de 78.986 habitantes, quase dobrou para 140.656 pessoas (CROCETTI, 2014). De acordo com o IPPUC, a explosão populacional verificada neste período exigiu, por parte da prefeitura, um planejamento urbano que ordenasse a expansão da cidade. Em 1941, a gestão do prefeito Rozaldo de Mello Leitão contratou a empresa carioca Coimbra Bueno & Cia Ltda. para elaborar o que seria o primeiro plano diretor da

capital paranaense, com supervisão técnica do urbanista francês Alfred Donat Agache. Concluído dois anos depois, em 1943, este plano, que posteriormente ficou conhecido como Plano Agache, estabeleceu normas e diretrizes para ordenar a expansão da cidade, com possíveis soluções para o saneamento, tráfego e zoneamento (CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2015).

DUDEQUE (2010, p. 48) afirma que o Plano Agache pretendia basicamente conter a área urbana da capital, desenhando a cidade a partir de círculos concêntricos e grandes avenidas radiais, perimetrais e diametrais. Num contexto onde os automóveis eram os protagonistas da época, os autores do plano previram a expansão da frota na cidade e lançaram as bases para a setorização de Curitiba, com reserva de áreas para os chamados “centros funcionais”, como o Centro Cívico, a Cidade Universitária, e a zona industrial no bairro Rebouças.

Das obras do plano diretor que visaram “descongestionar, sanear e embelezar” o município, somente alguns trechos de ruas seriam realizados. Com relação a Rua Quinze de Novembro, foram construídos alguns edifícios com galerias no térreo, a partir do recuo de cinco metros nas entradas dos prédios, e escalonamento nos andares superiores. Conforme Boletim Informativo da CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (2015), à época em que essas mudanças passaram a ser incorporadas à paisagem central, a via, ainda transitada por automóveis, concentrava um alto fluxo de pedestres nos seus passeios, motivado, principalmente, pela presença das salas de cinema e do comércio.

O logradouro foi caracterizado pelo footing dos cinemas e dos cafés durante as décadas de 1920 a 1960. Símbolo de lazer e da vida cultural curitibana do século passado, a maioria das salas de exibição da cidade situava-se no entorno da Rua XV de Novembro e da Avenida Luiz Xavier, região que, até o desaparecimento dessas atividades no final dos anos 1990, ficou conhecida como a “Cinelândia de Curitiba”. Neste cenário, destaca-se o Palácio Avenida, por exemplo, que, na década de 1930, possuía salas de projeção de filmes. Outro exemplo da vida citadina era o Cine Luz, na Praça Zacarias: construído em 1939, reunia “moças e rapazes” nas seções vespertinas (CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2016).



Figura 35: A Cinelândia de Curitiba, final dos anos 1950

Detalhe no grande público para assistir “O maior espetáculo da Terra”.

Fonte: Marcos Nogueira. Disponível em <<https://goo.gl/FTcLF3>>.

A partir dos anos 1950, Curitiba passa a se beneficiar com a prosperidade econômica advinda da cafeicultura que se expandia no norte do Estado. No mesmo momento em que a atividade imobiliária e a verticalização das edificações alcançavam destaque no espaço urbano da cidade, o Centro Cívico começava a ser construído, em 1951, na área definida pelo Plano Agache. Com a intenção de comemorar o centenário da emancipação política do Paraná em 1953, o então governo de Munhoz da Rocha também inicia a construção de espaços ainda hoje importantes para a capital, como o Teatro Guaíra, a Biblioteca Pública e o Colégio Tiradentes (DUDEQUE, 2010, p. 82).

Do mesmo modo, a Rua XV vivia em grande fase. De acordo com LEITOLES (2016), a população tinha no local uma referência para a realização de diversas atividades, sejam elas encontros, compras, lazer ou prática de esportes. As pessoas tomavam seus espaços de carro, a pé, bicicleta ou ônibus, e mesmo com a nova localização do centro político do Estado, o logradouro continuava se consolidando como o principal espaço cívico e social da cidade. Nos anos 1950 e 1960, por exemplo, eram comuns corridas, visitas internacionais, comícios políticos e manifestações na rua. Ápice dos congestionamentos da cidade, a via era também a passarela para o desfile de automóveis, importados ou da recente indústria nacional. “No trânsito bloqueado, os motoristas observavam dos carros

as vitrinas das lojas sem descer para ir às compras. Tratava-se de uma relação platônica entre curitibano e a Rua XV” (BOREKI, 2009).

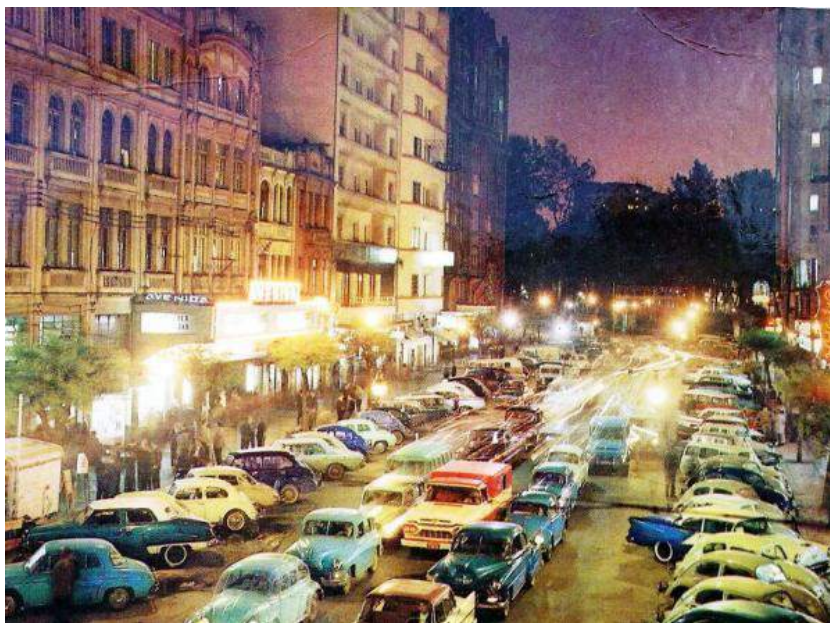


Figura 36: Rua XV de Novembro, meados dos anos 1960

A via mais importante da cidade já apresentava congestionamentos na época.

Fonte: Moacir Paulin. Disponível em <<https://goo.gl/wy5tbX>>.

Na década de 1950, a intensificação das atividades industriais no país gerou os primeiros impactos de deterioração das áreas metropolitanas, com aumento do êxodo rural e degradação ambiental nas grandes cidades (FERNANDES, 2011). De acordo com o IBGE, entre 1940 e 1960, Curitiba obtivera um dos maiores crescimentos populacionais do Brasil, chegando nos anos 60 com aproximadamente 361 mil habitantes. O Município enfrentava problemas com a instalação de estabelecimentos comerciais e de fábricas em áreas consideradas impróprias pelo plano Agache, além da proliferação de loteamentos clandestinos e o aparecimento das primeiras favelas.

Em função do acelerado ritmo de crescimento, em 1964, o Departamento Urbanístico da Prefeitura e a Companhia de Desenvolvimento do Paraná, CODEPAR, abriram concurso público visando a elaboração de um novo plano diretor para a cidade. A proposta vencedora, resultado do consórcio entre as empresas SERETE de Estudos e Projetos LTDA. e Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, estabeleceu o Plano Preliminar de Curitiba (IPPUC).

Segundo DUDEQUE (2010), o plano, que viraria lei em 1966, previu a consolidação de eixos estruturais, ruas calçadas na área central, incentivos aos edifícios com pilotis e fim dos loteamentos tradicionais, direcionando de forma linear o crescimento da cidade. Além de priorizar o transporte coletivo no planejamento urbano municipal, o Plano Wilhelm, como ficou conhecido, também passou a colocar o pedestre como um dos principais atores da capital paranaense. Para o centro histórico de Curitiba, por exemplo, foi proposto a criação de um anel de tráfego lento, com a intenção de desestimular a circulação de automóveis na região, e liberar assim, parte do bairro para as pessoas e o lazer urbano.

É nesse cenário que ocorre a implantação do primeiro logradouro brasileiro destinado à circulação exclusiva de pedestres, o calçadão da Rua das Flores. “Foi a partir de suas diretrizes (Plano Diretor de 66) que o poder público resolveu fechar para carros a rua mais importante da cidade, transformando a XV num grande calçadão” (T. CABRAL, 2011).

Sob a administração municipal do engenheiro arquiteto Jaime Lerner, a prefeitura iniciaria, no início dos anos 1970, o processo de intervenção projetual da Rua XV de Novembro. Conforme relata Abrão Assad, na época a via era cercada por um centro movimentado e um fluxo de veículos intenso. O trânsito congestionado na região refletia diretamente nas vendas do comércio local, cada vez mais em decadência. Nos meses anteriores ao calçamento, a gestão municipal anunciou suas intenções para a rua XV, estabelecendo parte da Boca Maldita como estacionamento; neste momento, a prefeitura proibiu o tráfego de automóveis na rua, mas não a calçou. No entanto, o efeito foi o oposto do esperado: sem a passagem de veículos, o movimento comercial diminuiu ainda mais (BOREKI, 2009).

O projeto de calçamento da via, posteriormente anunciado por Lerner, não foi bem recebido pelos comerciantes locais. De acordo com DUDEQUE (2010, p. 230), “ali estavam um dos pontos comerciais mais caros da cidade e parecia que as calçadas afastariam toda a clientela”. A obra, prevista há seis anos, embora demandasse uma técnica simples de execução, proliferou inúmeras críticas

contrárias, obrigando a gestão municipal a estabelecer uma estratégia para realizá-la.

O primeiro trecho do logradouro foi calçado no final de semana de 19 de maio de 1972, após o fechamento das repartições públicas judiciais, o que impediria os comerciantes de requerer mandatos de segurança. Em homenagem aos representantes da União Internacional dos Arquitetos, UIA, que participavam de uma reunião na cidade, na noite de sexta-feira, quando a maioria das lojas já estava fechada, operários e caminhões carregados de *petit-pavé* invadiram a Rua XV de Novembro, e iniciaram o processo de revitalização da via entre as Ruas Barão do Rio Branco e Marechal Floriano Peixoto. Meses depois o fechamento se prolongou até a Rua Dr. Muricy, e em 1976, até a Presidente Faria.



Figura 37: Construção do Calçadão da Rua das Flores

Colocação de *petit pavé* na Rua XV de Novembro, esquina com a Rua Monsenhor Celso, em 1972. Fonte: Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba



Figura 38: Rua XV de Novembro e a construção do Calçadão, em 1972.

Fonte: Prefeitura de Curitiba

Nos dias seguintes ao calçamento, comerciantes locais, proprietários de automóveis e parte da imprensa exigiam a substituição do prefeito. Enquanto o primeiro grupo se imaginava falido e ilhado, o segundo repudiava o fechamento da rua mais importante do centro de Curitiba, organizando até uma espécie de “buzinaço” como forma de protesto contra a gestão municipal. No entanto, para Abrão Assad, em entrevista à CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (2016), os

conflitos foram importantes para o êxito do Calçadão da Rua das Flores: “havia essa briga e todo mundo correu para o Centro ver o que estava acontecendo. A população aprovou, viu que o calçadão era o local próprio para fazer compras e se reunir”. As pessoas que caminhavam pelo centro desviavam suas rotas para conhecer as floreiras e calçadas da nova XV.

O comércio, que antes desmontava barricadas, silenciou e sentiu a diferença, atestando, finalmente, que as novas ideias urbanísticas tinham de fato qualidades. Do mesmo modo, urbanistas consideraram a rua-praça como uma experiência bem-sucedida, posteriormente copiando-a em várias cidades do Brasil (DUDEQUE, 2010, p. 233). Em 1974, o logradouro passou a fazer parte da lista de bens tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná.

As décadas de 1980 e 1990 foram caracterizadas por um processo de enfraquecimento do centro tradicional de Curitiba, influenciado, principalmente, pelo deslocamento de atividades de lazer para os bairros adjacentes, o surgimento dos shoppings centers e a diminuição do uso residencial na região. Nesse contexto, a Rua XV, 10 anos após o fechamento para automóveis, passou a competir com outros espaços de entretenimento, comércio, cultura e interação social da cidade. A descentralização dos serviços públicos, o boom dos shoppings centers e criação de novos parques, bosques e memoriais acabaram tirando a importância de elementos tradicionais para a cultura e lazer, como eram a via e o Passeio Público, por exemplo (REVORÊDO, 2016).

Conforme reportagem do Jornal Gazeta do Povo (1996), a Rua XV de Novembro, que fora o logradouro mais conhecido da cidade, seja pelos seus cafés, vitrinas ou passeios dominicais, se tornou um lugar de passagem de pessoas, que nem sempre se interessam para entrar nas lojas ou assistir um espetáculo público. Além disso, vale ressaltar que a implantação do calçadão, embora trouxe aspectos positivos ao contexto local, fortaleceu ainda mais o uso comercial na área, apresentando a problemática de esvaziamento no horário não comercial, a exemplo do que ocorre no restante do centro.

Segundo FERRI e TEIXEIRA (2015), com a intenção de reverter este quadro, a prefeitura, nos anos 2000, realizou a primeira grande reforma do Calçadão da Rua das Flores. A revitalização, uma antiga reivindicação dos comerciantes locais, incluiu obras subterrâneas de água, energia elétrica, esgoto, telefonia e fibra ótica, além da instalação de equipamentos urbanos como floreiras, bancos, lixeiras, bancas de revistas e postes de iluminação. Na mesma época, a Praça Osório também foi reformada, com implantação de módulo policial, quadras e instalações sanitárias públicas. Do mesmo modo, a Rua XV tem sido escolhida, há diversos anos, como cenário para a realização de relevantes apresentações artísticas que dão vitalidade no bairro além do horário comercial, sobretudo nas festividades de final de ano.



Figura 39: Galeria de Luz na Rua XV de Novembro, em 2012

Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em <<https://goo.gl/BCwkyG>>.

A partir do contexto histórico apresentado da Rua XV de Novembro, pode-se perceber que a via, mesmo sofrendo muitas mudanças nesses últimos 160 anos, consolidou-se como espaço relevante para a capital paranaense, considerada um dos pontos turísticos e culturais mais importantes da cidade. De Rua da Imperatriz ao Calçadão da Rua das Flores, o logradouro é um elemento que conta a história de Curitiba e do curitibano, seja pelo casario eclético, o comércio tradicional, os passeios dominicais e as conversas cidadinas. No entanto, sua transformação em lugar de passagem nas últimas décadas tem contribuído para o esquecimento da história da cidade, suas relações sociais e a própria

obsolescência local. Nesse sentido, ainda é fundamental implementar ações que melhorem os usos e apropriação do espaço na via, a fim de conservar sua memória, sua paisagem urbana e sua vitalidade.

4.3 O ÍCONE CURITIBANO: SÍMBOLOS DA RUA XV

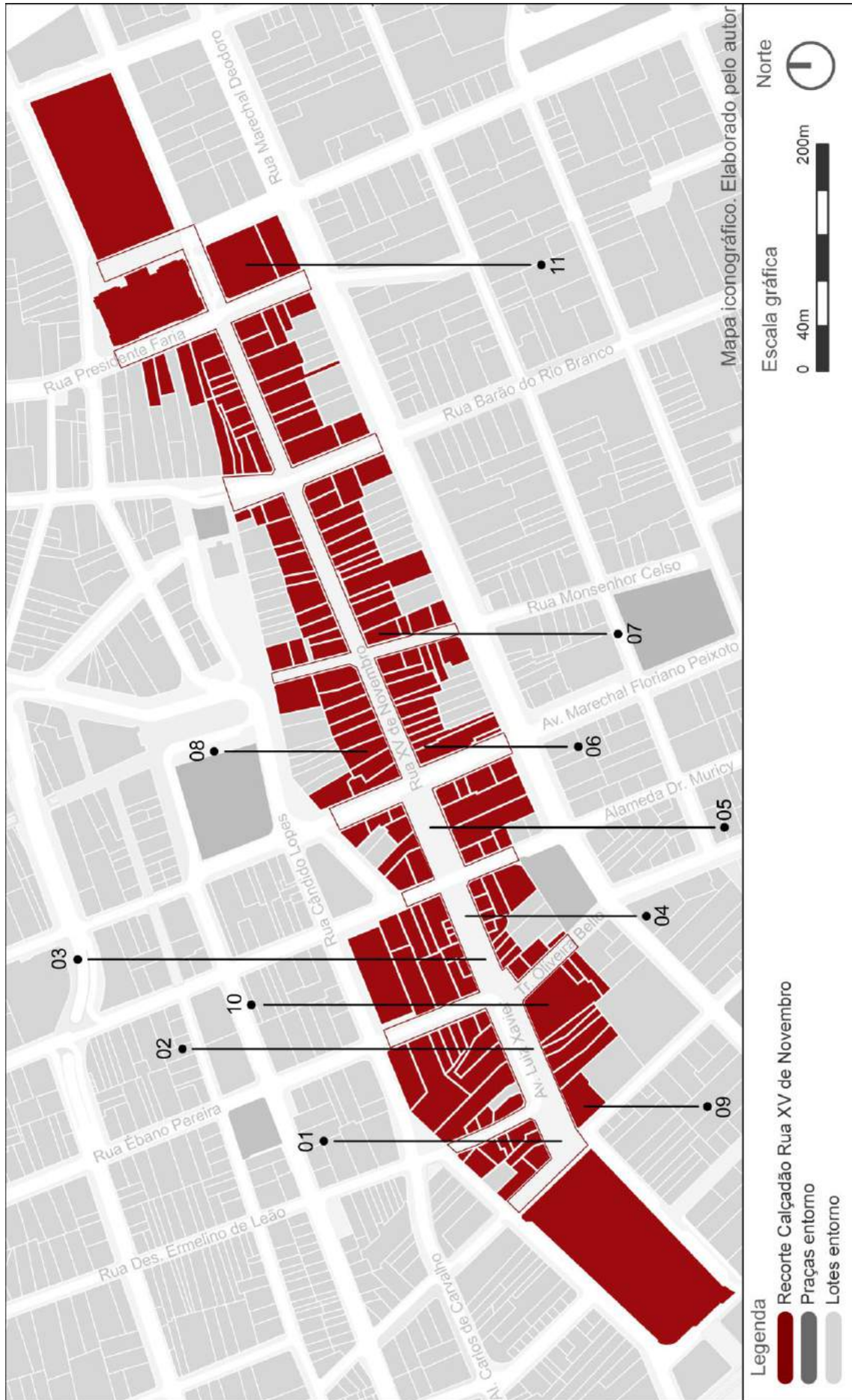
O presente capítulo tem por objetivo reconhecer alguns ícones, marcos e edificações que definem a “Rua das Flores” como lugar simbólico e identitário da memória coletiva de Curitiba. CRESTANI e MARTINS (2017) afirmam que as relações sociais, ao conferirem conteúdo ao espaço urbano, imprimem no tempo significados e lembranças que se condensam materialmente. Nos mais diversos contextos históricos e ambientais, aspirações culturais e ideológicas produzem cidades, infraestruturas, prédios das mais variadas tipologias e obras de arte que, seja por sua materialidade ou permanência na paisagem comum, convertem-se em “autênticos ícones” urbanos, sintetizadores de significados históricos e da manutenção e preservação de uma identidade coletiva.

Segundo R. PAIVA (2014), historicamente, os ícones urbanos e arquitetônicos funcionam como marcos na paisagem das grandes cidades e, assim como as pirâmides do Egito, os monumentos da antiguidade greco-romana, as catedrais medievais, e mais recente, a torre Eiffel, em Paris, sinalizam, no local construído, transformações sócio espaciais importantes. Nessa perspectiva, vale destacar o trabalho de Kevin Lynch sobre a “Imagem da Cidade” (1960) que, em seus estudos, já observava a importância de elementos distintos na urbe:

Os elementos marcantes, pontos de referência considerados exterior ao observador, são simples elementos físicos variáveis em tamanho. Para aqueles que conhecem bastante bem uma cidade, está comprovado que os elementos marcantes funcionam como indicações absolutamente seguras do caminho a seguir (...) a principal característica física dessa classe é a singularidade, algum aspecto que seja único ou memorável no contexto (LYNCH, 1960).

De acordo com BELO (2011), “a movimentada e comunicativa Rua XV, no Centro de Curitiba, mantém entre seus sons, anúncios e propagandas, diversas referências que contam parte da história da capital”. No meio destas informações, os detalhes de construções históricas, os prédios emblemáticos e os ícones da paisagem da região passam despercebidos para as milhares de pessoas que caminham diariamente por um dos logradouros mais importantes da cidade. O trecho compreendido pelo Calçadão da Rua das Flores, construído em 1972, teve a paisagem histórica tombada pelo patrimônio cultural no final da mesma década e, portanto, tornou-se uma história viva de Curitiba, onde cada quadra, ao formar um ambiente distinto, deixa o conjunto ainda mais rico e carregado de lembranças e marcas da identidade curitibana.

No mapa 7, enumera-se os marcos urbanos da Rua XV de Novembro que serão utilizados para a análise das páginas seguintes, de modo que sejam localizados no contexto da via.



Mapa 7: Ícones da Rua XV de Novembro
Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

No ponto 1, encontra-se o Relógio da Praça Osório, inaugurado em dezembro de 1914 pelo prefeito Candido de Abreu, quando então foram realizadas obras de remodelação e embelezamento da cidade. No entanto, o equipamento só começaria a funcionar quatro anos depois, em 1918, já que alguns mecanismos, incluindo os ponteiros, precisavam ser trazidos em navios a vapor, que não chegariam em tempo por conta da Primeira Guerra Mundial.



Figura 40: Relógio da Praça Osório, no início da Avenida Luiz Xavier

Fonte: Getúlio Vieira Vargas. Disponível em:

<<https://goo.gl/eW5qCy>>;

De acordo com DESTEFANI (2011), “o relógio da Osório funcionava aos trancos e barrancos. Vivia mais parado e, quando não, nunca estava com hora certa. O povo comentava: relógio que atrasa não adianta! ”. Depois de outras mudanças, foi substituído por um novo modelo, quadrado, na década de 1950, na gestão de Iberê de Mattos. Nas comemorações que marcaram os 300 anos da capital, em 1993, a primeira administração municipal de Rafael Greca também providenciou um novo mecanismo, construído com as características visuais do modelo na época de sua primeira implantação. Neste período, o marco foi retirado da Praça Osório e colocado no início da Avenida Luiz Xavier.

Símbolo de Curitiba há mais de um século, o Relógio da Praça Osório ficou conhecido por marcar a “hora oficial” da cidade durante muitos anos. Segundo a Prefeitura do Município, o dispositivo, que estava parado desde 2012, recebeu trabalhos de limpeza e manutenção no início de 2017, voltando a funcionar com a substituição das engrenagens e troca de fiação.

A área marcada pelo ponto 2 corresponde a Boca Maldita, um “lugar invisível” inserido na quadra inicial do Calçadão da Rua das Flores. Conforme observa DUDEQUE (2010), antes mesmo do fechamento da Rua XV para o tráfego de veículos, todos os dias, uma parte daqueles que transitavam pela via reunia-se nos cafés defronte à atual Avenida Luiz Xavier para “a atividade arquetípica da polis e da democracia: conversar”. Espaço de referência na capital, o nome, Boca Maldita, justificou-se pelos debates que costumavam antecipar muitos dos assuntos e opiniões que os jornais divulgariam no dia seguinte.

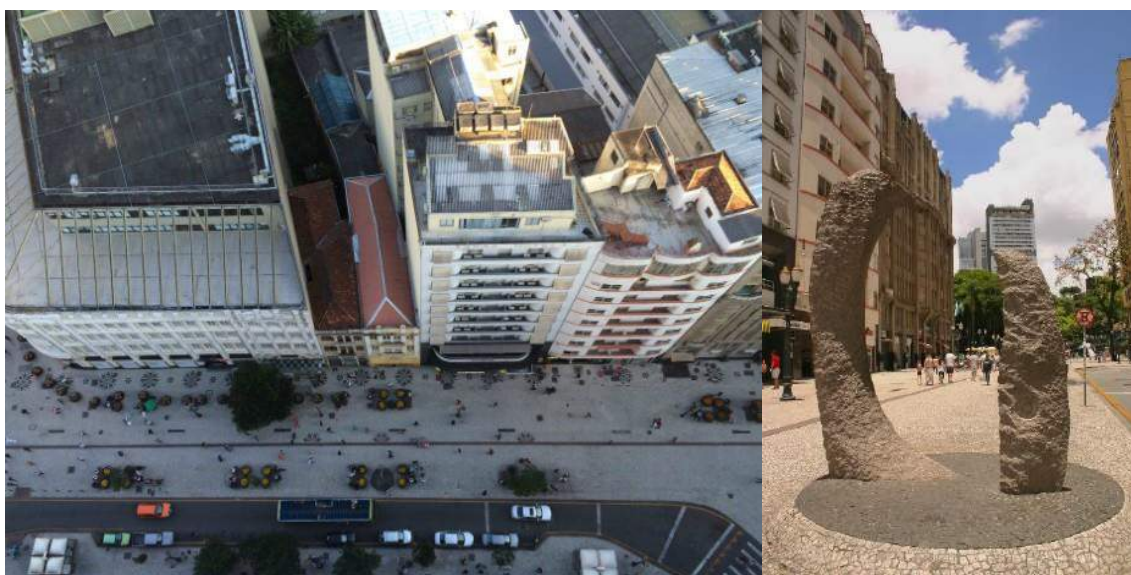


Figura 41: A “Boca Maldita” de Curitiba

A esquerda, o Calçadão da Rua XV, onde fica a Boca Maldita; à direita, escultura em homenagem ao lugar. Fonte: Thais Kaniak para o G1 Paraná, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/k2cFCM>>; Fernanda Sartori, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/E1AD5N>>;

Fundado em dezembro de 1956 e institucionalizado em 1966, o local tem como lema “nada vejo, nada ouço, nada falo”, o que é um paradoxo, considerando que ali tudo se vê, tudo se ouve, e de tudo se fala (FUCHS, 2009). Historicamente, o potencial democrático da Boca Maldita foi ampliado a partir do calçamento da

Rua XV de Novembro, na década de 1970, que a transformou num verdadeiro largo de discussões e manifestações políticas e culturais, como pode ser observado no trecho a seguir:

Em Curitiba, a dicotomia entre centro cívico e centro histórico mostrou-se equivocada. Reminiscências do plano agache fazem com que os mapas do município registrem um bairro e um conjunto arquitetônico denominado centro cívico. Porém, a partir de 1972, o calçamento comprovou que o verdadeiro centro cívico de Curitiba era a boca maldita. Cívico no sentido mais lato da palavra: o local de encontro e discussão, a ágora da cidade. (DUDEQUE, 2010).



Figura 42: Comício do movimento Diretas Já, na Boca Maldita, em 1984

Fonte: Fundação Cultural de Curitiba

A formação desta tribuna livre se consolidaria, por ironia, no ápice da ditadura militar: apesar da vigilância da época, ali se reunia toda a diversidade cidadina em Curitiba, como artistas, profissionais liberais, aposentados, juízes de direito e de futebol, políticos, jornalistas, entre muitos outros. A Boca Maldita também foi palco de diversas manifestações políticas de expressão nacional, como o movimento dos caras pintadas, o plebiscito do desarmamento, e o comício da campanha Diretas Já, em 1984. Este último, considerado um marco da luta pela

redemocratização do país, reuniu de 40 a 60 mil pessoas na região, e contou com a presença de representantes e lideranças dos movimentos sindical e social, além de autoridades políticas, como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, o então governador do Paraná, José Richa, e o prefeito da cidade, Maurício Fruet (JUSTI e KANIAK, 2015).

O ponto 3 compreende o Bondinho da Leitura, que permanece no mesmo lugar há 44 anos. Instalado na Rua XV de Novembro em 27 de outubro de 1973, na quadra entre a Travessa Oliveira Belo e a Alameda Dr. Muricy, em sequência dos trabalhos de implantação do Calçadão da Rua das Flores, o equipamento constitui-se como elemento de animação do Centro da capital. Conforme lembra FUCHS (2015), embora os bondes elétricos tenham circulado pela cidade a partir da primeira década do século XIX até os anos 1950, o exemplar da Rua XV nunca passou por Curitiba: já desativado, ele foi trazido de Santos, litoral do Estado de São Paulo para servir como espaço de recreação infantil na cidade.



Figura 43: Bondinho da Leitura, em Curitiba

Fonte: Eduardo “PA”, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/V6jwAK>>;

Pintado em cores vibrantes, a proposta do Bondinho no Calçadão era ser local para o atendimento de crianças, enquanto os pais ou responsáveis iam as compras ou realizavam outras atividades na região. Por esse motivo, ficou conhecido como “estacionamento de crianças”. Segundo a Fundação Cultural de Curitiba (1993), as orientações lúdicas incluíam atividades de arte, jogos educativos, trabalhos em pintura, modelagem e assistência a filmes. Em 1986, a funcionalidade prática e inovadora do equipamento teve fim e o Bondinho passou a funcionar, por um período de três anos, como centro de informações turísticas da cidade, ligado à Secretaria Municipal de Turismo. Em 1989, depois de ser revitalizado, o local retomaria sua função original como equipamento cultural.

Mais recentemente, o espaço é utilizado para outra finalidade interessante. Em 20 de novembro de 2010, após novas reformas, o Bondinho de Curitiba passou a abrigar uma biblioteca, com posto de atendimento para o empréstimo de livros. No acervo, os visitantes encontram mais de 2.500 títulos da literatura brasileira e estrangeira, além de um ambiente agradável para a leitura.

No ponto 4, encontra-se um dos mais maiores ícones do Calçadão de Curitiba, o mobiliário urbano composto pelos quiosques com cúpulas de acrílico roxo. Projetado pelo arquiteto e urbanista Abrão Assad, nas ações que levaram ao fechamento da via para o tráfego de veículos, este elemento faz parte do conjunto de grandes floreiras, bancos de praça, bancas de jornais, luminárias tipo globo e pavimentação em *petit-pavé* que caracterizaram a via na década de 1970. Segundo REVORÊDO (2013), na região então chamada de “senadinho”, local de encontro nos finais de tarde de aposentados e esportistas, estas coberturas roxas foram construídas junto com mesas e cadeiras para dar mais conforto aos seus frequentadores, que nos finais de tarde, “costumavam se reunir para conversas informais”.



Figura 44: Quiosques da Rua XV de Novembro, em Curitiba
Foto: Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://goo.gl/xxrnz9>>.

No Ponto 5, observa-se a área que ficou conhecida como a sala de estar curitibana. Bancos, floreiras e chafariz formam, entre a Alameda Dr. Muricy e a Avenida Marechal Floriano Peixoto, um ambiente propício para se sentar, ler, namorar ou apenas apreciar o movimento da via. De acordo com Boletim Informativo da Casa da Memória (2000), este espaço, como se apresenta hoje, resulta de uma obra que revitalizou a Rua XV nos anos 2000, sob a gestão do então prefeito Cássio Taniguchi. O fluxo, na época, desviado para as laterais, deixou a faixa central do Calçadão livre para o convívio entre as pessoas que por ele transitam, potencializando assim, seu caráter democrático.



Figura 45: O Calçadão de Curitiba, na quadra entre a Alameda Dr. Muricy e a Avenida Marechal Floriano Peixoto. Fonte: IPPUC

Anteriormente a essa reforma, ainda na primeira administração municipal do arquiteto Jaime Lerner, o espaço contava, além de muitas floreiras, bancos corridos e na época, modernas luminárias, com um conjunto de quatro quiosques de estrutura de aço e cobertura de acrílico dispostos em uma área de 64 metros quadrados, projetados também por Abrão Assad. Os serviços oferecidos compreendiam um café com espaço para degustação, venda de material turístico e um posto para venda de selos e ligações interurbanas. Integrada a este ambiente, também estava a Torre Cultural, uma estrutura metálica que deveria conter a programação dos teatros, shows, cinemas e até jogos de futebol na cidade (BENVENUTTI, 2017).



Figura 46: Torre de informação da Rua XV de Novembro, década de 1970

Fonte: IPPUC

A sala de visitas da Rua das Flores, criada para gerar vitalidade no Calçadão, se consolida hoje como um dos pontos de encontro mais expressivos do logradouro. Como afirma REVORÊDO (2013), nota-se, neste contexto, uma filosofia de cidade para o ser humano e para sua população, visando facilidades no lazer e na recreação, além de possibilidades de uso do comércio existente.

Em 6, o Painel de Poty Lazzarotto (1924-1998), em homenagem aos 300 anos de fundação da cidade, se destaca num dos terrenos mais subutilizados do Calçadão da Rua das Flores. Localizado na face lateral de um pequeno edifício de três pavimentos, na esquina da Rua XV com a Marechal Floriano, em vazio urbano correspondente a um estacionamento, tem-se a obra do artista paranaense, realizada em 1993, que igualmente celebra a construção da Catedral de Curitiba. Neste trabalho, Lazzarotto também retrata um operário descansado, enquanto observa a passagem de um dirigível no céu, comuns nas cidades brasileiras entre 1930 e 1937. Na imagem, já bem desgastada, pode-se

ler o seguinte texto: “Por ocasião dos 300 anos da nossa cidade, cumprem-se os primeiros 100 anos da Catedral de Nossa Sra. Da Luz dos Pinhais de Curitiba. Comemorar é conhecer”.



Figura 47: O mural de Poty Lazzarotto na Rua XV

Fonte: Luís Junior, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/xFmCi>>;

As edificações da via também merecem destaque quanto simbólicos da história curitibana e da evolução de métodos construtivos e dos movimentos arquitetônicos desenvolvidos na capital paranaense ao longo dos anos. Em entrevista ao *Jornal Gazeta do Povo*¹⁰, o arquiteto, mestre e doutor em História Key Imaguire Júnior afirma que “quem passa pela Rua XV de Novembro conhece quase tudo do que se construiu na arquitetura de Curitiba. Neste contexto, destaca-se os exemplares do casario eclético, cuja expressão se consolidaria na cidade nas duas primeiras metades do século 20.

É o caso da residência com influências góticas localizada na esquina da Rua XV de Novembro com a Monsenhor Celso, observada no Ponto 7. Projetada pelo alemão e mestre de obras Henrique Henning, a edificação, concluída em 1893, tem três andares e é caracterizada por sua sucessão de dezenas de portas-janelas, balcões de ferro e pelo seu revestimento externo de lajotas e azulejos importados de Portugal. Segundo SUTIL (2009), ela foi encomendada pelo

¹⁰ Caderno *Haus*. Reportagem de Geanine Ditzel (2015).

imigrante português Manoel da Costa Cunha, que instalou no térreo uma loja de roupas, por muito tempo conhecida como “O Cunha das roupas feitas”. Posteriormente, o prédio seria vendido para o ervateiro Manoel de Macedo, abrigando, em seguida, diversas empresas, como a Elétrica Hauer e Filhos e o Telegrafo Nacional. Atualmente, 2017, a obra abriga uma agência bancária.



Figura 48: Edifício Manoel da Costa Cunha.

Fonte: Flávio Antonio Ortolan, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/cgSrKT>>;

Pela sua riqueza ornamental e originalidade, aponta-se também a Casa Louvre, localizada no Ponto 8. Construído em 1913, o prédio, inserido no começo da quadra entre a Marechal Floriano Peixoto e a Monsenhor Celso, abrigou por muitos anos a loja de tecidos “Louvre, o Rei das sedas”.

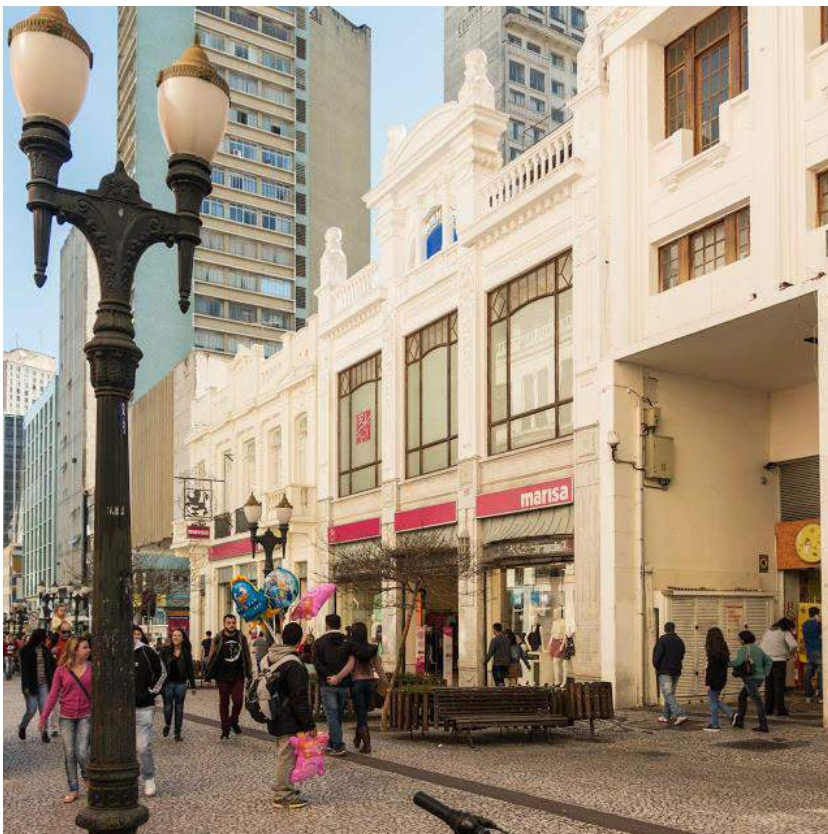


Figura 49: O Antigo Louvre, em Curitiba

Fonte: Flávio Antônio Ortolan. Disponível em: <<https://goo.gl/cVhcCZ>>;

A construção, de madeira e ferro, foi encomendada por Bertholdo Hauer e é hoje um dos poucos exemplares do *Art Nouveau* no Paraná. De acordo com Boletim Informativo da Casa da Memória, da fachada original, atualmente resta quase nada. As janelas do primeiro pavimento, por exemplo, deram lugar a modernas esquadrias de alumínio, bem como a porta que anteriormente era pequena e fazia uma entrada única para o estabelecimento. Contudo, características interessantes do Século XIX ainda foram mantidas, como os seus vitrais externos e internos, o arco pleno no frontão, “formando um mirante no telhado”, e a relação entre elementos cheios e vazios. Contemporaneamente, a edificação abriga uma rede varejista de roupas.



Figura 50: O Antigo Louvre, em Curitiba

Fonte: Flávio Antônio Ortolan. Disponível em: <<https://goo.gl/cVhcCZ>>;

Em meados da década de 1930, o desenvolvimento do *Art Déco*, acompanhado pelo uso crescente do concreto armado, possibilitou o progresso de edificações mais altas, racionalizadas, geometrizadas e menos ornamentadas. Segundo DOMAKOSKI (2017), Curitiba, assim como outras cidades brasileiras, “que antes só via construções em madeira ou tijolos, passou a ganhar mais exemplares feitos com concreto, escalonamento, verticalidade e brincadeiras volumétricas”. Resultam desta época, o Palácio Avenida, o Edifício Moreira Garcez e as linhas verticais na fachada da sede histórica do Correios e Telégrafos, por exemplo, marcos na paisagem urbana do Município.

Inserido na esquina da Avenida Luiz Xavier com a Rua Voluntários da Pátria, como pode ser observado no Ponto 9, o Edifício Moreira Garcez já foi considerado um dos mais maiores “arranha-céus” do país, superado apenas pelos Edifícios Martinelli, em São Paulo, e da Noite, no Rio de Janeiro. A conclusão da obra, iniciada em 1927, se daria em três etapas: a primeira, inaugurada em 1933, revelou os cinco primeiros pavimentos e um subsolo, constituídos de acordo com o projeto original; quatro anos depois, atingiria o sexto andar; e por fim, em 1959, converter ia-se numa edificação de oito pavimentos. Segundo DE MACEDO et al (2017), “tais ampliações aconteciam por conta de uma lei que oferecia dedução tributária para aquele que fosse o prédio mais alto da cidade, um claro incentivo à verticalização”.



Figura 51: Vista aérea do Edifício Moreira Garcez

Fonte: DE MACEDO et al (2017).

De acordo com o Centro de Preservação da Memória do MPPR¹¹, a princípio, o edifício funcionaria como um hotel, mas acabou constituindo uso comercial e institucional, recebendo importantes estabelecimentos, como as sedes do Consulado da Alemanha e da Federação Paranaense de Futebol, por exemplo. Na década de 1980, após ser adquirido pelo Grupo Hermes Macedo e passar cinco anos em obras de revitalização, o imóvel é reinaugurado como uma loja de departamentos, levando o nome de “Shopping Garcez”. Desde 2003, abriga a

¹¹ MPPR: Ministério Público do Paraná.

Faculdade Internacional de Curitiba. A construção, além de ser inspirada no movimento *Art Déco*, evidenciado na disposição de suas colunas e na geometria de seu coroamento, ainda apresenta elementos paranistas, como pinhões geometrizados ao longo de sua fachada e em detalhes internos de suas esquadrias.

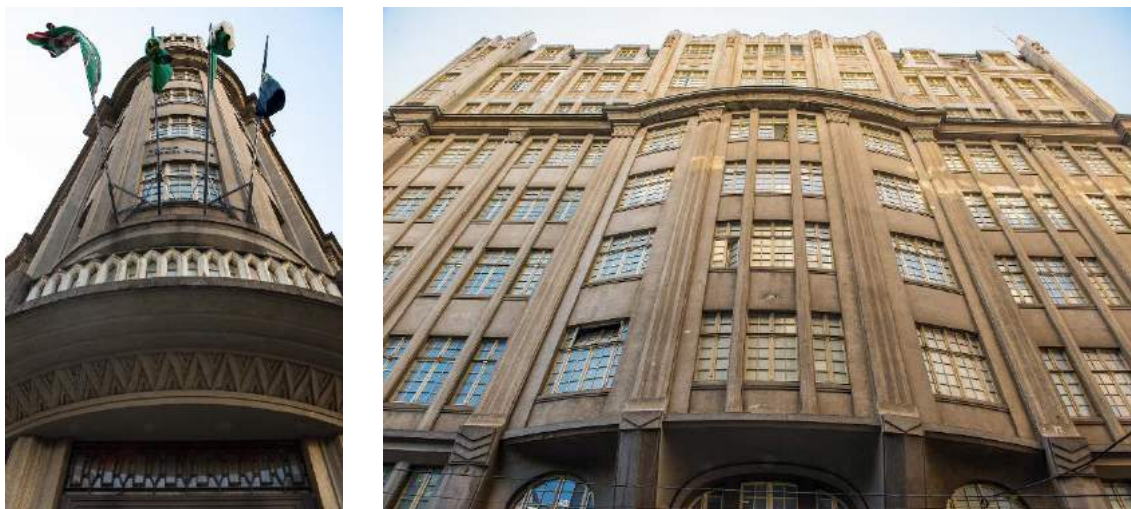


Figura 52: Detalhes do Edifício Moreira Garcez

Fonte: DE MACEDO et al (2017).

Em 10, nota-se um dos mais emblemáticos edifícios da Rua XV de Novembro: o Palácio Avenida. Encomendado pelo imigrante sírio-libanês Feres Merhy, em 1927, o prédio, cuja obra seria concluída dois anos depois, contou na época com trinta apartamentos, distribuídos nos seus três andares superiores, lojas em frente à rua e um anfiteatro, o qual abrigava encenações teatrais e exibições de filmes. DE MACEDO et al (2017) apresenta a fachada do edifício como “uma composição inspirada no estilo eclético com detalhes em *Art Déco*, identificados em pequenos elementos florais e nas coberturas metálicas trabalhadas em ferro”. As esquadrias, de madeira, variam em função do andar, e no alto da esquina entre a Avenida Luiz Xavier e a Travessa Oliveira Bello, é possível observar um brasão com as iniciais de seu idealizador.



Figura 53: O Palácio Avenida, na década de 1980

Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://goo.gl/7b4Fg9>>;

Os moradores do edifício tiveram a oportunidade de presenciar grandes desfiles cívicos, carnavais de rua, manifestações políticas, além de muitos trotes universitários. Ali nasceu o exclusivo Cine Avenida, que juntamente com o Cinema da Glória e o Cine Palácio marcaram um importante eixo cultural na região e transformaram a pequena Avenida Luiz Xavier na Cinelândia curitibana, figurando dessa forma até a metade dos anos 70. Algumas lojas também deixaram sua marca no prédio, como a Casa do Mate e a Confeitaria Guairacá (DE MACEDO et al, 2017).

Em 1990, o Palácio Avenida, adquirido pelo extinto Banco Bamerindus nos anos 1980, sofreu parcialmente uma demolição, a qual manteve somente a fachada principal do prédio por força de tombamento da Rua XV de Novembro. Neste contexto, coube ao engenheiro Rubens Meister e ao arquiteto Elias Lipatin a elaboração de um projeto de readequação do edifício, prevendo nova estrutura em concreto armado e restauração da “casca” histórica. Reinaugurada em 1991, a edificação, desde então, sedia instituições bancárias e é hoje, nacionalmente conhecida pelos seus espetáculos natalinos.



Figura 54: O Palácio Avenida, na Luiz Xavier

Fonte: Fonte: DE MACEDO et al (2017).

Por fim, na região do Ponto 11, encontra-se o prédio histórico dos Correios. A edificação, construída para receber a nova sede dos Correios e Telégrafos da capital paranaense, foi entregue à cidade em setembro de 1934, com pouco mais de 4 mil metros quadrados. Marco arquitetônico na paisagem urbana, o imóvel é caracterizado pelos traços geométricos do estilo Art Déco, que refletiam na época os mais avançados conceitos de modernidade. De acordo com a Prefeitura de Curitiba, a edificação constitui Unidade de Interesse de Preservação, e sua fachada, voltada para a Rua XV de Novembro, integra a lista do Patrimônio Histórico do Estado, desde 1974. O prédio, fechado há cinco anos, foi reaberto ao público em 2017, após receber melhorias que incluíram a recuperação da estrutura, a implantação de elevadores, sistema de climatização, e restauração da cúpula que fica sobre a agência.



Figura 55: O prédio histórico dos Correios e Telégrafos de Curitiba
Esquina da Rua XV de Novembro com Presidente Faria
Fonte: Rogério Plachinski, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/iJPe35>>;

O reconhecimento local e externo como patrimônio cultural da cidade, destaca a Rua XV de Novembro como cenário de apropriação pela população de Curitiba desde sua origem, no século XVII, caracterizando-se hoje como um espaço multiuso de diferentes coletividades. A permanência do logradouro como local simbólico da capital paranaense destaca-se por sua capacidade de projeção como um dos lugares identitários da imagem e da memória urbana, seja pela representatividade dos monumentos e marcos patrimoniais que reúne, seja também por se consolidar como local da convivência de diversas territorialidades, períodos históricos e grupos sociais.

4.4 RELAÇÕES DE USO E APROPRIAÇÃO

De acordo com JACOBS (2011), ruas, bairros e parques que compõe a cidade devem atender a mais uma função principal, “de preferência, a mais de duas”, a fim de que possam garantir a presença de pessoas no espaço público em diferentes horários e por diferentes motivos. Para a autora, atividades urbanas variadas, bem distribuídas, relacionadas e complementares favorecem a formação de lugares devidamente qualificados, e garante, não somente vitalidade urbana nos distintos períodos do dia, mas também a apropriação da cidade além do ciclo trabalho, moradia e lazer. Nessa perspectiva, o capítulo que segue tem como objetivo caracterizar os usos e atividades urbanas que dão vida à Rua XV de Novembro, em Curitiba, ao mesmo tempo que busca reforçar o objetivo principal da pesquisa, compreendido pela criação de um espaço cultural, de entretenimento e de resgate histórico na região.

Para tanto, num primeiro momento, por meio de levantamento em campo, identificou-se as atividades distribuídas ao longo do Calçadão da Rua das Flores e de seu entorno imediato, com leitura direta à fachada das edificações. Nessa etapa, dividiu-se os usos no logradouro da seguinte forma: residencial, comércio e serviço, misto (residencial com comércio e ou serviço), hotel e hotel com comércio e ou serviço.

Como pode ser observado no Mapa 8, as atividades de comércio e serviço consolidam-se praticamente únicas em quase toda a extensão do Calçadão da Rua das Flores, destacando-se as operações varejistas de vestuário e tecidos, além da oferta de serviços de profissionais liberais, de hospedagem e de alimentação. Somente junto às Praças Osório e Santos Andrade é que se identifica a maior concentração de lotes institucionais e de edifícios de uso misto, com térreo comercial e pavimentos superiores usados para habitação. Verifica-se também a carência de áreas de vivencia e lazer no logradouro, bem como de espaços que levem a contemplação da própria Rua XV de Novembro e dos ícones que a caracterizam como um lugar de memórias.

Na análise, identificou-se inclusive atividades comerciais que sobrevivem ao tempo e continuam fazendo parte da história da cidade. Próximo à Praça Osório, entre as Ruas Ébano Pereira e a Alameda Dr. Muricy, em frente ao Bondinho da Leitura, é possível visualizar os bares Triângulo, de 1939, e Mignon, de 1946. Redutos da boemia curitibana, os estabelecimentos, com mesas espalhadas sobre o calçadão, são hoje os únicos espaços da Rua XV que permitem a permanência das pessoas, e não apenas a circulação por ela. Mais adiante, entre a Alameda Dr. Muricy e a Avenida Marechal Floriano, perfila-se a Casa das Canetas, de 1948, considerada, segundo a própria empresa, “a primeira loja especializada em canetas” do Brasil. Por fim, na quadra entre as Ruas Monsenhor Celso e Riachuelo, encontra-se a Confeitaria das Famílias, outro exemplar da vida cidadina antiga. Inaugurado em 1945, o estabelecimento ainda mantém algumas receitas daquela época.

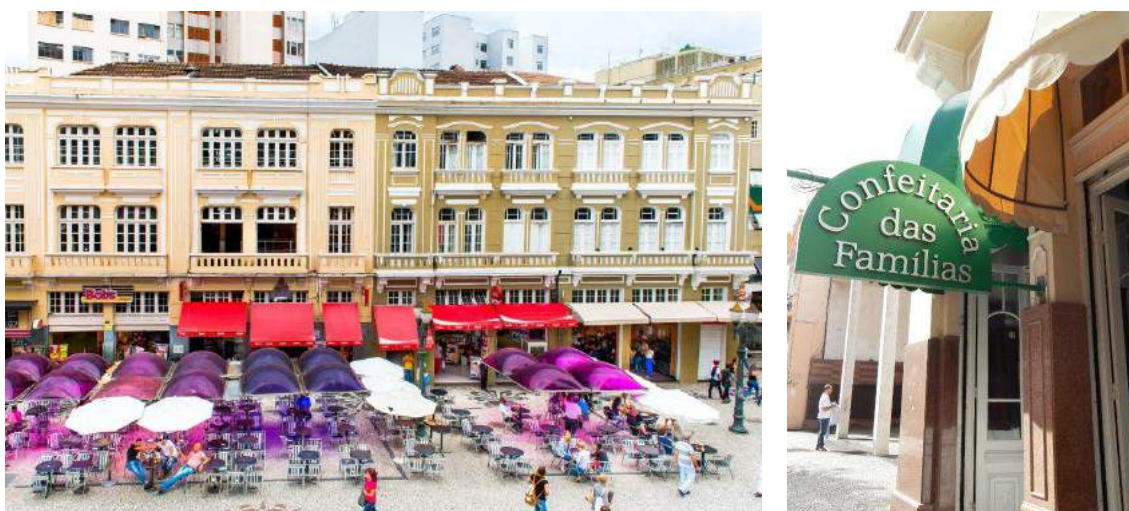
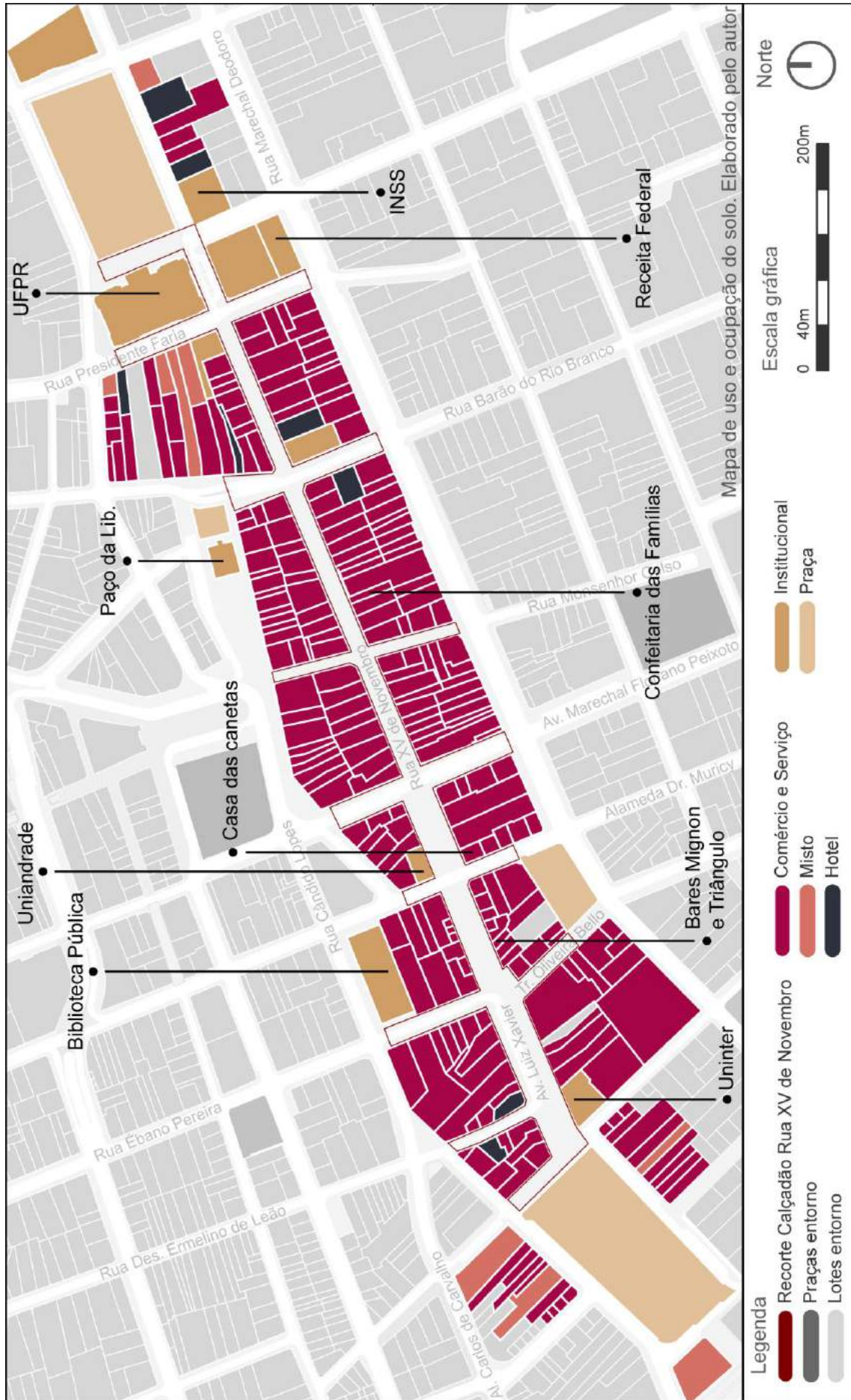


Figura 56: à esquerda, os Bares Mignon (1925) e Triângulo (1939) junto às coberturas de acrílico roxo que marcam a paisagem do Calçadão. Fonte: Gazeta do Povo; à direita, a Confeitaria das Famílias (1945). Fonte: André Antunes; Disponível em: <<https://goo.gl/Ks1dzH>>;

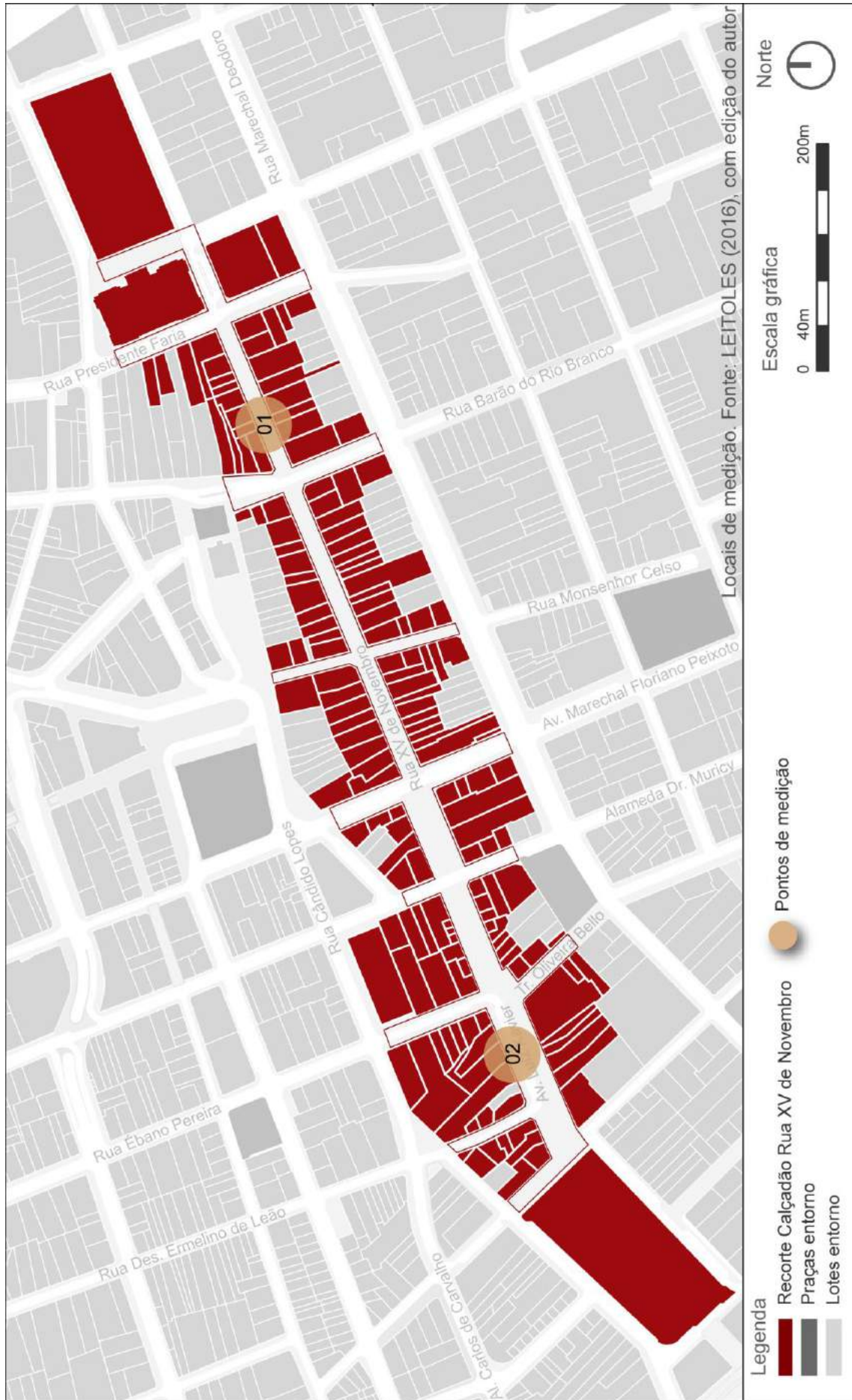


Mapa 8: Uso e ocupação do solo na Rua XV de Novembro e entorno imediato
Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

A concentração das atividades de comércio e serviço na via, a exemplo do que ocorre no restante do Centro da cidade, pode ser explicado tanto pela importância comercial histórica da Rua XV, quanto por este ser um dos espaços mais acessíveis e integrados no sistema urbano da capital paranaense, e, conseqüentemente, com maior possibilidade de concentração e movimentação de pessoas. Contudo, apesar de suas peculiaridades, este cenário apresenta a mesma problemática de esvaziamento no horário não comercial presente em praticamente todo o bairro, perdendo assim, sua característica de centralidade.

Neste ponto, destaca-se o trabalho de LEITOLES (2016), que em sua dissertação “Permanências e transformações no espaço público, o caso da Rua XV de Novembro, em Curitiba”, fez, através de pesquisa em campo, a análise da apropriação do logradouro pelas pessoas. O ensaio consistiu em levantar a quantidade de pedestres que cruzavam o Calçadão da Rua das Flores, mediante contagem, durante o período de 5 minutos, em dois diferentes horários, às 14:00 e às 20:00, em dois diferentes dias da semana, numa quinta-feira e num sábado, e em dois pontos específicos da via, ilustrados no mapa 9.

De acordo com a avaliação do autor, observado na Tabela 1, evidencia-se que o maior movimento de pedestres no logradouro ocorre durante os dias de semana e no horário comercial, compreendido entre às 9:00 até as 19:00. Em seu estudo, LEITOLES (2016), contou uma média de 360 pessoas em ambos os pontos às 14:00, da quinta-feira, enquanto no mesmo dia, às 20:00, após o fechamento dos estabelecimentos comerciais, este número cairia quase 80%, passando para uma média de 74 pessoas em cada ponto de contagem. No final de semana, nos mesmos horários, o número de pedestres na Rua XV seria ainda menor, considerando que a maioria dos postos de serviços não estava funcionando no período pesquisado.



Mapa 9: Pontos de medição do fluxo de pedestres na Rua XV

Fonte: LEITOLES (2016), com edição do autor.

Tabela 1: Fluxo de pedestres na Rua XV de Novembro

Ponto de medição	Ponto 01		Ponto 02	
	14:00 - 14:05	20:00 - 20:05	14:00 - 14:05	20:00 - 20:05
Horário				
Dia de semana	357	66	362	82
Fim de semana	110	38	136	65

Fonte: LEITOLES (2016), com edição do autor

Na Figura 57, apresenta-se o fluxo e o movimento de pessoas no Calçadão da Rua XV em dois períodos do dia, uma quinta-feira, pesquisados por LEITOLES (2016): o primeiro com usos comerciais e de serviços abertos, e o segundo com estas atividades fechadas.

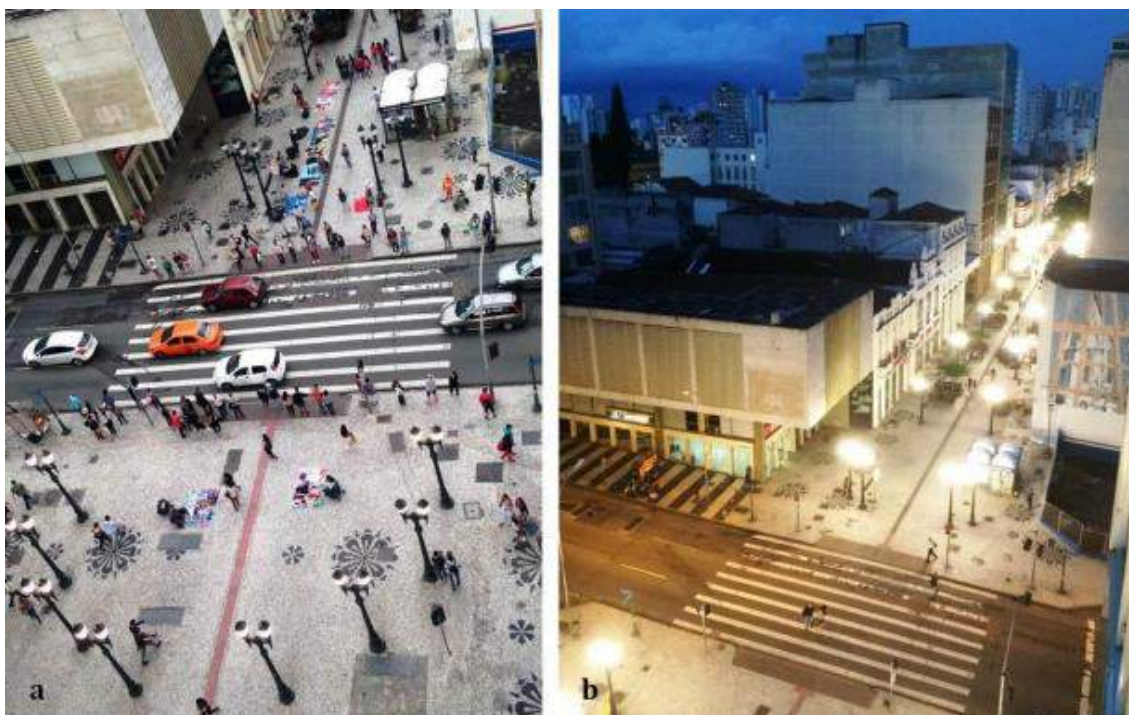


Figura 57: Fluxo de pedestres na Rua XV de Novembro, esquina com a Avenida Marechal Floriano Peixoto; à esquerda, foto *a* tirada durante o horário comercial, em dia da semana; à direita, foto *b* tirada fora do horário comercial em dia da semana. Fonte: LEITOLES (2016).

Percebe-se que as atividades distribuídas ao longo da Rua XV, além de influenciarem na apropriação do espaço urbano, não oferecem uma diversificação de pessoas em horários variados, ou seja, além aqueles em que

o comércio e serviço estão funcionamento. Nessa perspectiva, a falta de usos e atividades diversificadas conduz o cenário urbano como “centro meramente de passagem para os pedestres, ao invés de um lugar de descanso e entretenimento, tornando-se então, um não lugar¹², um espaço inadequado a qualquer tipo de identidade ou relação” (SILVA et al, 2012).

No entanto, apesar da via apresentar elevada desertificação em horários não comerciais, no cotidiano em que mais de 140 mil pessoas circulam pelas suas calçadas (IPPUC), a Rua XV de Novembro apresenta formas de interações sociais que vão além das atividades desenvolvidas dentro das edificações. Junto a grande quantidade de lojas e espaços de serviço, o logradouro emerge como um verdadeiro palco a céu aberto e acaba atraindo pintores, escultores, palhaços, malabaristas, cantores, camelos, religiosos e políticos que, diariamente, dão seu “espetáculo” particular e contribuem com a diversificação do espaço público e a vitalidade na região.



Figura 58: Apropriações do Calçadão

“A XV virou palco para bandas como a M.A.S.U.”. Fonte: Henry Milléo (Gazeta do Povo). Disponível em: <<https://goo.gl/gDQ2Z5>>

¹² Ver Capítulo 2.1 (A percepção do lugar: *genius loci*).

Além das manifestações culturais, a Rua XV é também palco de muitas ações voltadas ao atendimento da população de maneira geral, sejam elas educativas, de atendimento ao público, ou ainda para conhecimento de determinados assuntos. Além disso, a mais simbólica e tradicional rua da cidade apresenta, igualmente, uma importância não apenas no dia a dia de Curitiba, mas também em eventos e grandes acontecimentos que ocorrem no cenário urbano, como a corrente cultural, o carnaval de rua e as apresentações artísticas que antecedem o natal. Nestes eventos, observa-se a apropriação popular que toma todo o espaço público, inclusive no período noturno, normalmente desertificado, como visto anteriormente.



Figura 59: Corrente Cultural na Boca Maldita, em 2013

Fonte: SESC-PR. Disponível em: <<https://goo.gl/3cWX2G>>;



Figura 60: Natal do Palácio Avenida, em 2016

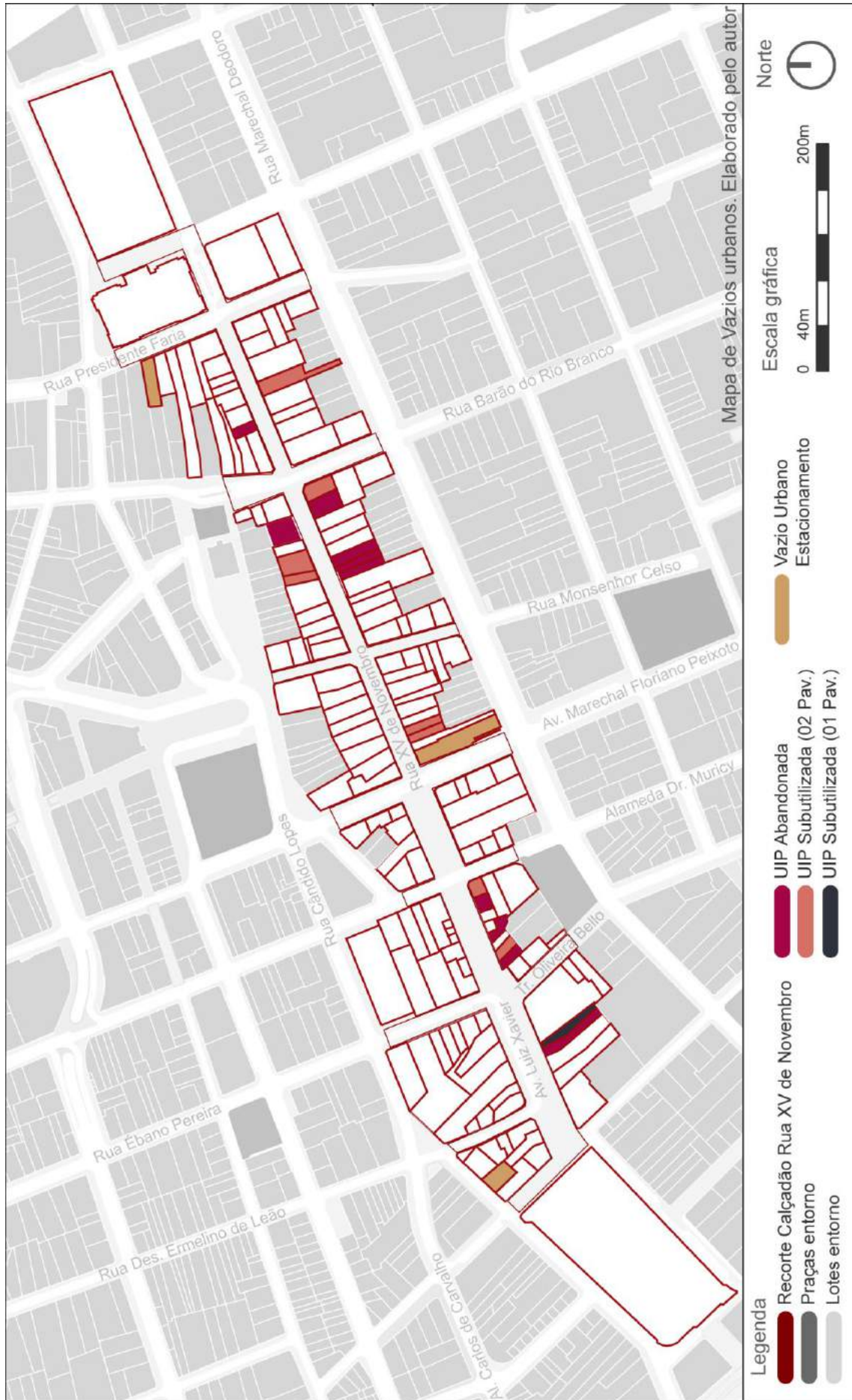
Fonte: Rubens Nemitz Jr. (G1 Paraná). Disponível em: <<https://goo.gl/3zcLg6>>

4.5 A DEFINIÇÃO DO TERRENO

A partir da leitura feita no capítulo anterior e dos levantamentos realizados na área de estudo, notou-se, além da falta de usos diversificados, a existência de algumas edificações e terrenos subutilizados próximo ao Calçadão da Rua das Flores, lugar onde deseja-se inserir o observatório da Rua XV de Novembro. Segundo a Lei Nº 14771 de 2015, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba, entende-se como imóvel subutilizado aquele:

(...) Lote na zona central, setor histórico ou demarcado como SEHIS de Vazios - conforme a legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo - independente de sua área, cuja área construída represente um coeficiente de aproveitamento igual ou inferior a 15 % (quinze por cento) do coeficiente de aproveitamento básico previsto na legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo (PREFEITURA DE CURITIBA).

O que chama a atenção da pesquisa, considerando a subutilização do potencial construtivo num espaço tão histórico e importante da cidade, é a presença de três lotes usados como estacionamento na região, apontados no Mapa 10. Nesta etapa, o estudo questiona se este é realmente um uso digno para terrenos em áreas centrais, haja vista que atividades de guarda de veículos, sobretudo em espaços com dinâmicas sociais consolidadas, vem contribuindo, cada vez mais, para a deterioração da paisagem citadina e o aumento dos vazios urbanos nas grandes cidades (SIPINSKI e SCMITZ, 2011).



Mapa 10: Vazios urbanos da Rua XV e entorno

Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

Com base neste contexto, uma vez julgada a qualidade espacial para a implantação do programa de necessidades e a inserção na paisagem do logradouro histórico, optou-se, para a implantação do projeto deste trabalho, a lacuna definida pelas Ruas XV de Novembro, Marechal Deodoro e Avenida Marechal Floriano Peixoto, atualmente ocupada por um estacionamento particular, Auto Park, e por uma franquía internacional de *fast food*, Subway. Na área, compreendida por três terrenos, ilustrados no Mapa 12, propõe-se a unificação dos lotes, conformando assim, uma superfície com 1.263,81 metros quadrados. O espaço encontra-se em dois zoneamentos distintos, a Zona do Anel Central e o Setor de pedestres da Rua XV, Avenida Luiz Xavier, cujos parâmetros de uso e ocupação do solo serão apresentados nas tabelas a seguir.



Mapa 11: Inserção urbana da área de intervenção

Elaborado pelo autor, com base do Google Maps.



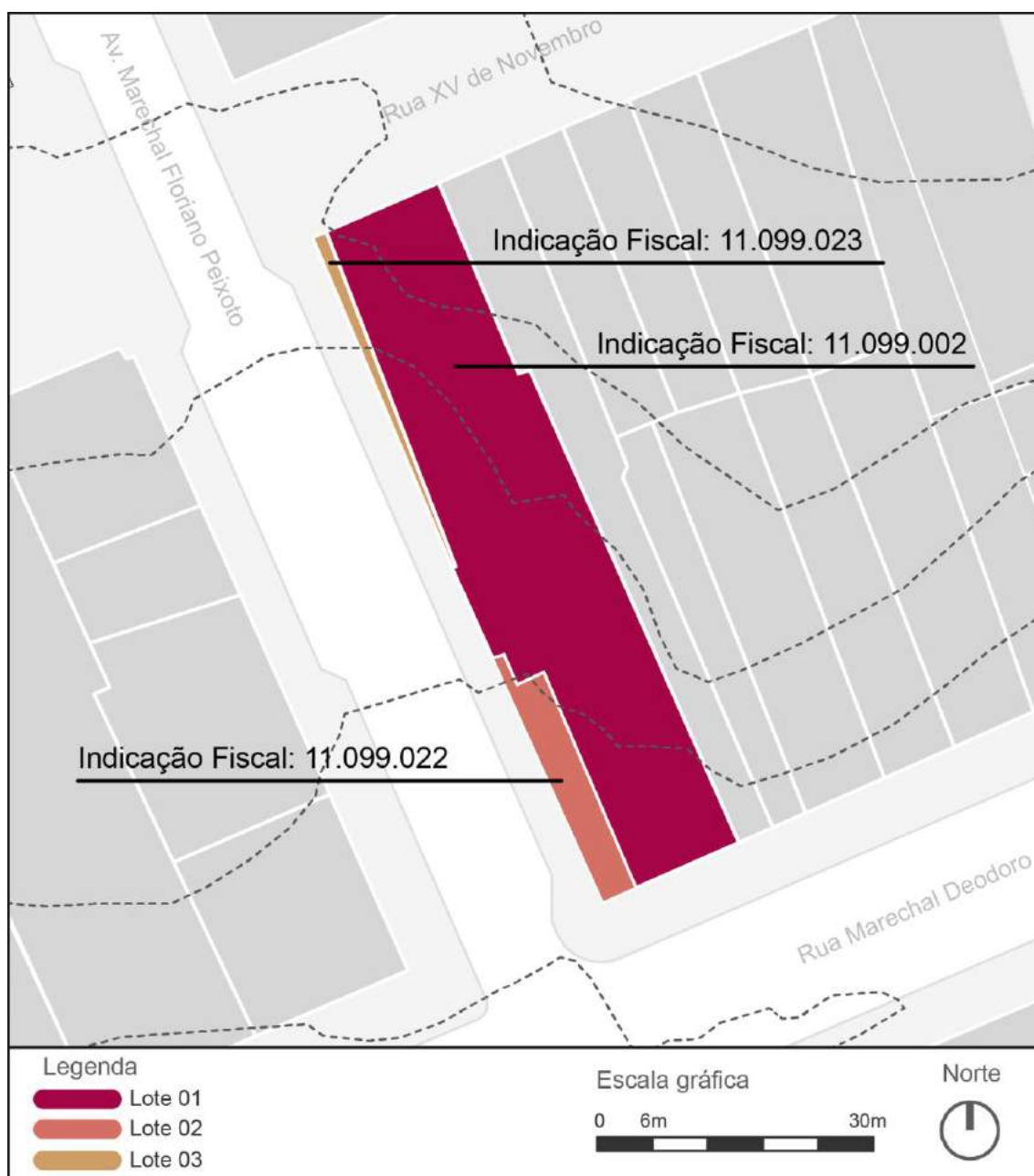
Figura 61: Vista do terreno

Rua XV de Novembro com Avenida Marechal Floriano Peixoto; Acervo do autor.



Figura 62: Vista do terreno

Avenida Marechal Floriano Peixoto com Rua Marechal Deodoro; Acervo do autor.



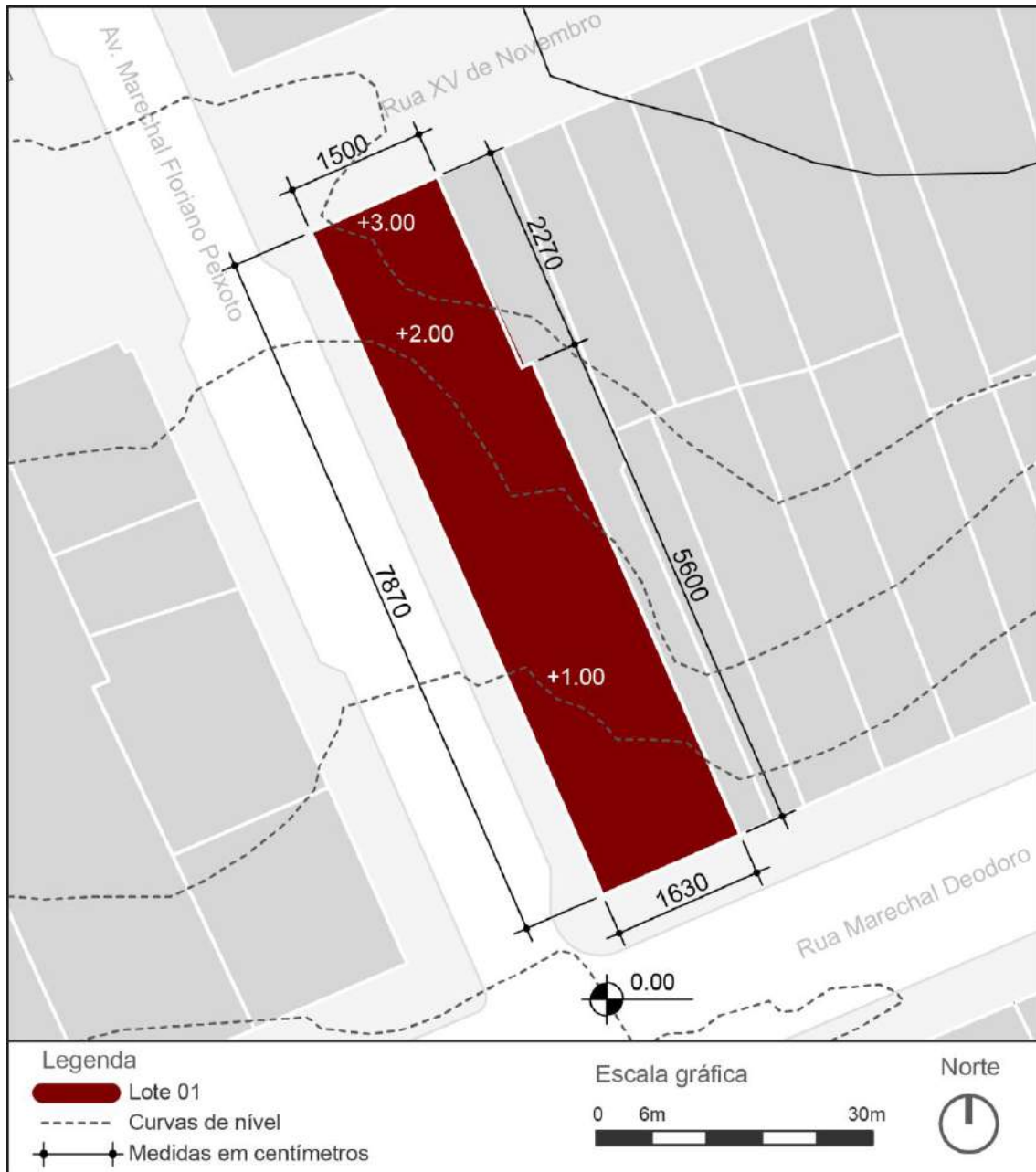
Mapa 12: Área de Intervenção

Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

Tabela 2: Terrenos da área de intervenção

Indicação Fiscal	Zoneamento	Área (m ²)
11.099.002	ZC Setor Especial de Pedestre	1.087,56
11.099.022	ZC Dentro do Anel Central	147,00
11.099.023	ZC Setor Especial de Pedestre	29,25

Fonte: Departamento de Controle e Uso do Solo; SMU; Prefeitura de Curitiba



Mapa 13: Terreno unificado

Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.



Mapa 14: Zoneamento

Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

Tabela 3: Parâmetros de uso e ocupação do solo do Setor Especial de Pedestre (Luiz Xavier/ XV)

Zona Central - Setor Especial de Pedestre (Luiz Xavier/ XV)						
Usos permitidos	Coef. Aprov.	Taxa Ocup. Máx. (%)	Altura Máx. (pav)	Recuo Mín. Predial	Taxa Permeab. Mín. (%)	Afast. Divisas (m)
Habitação Coletiva	3,6	Térreo e 1º pav. = 100%	5	-	-	-
Habitação Institucional						
Habitação Transitória 1 e 2						
Comércio e Serviço Vicinal, de bairro e setorial		Demais pav. = 66%				
Comunitário 1						
Comunitário 2 - Lazer e Cultura, Culto religioso						

Fonte: Departamento de Controle e Uso do Solo; SMU. Prefeitura de Curitiba

Tabela 4: Parâmetros de uso e ocupação do solo dentro do Anel Central

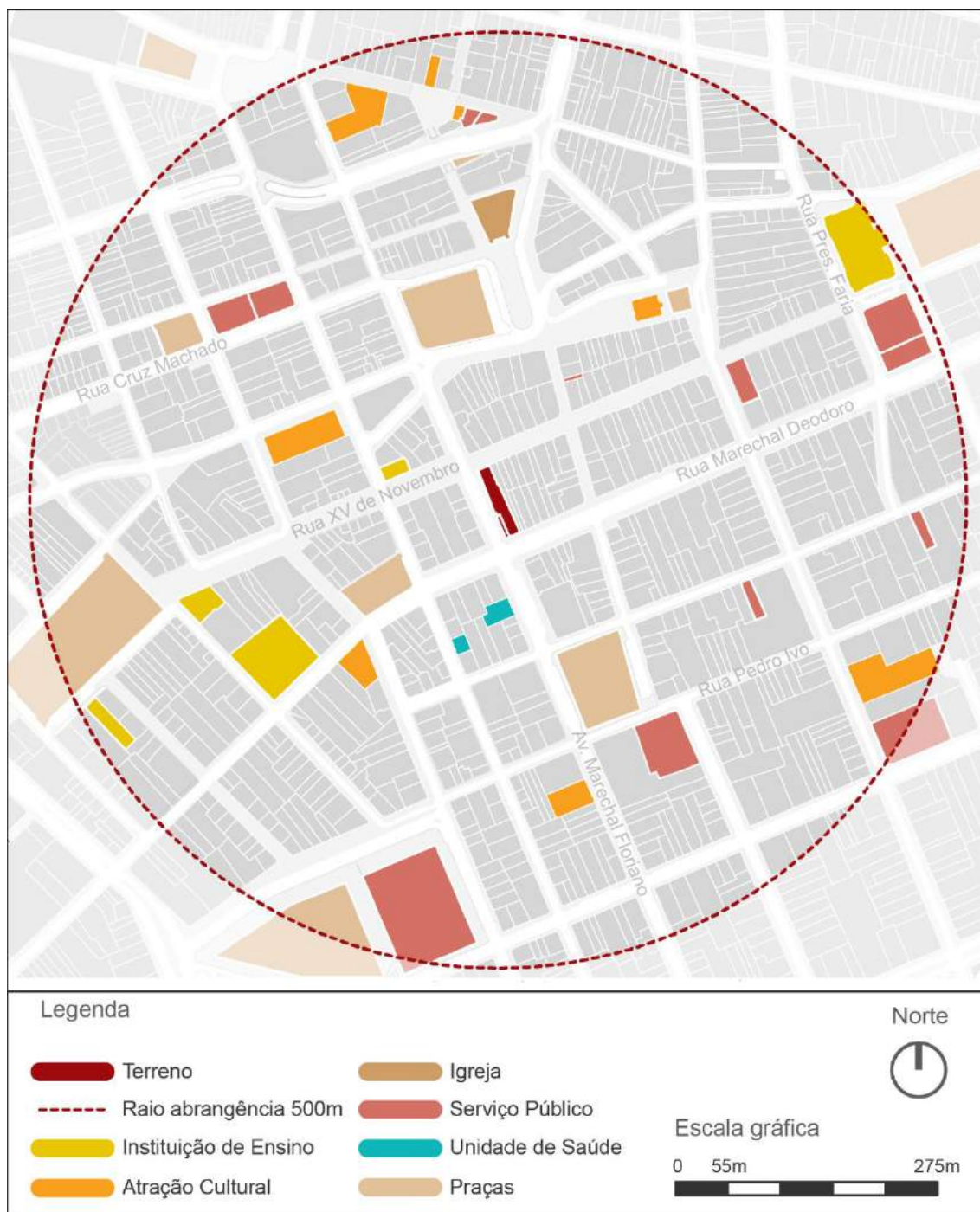
Zona Central - Dentro do Anel Central						
Usos permitidos	Coef. Aprov.	Taxa Ocup. Máx. (%)	Altura Máx. (pav)	Recuo Mín. Predial	Taxa Permeab. Mín. (%)	Afast. Divisas (m)
Habitação Coletiva	5	Térreo e 1º pav. = 100%	Livre	Facultado no alinham.	-	Térreo e 1º pav. = facultado
Habitação Institucional						
Habitação Transitória 1 e 2						
Comércio e Serviço Vicinal, de bairro e setorial		Demais pav. = 66%				
Comunitário 2 - Lazer e Cultura						
Comunitário 2 - Culto religioso						

Fonte: Departamento de Controle e Uso do Solo; SMU¹³. Prefeitura de Curitiba

¹³ SMU: Secretaria Municipal do Urbanismo, Prefeitura de Curitiba.

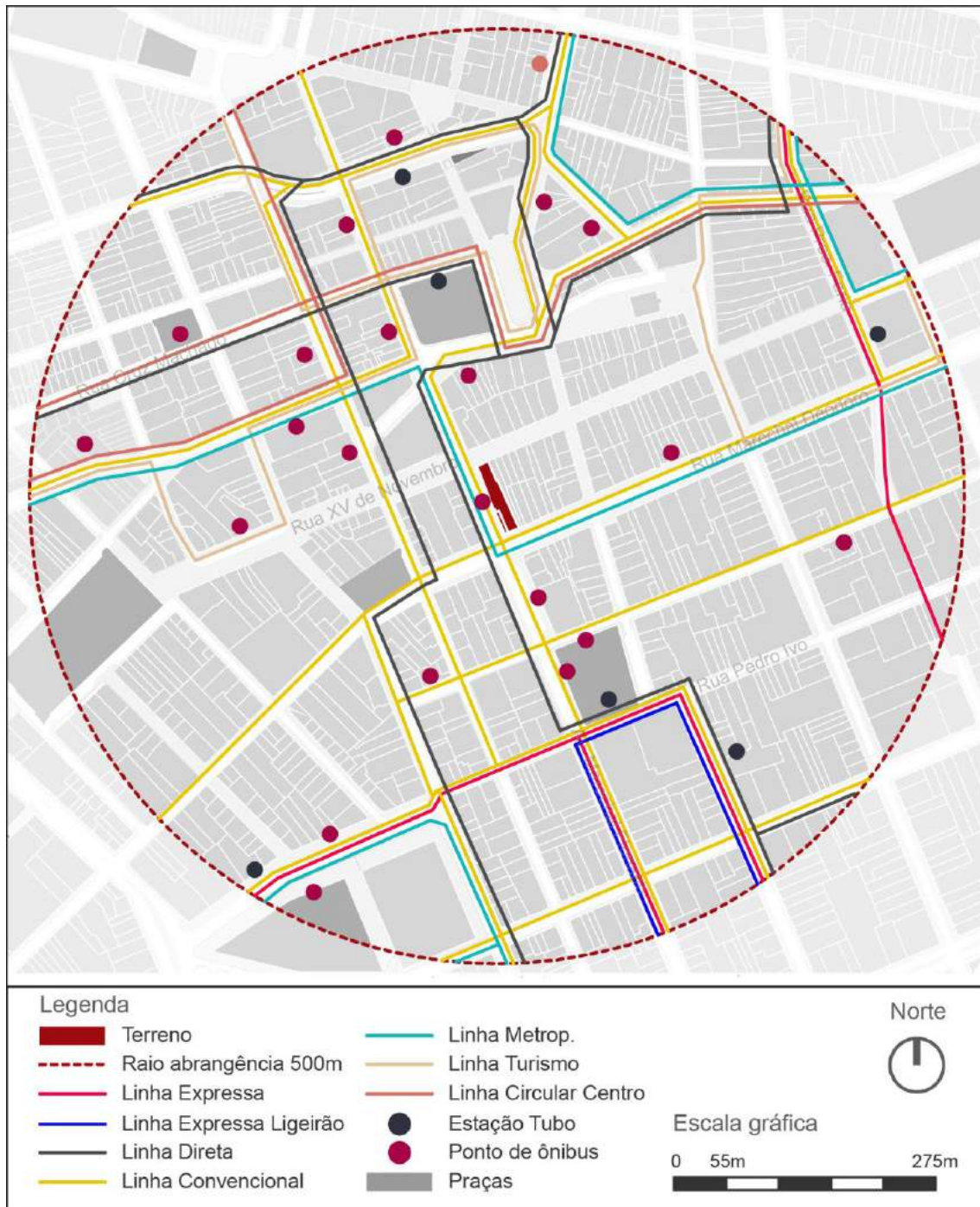
A localização do observatório pode ser considerada bastante estratégica, já que se insere na Zona Central (ZC) de Curitiba, centro tradicional da cidade, caracterizada pela grande concentração de atividades urbanas de caráter setorial, assim definida pela Lei Nº 9800 de 2000, que dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município. Nessa perspectiva, percebe-se que o terreno está próximo de equipamentos diversificados como estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, praças, prédios institucionais e espaços culturais, verificados no Mapa 15.

Outro aspecto de relevância é a mobilidade local. Como pode ser observado no Mapa 16, usuários do novo centro cultural contarão, num raio de 500 metros, com uma rede bem servida de transporte coletivo, destacando-se, no entorno, vários pontos de ônibus, linhas convencionais e troncais, que ligam os bairros ao centro da cidade, linhas metropolitanas, que conectam outros municípios da região metropolitana de Curitiba, e ainda linhas diretas, expressas e expressas ligeirão, popularmente conhecidos como ligeirinhos, biarticulados e ligeirões, respectivamente. As linhas especiais Turismo e Circular Centro, que nesta ordem conectam os principais pontos turísticos da cidade e os atrativos da região central, também circundam a área de intervenção.



Mapa 15: Equipamentos públicos

Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

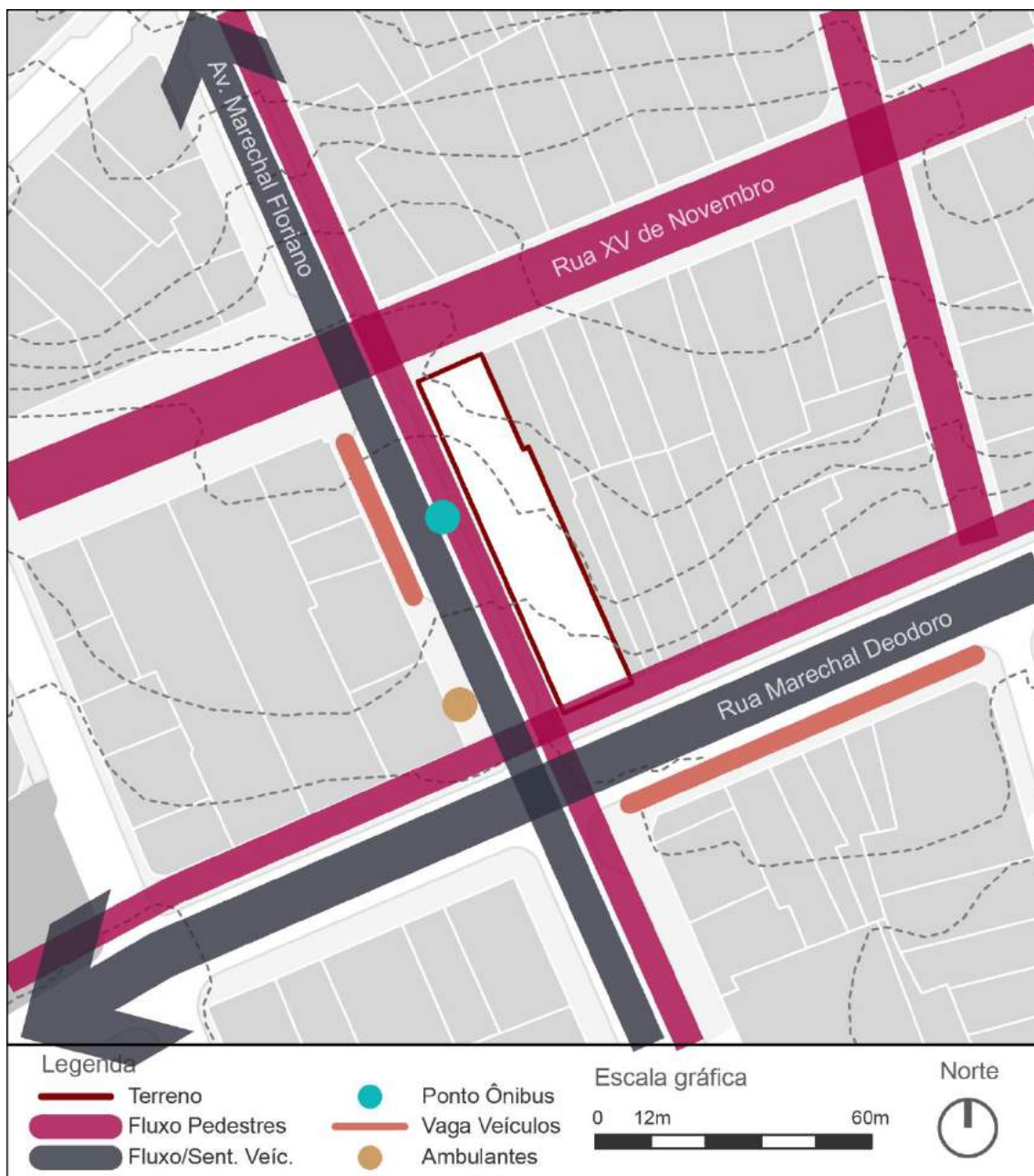


Mapa 16: Transporte público

Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

O Mapa 17 permite analisar o sentido das vias que contornam o espaço, e a intensidade dos fluxos de carros e pedestres na região. Localizado em um dos pontos de maior movimento de veículos da cidade, em sentido único pelas Ruas Marechal Deodoro e Avenida Marechal Floriano, o lote apresenta no entorno uma grande circulação de transeuntes, principalmente na face da Rua XV e na confluência das duas Marechais. Ressalva-se, igualmente, a existência de aglomerações de indivíduos advindas dos pontos de ônibus no local, das Praças Carlos Gomes e Tiradentes, das vagas para veículos nas vias públicas, e da presença de um pequeno grupo de ambulantes que ocupam parte da calçada pertencente à Avenida Marechal Floriano Peixoto.

A seguir, no Mapa 18, realiza-se o levantamento do entorno, classificando a função e o gabarito das edificações que circundam o terreno escolhido. Uma característica que deve ser ressaltada é a diversidade de tipologias dos prédios lindeiros: edifícios de até 20 andares conformam o lado oposto ao lote, na Avenida Marechal Floriano, enquanto imóveis de até quatro pavimentos se distribuem nos terrenos adjacentes, criando assim, uma paisagem de variadas escalas. Nesse sentido, o projeto deverá considerar alturas que se harmonizem no contexto vizinho, e assim, possam não interferir nas visuais do entorno, ao mesmo tempo que precisará escolher materiais adequados para fachadas de maior ou menor insolação.



Mapa 17: Fluxos no entorno do terreno

Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.



Mapa 18: Gabarito, uso e ocupação do solo no entorno do terreno

Elaborado pelo autor, com base do IPPUC.

5. DIRETRIZES PROJETUAIS

Diante do apanhado bibliográfico, da análise dos estudos de caso, do levantamento de dados e do mapa síntese apresentado a seguir, pretende-se, no capítulo que segue, esboçar as principais propostas que direcionarão o desenvolvimento arquitetônico do qual esta pesquisa se dispõe, ou seja, a criação de um Observatório Cultural para a Rua XV de Novembro, em Curitiba.



Mapa 19: Mapa síntese do terreno

Elaborado pelo autor.

De forma geral, as intenções aqui desenvolvidas buscam constituir o conceito que norteará este projeto: a Rua XV como narrativa e experiência. Narrativa no sentido mais literal da palavra, constituído por um enredo cujos personagens principais compreendem ícones, detalhes e fragmentos visuais que fizeram ou fazem parte do logradouro, ocultos ou escrachados; cujos “fatos” inserem-se neste lugar com várias camadas históricas; cujo tempo de ação decorre desde o século XVII; e cuja descrição, locução e exemplificação se dará por meio de um edifício torre de memórias. A experimentação surge com público, com o olhar do habitante para estes personagens que poderão ser, enfim, apreendidos, captados, entendidos e “descobertos” através de seus elementos físicos e suas características subjetivas.

Nessa perspectiva, mais do que um novo ponto de encontro da capital paranaense, planeja-se criar ambientes ligados à produção e à difusão da cultura local e da identidade curitibana, suas transformações, personagens, símbolos, imagens. Propõe-se, portanto, um prédio permeável que ofereça, além de variadas conexões com o tecido urbano da cidade, diálogo com o entorno da Rua XV de Novembro, trazendo para o interior do museu o cenário que está em sua volta.

O pavimento térreo, por exemplo, disposto livre e transformado em praça de convívio, contará em toda sua extensão com piso de petit pavé, de modo que se reforce a continuidade física e visual entre a calçada da Rua XV de Novembro e o museu; é como se a via adentrasse os espaços do observatório e percorresse seus diferentes ambientes. Parte dos elementos que formam a paisagem de Curitiba, as galerias de circulação também serão incorporadas neste andar, e a partir do desnível de 3 metros entre a Rua Marechal Deodoro e Calçadão da Rua das Flores, formar-se-á áreas de convívio e permanência, além de distribuição das circulações, recepção e café. A permeabilidade do edifício será reforçada ainda pela implantação de um átrio central, definido pela sequência de vazios nas lajes imediatamente acima do térreo, propiciando assim, continuidade visual entre este andar e as diversas atividades abertas ao público que se desenvolvem verticalmente na edificação.

Na pesquisa, observou-se que a *promenade* dentro de espaços museológicos de fato caracteriza-se como um dos principais elementos de projeto: é ela que cria surpresas, deixa o caminho menos óbvio e especializa os ambientes. Nesse sentido, propõe-se para o Observatório da Rua XV de Novembro que suas principais circulações sejam uma espécie de espiral circundada ao átrio central, descendente, percorrida de cima para baixo, da qual, o visitante, ao chegar pelo térreo, poderá subir de elevador até o último andar e de lá, percorrer em seus oito pavimentos, as salas de exposições e outras áreas do programa de necessidades.

Por outro lado, as sacadas do casario eclético que compõem a via, antes palco de observação do movimento local por parte dos moradores, serão, numa releitura, transpostas para o sexto pavimento do edifício, transfigurando-se naquela que será a verdadeira exposição permanente do museu, dinâmica e transformada todos os dias. O público, ao caminhar pela torre, será levado a este terraço, ou ainda a esta praça suspensa de contemplação viva do logradouro, e assim como um *flaneur*¹⁴, poderá contemplar personagens, ícones, movimentos do cotidiano e suas variadas leituras. Este pavimento abrigará também um bar café, a fim de que o equipamento seja utilizado da melhor forma a produzir maior vitalidade possível, inclusive nos períodos noturnos.

Por constituir marco na paisagem urbana, o Painel do artista curitibano Poty Lazzarotto, referência pouco explorada no cotidiano das pessoas que frequentam a Rua XV de Novembro, será incorporado, conservado, restaurado e resignificado ao projeto. Para tanto, a edificação será recuada em 20 metros no sentido da Rua Marechal Deodoro, a fim de evidenciar a obra como mais um ponto visual a ser percebido pelos pedestres e o público do centro cultural.

Quanto às soluções de tectônica e materialidade empregar-se-á materiais de simples execução, compatíveis com o pequeno canteiro e a necessidade de rapidez para construção da obra, uma vez que esta será realizada em área

¹⁴ Observador privilegiado da vida moderna; aquele que anda pela cidade a fim de experimentá-la (CHARLES BAUDELAIRE, 1997).

central bastante movimentada. O núcleo de circulação vertical e sanitários, assim como proposto no prédio do Instituto Moreira Salles, em São Paulo, será construído em concreto armado, implantado no lado oposto à fachada da Avenida Marechal Floriano Peixoto, junto ao lote vizinho. Para que a paisagem entre no percurso expositivo e gere conexões com a cidade, utilizar-se-á vidros, transparências e painéis vazados. Em alusão ao mobiliário urbano composto pelos quiosques com cúpulas de acrílico que caracterizou a via na década de 1970, propõe-se o emprego de tonalidades roxas no prédio, sejam nos vidros, no mobiliário ou na comunicação visual.

Baseado na metragem do terreno, com área equivalente à 1.263,81 metros quadrados, e no plano de ocupação, descrito na Tabela a seguir, cuja área computável máxima prevista compreende à 6.106,10 metros quadrados, o observatório cultural será desenvolvido para que a edificação tenha oito pavimentos e, deste modo, mantenha sua altura condizente com os prédios do entorno.

Tabela 5: Plano de ocupação preliminar proposto

Área computável					
Área do terreno		Parâmetros Legislação	Áreas máximas (m²)	Parâmetros projeto	Áreas máximas projeto (m²)
1.263,81 m²					
Taxa Ocup. (%)	Ocupação Pav. Térreo	100%	1.263,81	63,36%	800,80
	Ocupação 2 ^o Pavimento	66%	834,11	63,36%	800,80
	Ocupação 3 ^o Pavimento	66%	834,11	63,36%	800,80
	Ocupação 4 ^o Pavimento	66%	834,11	63,36%	800,80
	Ocupação 5 ^o Pavimento	66%	834,11	63,36%	800,80
	Ocupação 6 ^o Pavimento	66%	834,11	63,36%	800,80
	Ocupação 7 ^o Pavimento	66%	834,11	63,36%	800,80
	Ocupação 8 ^o Pavimento	66%	834,11	63,36%	500,50
Coeficiente de Aproveitamento		5	7.102,58	4,83	6.106,10

Área máxima computável construída (m ²)					6.106,10
Área não computável					
Área do terreno		Parâmetros Legislação	Áreas máximas (m²)	Parâmetros projeto	Áreas máximas projeto (m²)
1.263,81 m ²					
Taxa Ocup. (%)	Ocupação subsolo 01	100%	1.263,81	100%	1.263,81
Área máxima não computável construída (m ²)					1.263,81
Área total construída (área computável + área não computável) (m²)					7.369,91

Elaborado pelo autor^{15 16 17}

Para o programa de necessidades, propõe-se espaços que sigam as premissas de projeto, isto é, que promovam a narrativa da Rua XV, gerem experiências, instiguem a curiosidade sobre o passado e o futuro da via e de Curitiba, alavanquem a cultura local e diversifiquem o uso no logradouro. A fim de subsidiar essas decisões, elaborou-se uma tabela síntese com os ambientes verificados nos estudos de caso, subdivididos em principais setores: administrativo, exposições, multimídia, conveniências e serviços, apontados na Tabela 6.

¹⁵ Conforme descrito no Capítulo 4.5 (A definição do terreno), a área proposta para implantação do Observatório da Rua XV insere-se em dois zoneamentos distintos: a Zona do Anel Central e o Setor de Pedestres da Rua XV/ Avenida Luiz Xavier. Portanto, para efeitos de plano de ocupação, considerou-se os parâmetros mais restritos da legislação;

¹⁶ O 6º, 7º e 8º pavimentos (computáveis) implantar-se-ão somente na porção do terreno inserida na Zona do Anel Central, haja vista das limitações de gabarito impostas pelos parâmetros do Setor de Pedestres da Rua XV/ Avenida Luiz Xavier;

¹⁷ Respeitar-se-á o afastamento de divisa de 2,00 metros em toda a extensão do edifício, a partir do 2º pavimento, tal qual exige-se no zoneamento dentro do Anel Central,

Tabela 6: Programa de necessidades

Setores	Instituto Moreira Salles	Fundação Iberê Camargo	Museu da Imagem e do Som do Rio	Observatório da Rua XV
Administrativo	Hall	Hall	Hall	Hall
	Recepção	Recepção	Recepção	Recepção
	Guarda volumes	Guarda volumes	Guarda volumes	Guarda volumes
	Administração	Administração	Administração	Administração
	Reserva técnica	Reserva técnica	Reserva técnica	Reserva técnica
Exposições	Salas de exposições temporárias	Salas de exposições temporárias	Salas de exposições temporárias	Salas de exposições temporárias
	Salas de exposições de longa duração	Salas de exposições de longa duração	Salas de exposições de longa duração	Salas de exposições de longa duração
	Consulta ao acervo		Consulta ao acervo	Consulta ao acervo
	Ateliês	Ateliês		Ateliês
Multimídia	Biblioteca	Biblioteca		Biblioteca
	Sala multiuso			Sala multiuso
	Auditório	Auditório	Auditório	Auditório
	Foyer		Foyer	Foyer
Conveniências	Café	Café	Café	Café
	Loja	Loja		Loja
	Restaurante		Restaurante	Restaurante
			Bar e boate	
Serviços	Áreas técnica	Áreas técnica	Áreas técnica	Áreas técnicas
	Estacionamento	Estacionamento	Estacionamento	Estacionamento
Área total (m ²)	8.662	8.000	9.800	7.369,91

Elaborado pelo autor.

A partir do programa de necessidades, desenvolveu-se o dimensionamento preliminar dos ambientes que irão compor o projeto, adotando-se áreas que permitam a realização das atividades previstas de forma satisfatória, como pode ser observado na Tabela 7. O cálculo baseou-se em considerações normativas, como a NBR 9050, em parâmetros de dimensionamento indicadas por NEUFERT (1976), e em dimensões observadas na análise de obras correlatas.

Tabela 7: Dimensionamento do programa de necessidades

Setor Administrativo			
Ambiente	Função	Área (m²)	Área total (m²)
Hall	Recepcionar os usuários	250,00	700,00
Acolhimento e informações	Atendimento ao público	15,00	
Guarda volumes	Armário para visitantes	15,00	
Secretaria	Recepção administrativa	15,00	
Escritório	Estações de trabalho, curadoria, museologia	100,00	
Direção	Escritório do diretor	15,00	
Sala de reuniões	Reuniões	20,00	
Copa	Área de estar com copa para refeições	25,00	
Depósito	Armazenagem de materiais	15,00	
Sala de preparação técnica	Preparação das obras para reserva técnica ou exposição	115,00	
Reserva técnica	Guarda de obras	115,00	
Setor expositivo			
Ambiente	Função	Área (m²)	Área total (m²)
Salas de exposições	Espaço amplo, flexível, área de convívio	850,00	1.750,00
Galerias de arte	Espaço amplo, flexível, área de convívio	150,00	
Terraços	Área de contemplação e convívio	450,00	
Salas dos artistas	Salas de performances	300,00	
Setor multimídia			
Ambiente	Função	Área (m²)	Área total (m²)
Biblioteca	Consulta, pesquisa e estudos	180,00	900,00
Consulta ao acervo	Consulta, pesquisa e estudos	70,00	
Ateliês	Salas de aula para grupos	150,00	
Foyer do Auditório	Recepção do público e venda de ingressos	200,00	
Auditório	Auditório para 166 pessoas	270,00	
Cabina de projeção	Controle de imagem, luz e som	10,00	
Camarim	Preparação do artista	20,00	

Setor de conveniências			
Ambiente	Função	Área (m²)	Área total (m²)
Café terraço	Espaço de convivência	150,00	400,00
Loja	Comércio de <i>souvenires</i>	50,00	
Café bistrô	Balcão e mesas	150,00	
Cozinha	Preparação de alimentos	50,00	

Setor de serviços computável			
Ambiente	Função	Área (m²)	Área total (m²)
Sanitários	02 conj. sanitários por sexo + P.C.D.; por andar	150,00	550,00
Circulação vertical	Elevadores e escadas de emergência	350,00	
Depósitos	Armazenagem de materiais	50,00	

Setor de serviços não computável			
Ambiente	Função	Área (m²)	Área total (m²)
Área técnica	Lixo seletivo	20,00	945,00
Área técnica	Reservatórios	35,00	
Área técnica	Gerador e transformador	25,00	
Vestiário funcionários	01 conj. sanitário por sexo + P.C.D.	25,00	
Sala de controle e segurança	Monitoramento	10,00	
Sala de funcionários	Área de estar com copa para refeições	35,00	
Depósitos	Armazenagem de materiais	10,00	
Estacionamento	33 vagas para funcionários	750,00	
Carga e descarga	01 vaga sobre a rampa	35,00	

Área útil total do programa (m²)			5.245,00
Área útil total computável do programa (m²)			4.300,00
Área útil total não computável do programa (m²)			945,00

Elaborado pelo autor.

A Tabela 8 apresenta, de forma geral, o pré-dimensionamento total da edificação, considerando uma porcentagem adicional de 25% para circulações e pedestres, de forma a estimar a área construída total do edifício.

Tabela 8: Área total construída do projeto

Programa de necessidades	Área útil (m ²)	Área circulação e paredes (m ²)	Área construída (m ²)
		25% da área útil	
Computável	4.300,00	1075,00	5.375,00
Não computável	945,00	236,25	1.181,25
Área construída total			6.556,25

Elaborado pelo autor.

Após a definição do programa de necessidades e do pré-dimensionamento da edificação, partiu-se para a setorização e desenvolvimento do fluxograma. A indicação deste contribui de forma significativa para a organização funcional em planta, visto que se torna essencial evitar o cruzamento de fluxos do público e de funcionários, além de definir os setores em planta de acesso público e de acesso restrito. A figura 63 apresenta um fluxograma esquemático, definindo as ligações e percursos entre os principais ambientes propostos.

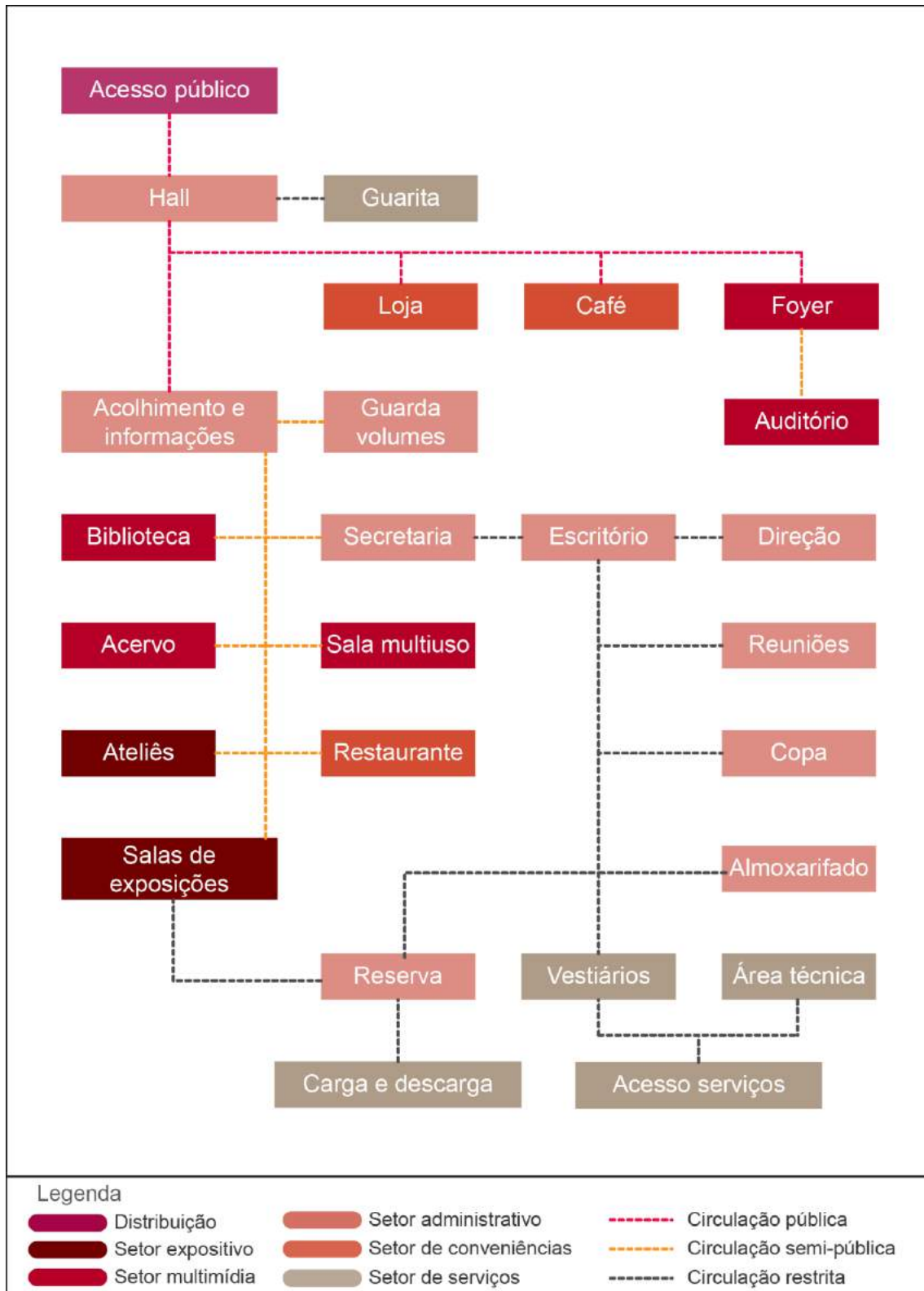


Figura 63: Proposta de fluxograma e setorização

Elaborado pelo autor.

De maneira a cumprir a funcionalidade do Observatório da Rua XV de Novembro, o programa de necessidades será distribuído a partir de cinco setores: 41% dedicados às exposições; 16% para administração; 9% para conveniências; 21% para produção cultural ou midiateca; e 13% para reservas técnicas ou serviços.

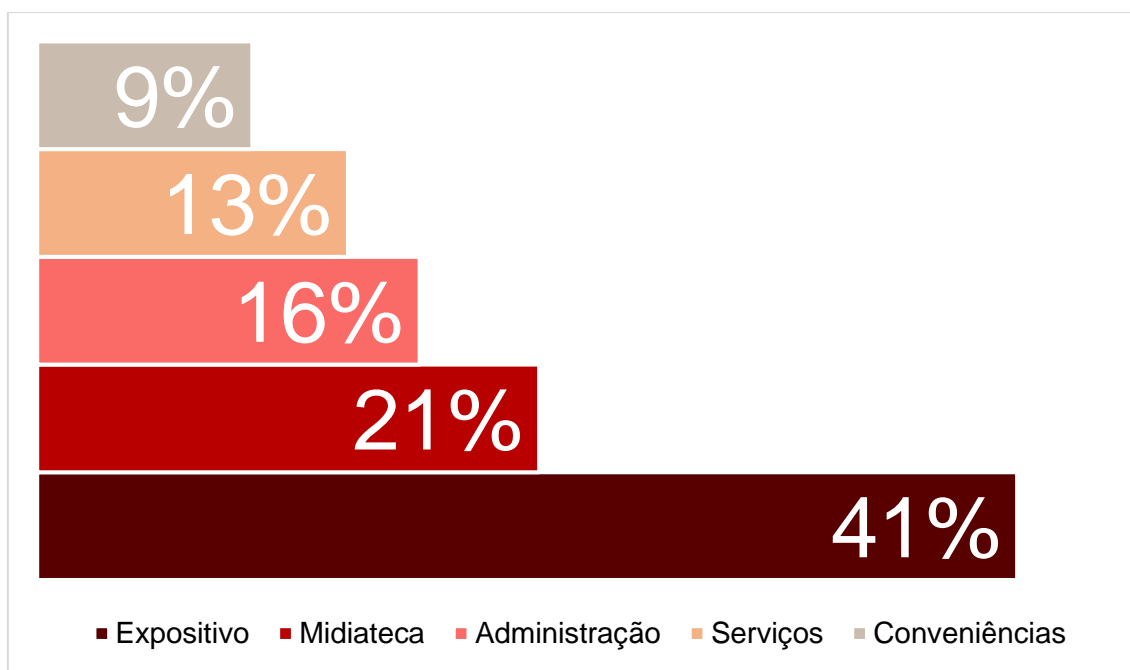


Figura 64: Disposição das áreas do programa de necessidades

Elaborado pelo autor.

O edifício proposto, ao qualificar espaços internos, gerar conexões com o entorno, criar diferentes usos, e conceber térreos atrativos e permeáveis, reforçará seu caráter público e de suporte às atividades da vida cultural. Mais do que um processo simbólico de reconstrução da memória social, este projeto pretende, portanto, fortalecer a identidade curitibana, resgatar o olhar para o espaço urbano, incentivar o conhecimento local e, igualmente, contribuir para a vitalidade do centro de Curitiba para além dos horários comerciais.

6. PROPOSTA

Com base nesta pesquisa, que teve como assunto central o trecho histórico da Rua XV de Novembro, em Curitiba, foi desenvolvido o desenho arquitetônico da edificação que irá receber o edifício torre dedicado aos fragmentos visuais do logradouro simbólico e identitário da cidade. Para tanto, o início do projeto levou em consideração algumas premissas¹⁸ que vão de encontro ao tema proposto, ao conceito, ao programa de necessidades, ao terreno escolhido, bem como às diretrizes projetuais apresentadas no capítulo anterior.

Concebido como contraponto visual e funcional em meio a um verdadeiro shopping a céu aberto da capital paranaense, o Observatório da Rua XV de Novembro implantar-se-á sobre um terreno estreito, alongado, com 1.263,81 metros quadrados, onde hoje existe um estacionamento particular e uma rede de *fast food*. O prédio contará com um pouco mais de 6.000 metros quadrados de área construída, distribuídos em oito pavimentos e um subsolo, e, além de abrigar exposições destinadas às memórias da “Rua das Flores”, servirá como centro catalisador dos eventos culturais da cidade. Em seu programa, estão contempladas, por exemplo, salas de exposições, espaços destinados à pesquisa e à leitura, áreas administrativas, ambientes para atividades didáticas, um cine teatro, uma loja, dois cafés, bar e terraços¹⁹.

¹⁸ Ver prancha 02 do projeto arquitetônico;

¹⁹ Ver pranchas 03, 04, 05 e 06 do projeto arquitetônico.



Figura 65: Vista externa do Observatório da Rua XV
Elaborado pelo autor.

Quanto a materialidade²⁰, empregar-se-ão vidros nas fachadas, concreto aparente nos pilares, nas lajes e no núcleo servidor, e painéis metálicos vazados nas faces exteriores, que filtrarão a entrada direta da luz, darão movimento e volume para a edificação e trarão a paisagem do entorno para o percurso expositivo. Destaca-se que estes últimos ora abrem-se mais para a Rua XV e ampliam o contato visual entre os visitantes do prédio e os transeuntes que passeiam pelo calçadão, ora fecham-se para a Rua Marechal Deodoro e qualificam o controle luminoso e sonoro nos espaços que ali foram dispostos.



Figura 66: Vista da sala de exposições
Elaborado pelo autor.

²⁰ Ver prancha 07 do projeto arquitetônico.

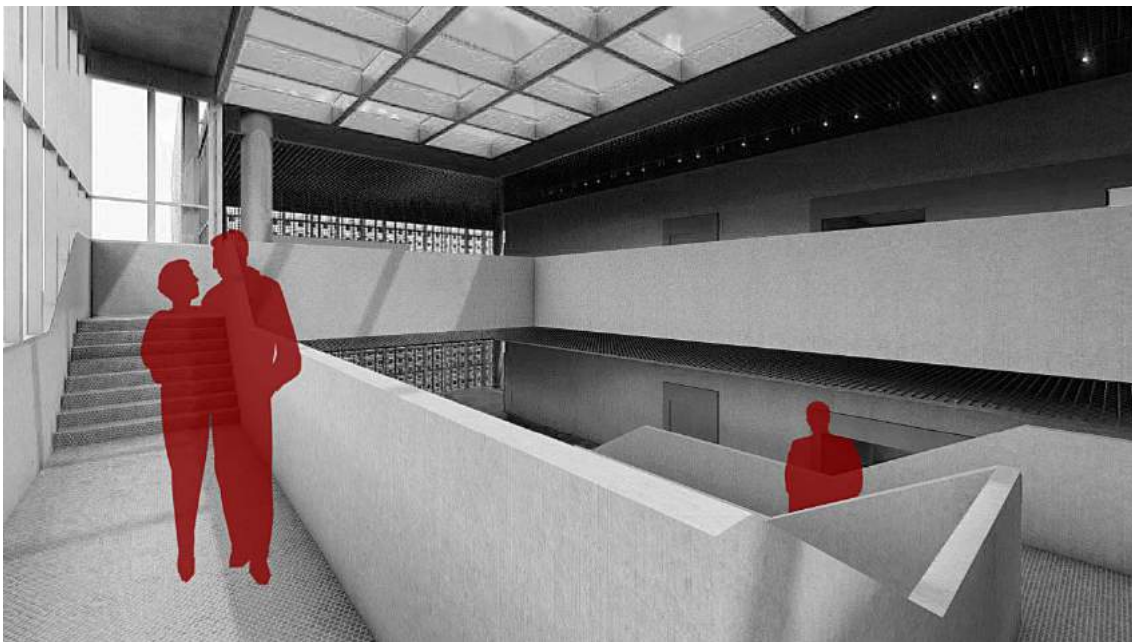


Figura 67: Vista do percurso expositivo
Elaborado pelo autor.



Figura 68: Vista externa do Observatório da Rua XV
Elaborado pelo autor.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ampliar a conceituação de lugar e entender como as manifestações expostas na dimensão da vida cotidiana reforçam a representação da identidade viva de uma cidade, buscou-se compreender, ao longo desta monografia, como a Rua XV de Novembro, em Curitiba, transfigura-se em um dos espaços públicos mais simbólicos e tradicionais da capital paranaense.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da pesquisa, que teve como base apurações bibliográficas, análises de dados e estudos de obras correlatas, permitiu caracterizar o logradouro como local composto por fragmentos visuais que não só contam parte da história da cidade, mas que igualmente determinam relações afetivas, apontam valores referenciais para o curitibano e constituem produto da memória urbana e da identidade social. Por outro lado, demonstrou-se, através da narrativa contemporânea, que o campo de atividades desenvolvidas ao longo da via concentra-se, basicamente, na oferta de pontos comerciais, que nada geram de interesse à população fora do horário padrão de funcionamento, estabelecendo a este ensaio, portanto, um novo desafio a ser explorado: a ampliação, não apenas dos interesses de uso da rua, mas também acerca da apropriação afetiva do lugar pela população.

A partir da ideia de que espaços memoriais assumem importantes significados ao contar, exemplificar e rememorar a história local, fundamentou-se diretrizes projetuais que puderam esboçar um ambiente voltado à preservação destes símbolos, marcos, ícones e imagens que compõem a Rua XV, ao mesmo tempo dedicado à diversificação de opções de uso na via e ao fortalecimento das características históricas da região central da capital.

Assim sendo, corrobora-se a hipótese de que a implantação de um edifício museológico pode contribuir para a preservação da memória e identidade de Curitiba, para o resgate do olhar ao espaço urbano e para o incentivo do conhecimento acerca da cultural local e, juntamente, embasa-se o objetivo central a ser alcançado na proposta arquitetônica desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso 2: o projeto do Observatório da Rua XV de Novembro.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios**. 2ª edição – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009;

ALLIS, Thiago. **Turismo, patrimônio cultural e transporte ferroviário: um estudo sobre ferrovias turísticas no Brasil e Argentina**. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANDRADE MORETTIN Arquitetos. **IMS São Paulo**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/QMWGq4>>; Acesso em: 02 nov. 2017;

BELO, Carolina Gabardo. **Rua das Flores descoberta**. Gazeta do Povo, 12 ago. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/4ahrNG>>; Acesso em: 21 out. 2017;

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. Transformações no centro: projetos de remodelação, desenvolvimento urbano e espaço público. **XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/79WWA9>>; Acesso em: 20 out. 2017;

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil. **Patrimônio industrial e memória urbana em Blumenau/ SC**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BOREKI, Vinicius. **Rua XV: 37 anos, de problema a marco urbanístico**. Gazeta do Povo. Vida e Cidadania. Curitiba, 16 mai. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/yqtU1T>>; Acesso em: 17 set. 2017;

CABRAL, Themys. **Crescimento ordenado: um plano para a cidade**. Gazeta do Povo. Caderno G. Curitiba, 04 fev. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/Gq6Ee1>>; Acesso em: 17 set. 2017;

CABRAL, Luciana Francisca. A rua no imaginário social. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 9, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/q1yEfZ>>; Acesso em: 21 out. 2017;

CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba Ontem e Hoje: as histórias e as memórias por trás das fotos**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/VAfYSh>>; Acesso em: 14 set. 2017;

_____. **História dos Planos Diretores de Curitiba**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/bab369>>; Acesso em: 14 set. 2017;

CASTELLO, Lineu. **Repensando o lugar no projeto urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985 – 2004)**. Tese (Doutorado em Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/87QRtj>>; Acesso em: 13 out. 2017;

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/ SC, 1962-2008)**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/itHDpQ>>; Acesso em: 29 set. 2017;

CHAVES, Fernanda Alves. **Centros comerciais abertos: o caso da Rua das Flores face às relações sociopolíticas**. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/A3R3PC>>; Acesso em: 19 out. 2017;

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio** (*L'allégorie du patrimoine*); tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª edição – São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006;

CIDADE, Daniela Mendes. Um olhar sobre a cidade. **I Seminário Arte e Cidade**, p. 1-15, 2006.

CORBIOLI, Nanci. Identidade carioca terá novo templo em Copacabana. **Revista Projeto Design**, v. 372, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/X7U1k5>>; Acesso em: 03 nov. 2017;

CRESTANI, Zaiatz; MIKHAIL, Andrei; MARTINS DE ARAÚJO KLEIN, Regina Maria. Espaço, imagem e memória: adensamento dos conteúdos coletivos à materialidade da cidade. **Territorios**, n. 36, p. 139-157, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/kstkVC>>; Acesso em: 27 set. 2017;

DA CRUZ, Iamara A. Silva; DOS SANTOS, Evandro C. Recuperação de área central com base no aumento do índice de caminhabilidade, na aplicação dos conceitos de acessibilidade universal e na arquitetura inclusiva em Curitiba. **Revista Da Vinci**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 21-49, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/qe9bcU>>; Acesso em 02 set. 2017;

DE MACEDO, Guilherme; TAKEUCHI, Washington; BATISTA, Fábio Domingos. **Prédios de Curitiba**. Organização Lona Arquitetos: Curitiba, 2017. Disponível em: <lonarquitectos.com.br/prédios>; Acesso em 23 out. 2017;

DE MESENTIER, Leonardo Marques. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. **Revista Vivência**, p. 167, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/CTF3z3>>; Acesso em: 27 set. 2017;

DESTEFANI, Cid Deren. **Horas curitibanas**. Gazeta do Povo. Vida e cidadania. Curitiba, 11 jun. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/DX1XTc>>; Acesso em: 21 out. 2017;

DITTRICH, Maria Glória et al. O calçadão de Curitiba: sua história como espaço público social da cidade. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/A4RyR5>>; Acesso em 01 set. 2017;

DITZEL, Geanine. **Um giro pela Rua XV**. Gazeta do Povo. Caderno *Haus*. Curitiba, 07 abr. 2017;

DOMAKOSKI, Mariana. **O primeiro arranha-céu de Curitiba é dos tempos do art déco**. Gazeta do Povo. Caderno *Haus*. Curitiba, 17 jan. 2017;

DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010;

FERNANDES, Márcio José. **A questão ambiental e o planejamento urbano: a experiência de Curitiba**. Monografia de especialização – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em <<https://goo.gl/V1w96h>>; acesso em 03 set. 2017;

FERRI, Lilian Stedile; TEIXEIRA, Luiz E. Fontoura. Entre presenças e ausências: o centro de Curitiba e a rua XV de novembro. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 297-316, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/gSH5vi>>; Acesso em 19 set. 2017;

FUCHS, Franco. **Curitiba, 316 anos na Rua 15**. Gazeta do Povo. Educação. Curitiba, 17 mar. 2009.

GELINSKI, Gilmara. Novo MIS reflete a alma carioca. **Revista Finestra**, v. 88, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/2vnrkU>>; Acesso em: 03 nov. 2017;

GNOATO, Luiz Salvador. **Curitiba, cidade do amanhã: 40 depois. Algumas premissas teóricas do Plano Wilhelm-IPPUC**. Arquitextos, São Paulo, ano 06, v. 6, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/q5LuxN>>; Acesso em 19 set. 2017;

HELM, Joanna. **Fundação Iberê Camargo, Álvaro Siza**. Archdaily Brasil, 2011 Disponível em: <<https://goo.gl/bpKzJ1>>; Acesso em: 02 nov. 2017;

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. História do planejamento urbano de Curitiba;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE;

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades** (*The death and life of great american cities*); tradução de Maria Estela Heider Cavalheiro. 3ª edição – São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011;

JUSTI, Adriana; KANIAK, Thais. **Curitiba faz 322 anos: veja história curiosas da tradicional “Boca Maldita”**. Portal de notícias G1 Paraná. Curitiba, 29 mar. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/k2cFCM>>; Acesso em: 23 out. 2017;

LEITOLES, Maicon Lincon. **Permanências e transformações no espaço público: o caso da Rua XV de Novembro em Curitiba**. Dissertação (Mestrado em urbanismo, história e arquitetura da cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em <<https://goo.gl/xq6uiW>>; Acesso em 02 set. 2017;

LIMA, Tatiane dos Santos. Vila Mathias: preservação, memória e identidade. **Revista Ceciliana**, Número especial: Patrimônio Cultural – Memória e Preservação, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/UAM5h5>>; Acesso em: 27 set. 2017;

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade** (*The Image of the city*); tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª edição – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010;

MACEDO, Rafael Greca. O comércio da Rua XV de Novembro. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, v. 23, n. 113, 1996. Disponível no acervo da Casa da Memória, Fundação Cultural de Curitiba;

MACIEL, Carlos Alberto. **A Fundação Iberê Camargo**. Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte, p. 10, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/GHkTXr>>; Acesso em: 02 nov. 2017;

MARADEI, Giovanna. **Saiba tudo sobre a nova sede do Instituto Moreira Salles**. Revista Casa Vogue. São Paulo, 13 set. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Ay24jY>>; Acesso em: 02 nov. 2017;

MARQUARDT, Seina. **A estrutura independente e a arquitetura moderna brasileira**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/7HWaoo>>; Acesso em: 13 nov. 2017;

MARTINS, Raquel Monteiro. **A ideia de lugar: um olhar atento às obras de Siza**. Dissertação – Universidade de Coimbra, Portugal, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/o7z6Cx>>; Acesso em: 10 out. 2017;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PARANÁ. Centro de Preservação da Memória. **Moreira Garcez: o ícone urbano de Curitiba**. Disponível em: <<https://goo.gl/eqByqv>>; Acesso em: 23 set. 2017;

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural**. Texto utilizado em aula ministrada pelo autor no Mestrado em Geografia – Gestão do Território na Universidade Estadual de Ponta Grossa Ponta Grossa, 2009.

MORAIS, Pedro. Obras do novo MIS em Copacabana estão paradas desde setembro. **Revista VEJA**, Caderno Cidades. Rio de Janeiro, 9 jan. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/dqW6Bd>>; Acesso em: 03 nov. 2017;

NÓR, Soraya. O lugar como imaterialidade da paisagem cultural. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 32, p. 119-127, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/yqSkhb>>; Acesso em: 09 out. 2017;

PAIVA, Duarte Filipe Brasil. **Genius loci: o lugar como construção humanística**. Dissertação – Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/26JRPg>>; Acesso em: 11 out. 2017;

PAIVA, Ricardo Alexandre. O turismo e os ícones urbanos e arquitetônicos. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, v. 16, n. 1, p. 107-123, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/6EcZfD>>; Acesso em: 21 out. 2017;

PEIXOTO, Fábio Costa. A metrópole e a patrimonialização do território: a análise dos bairros de Santa Teresa (Rio de Janeiro) e Alfama (Lisboa). **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 58-75, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/9dtWa2>>; Acesso em: 26 set. 2017;

PIRES, Amílcar de Gil. Carácter da Arquitectura e do Lugar. **ARTITEXTOS06**, 2008;

PREFEITURA DE CURITIBA. **Conhecendo Curitiba: Rua XV de Novembro**. Disponível em: <<https://goo.gl/Y3zi4N>>; Acesso em 03 set. 2017;

RECHIA, S.; VIEIRA, FGL; TSCHÖKE, A. A cidade de Curitiba e seus espaços públicos centrais de Lazer. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, p. 22-34, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/QdBsXh>>; Acesso em;

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. O conceito de lugar. **Arquitextos, Vitruvius (electrónico)**, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/xVaHM8> >; Acesso em: 11 out. 2017;

REWORÊDO, José C. dos Santos. **O calçadão de Curitiba: avanços e retrocessos como espaço público da cidade**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/iar3sL>>; Acesso em 02 set. 2017;

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. **XVIII Encontro Regional ANPUH-MG**, Mariana, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/UsWEfw>>; Acesso em: 26 set. 2017;

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. **Revista Ubimuseum**, v. 1, p. 45-52, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/jLDZfw>>; Acesso em: 29 set. 2017;

RODRIGUES, Márcia. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Revista Em Questão**, v. 21, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/BqkPnw>>; Acesso em: 28 set. 2017;

ROSSO, Silvana Maria. Paredes retas e superfícies onduladas. **Revista AU**, v. 171, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/gw4snJ>>; Acesso em: 02 nov. 2017;

SCHNEIDER, Luiz Carlos. Lugar e não-lugar: espaços da complexidade. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 65-74, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/3nbr7V>>; Acesso em: 10 out. 2017;

SCHULZ, Christian Norberg. **O fenômeno do lugar. Uma Nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, p. 441-461, 2006.

SERAPIÃO, Fernando. Fundação Iberê Camargo. **Revista Projeto Design**, v. 341, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/5mVjjo>>; Acesso em: 02 nov. 2017;

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto; CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de Memória e Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio: Interfaces com o Turismo Cultural. **VIII Seminário da Associação Nacional de pesquisa e pós-graduação em Turismo**, Univali, Balneário Camboriú, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/MK92cC>>; Acesso em: 26 set. 2017;

SUTIL, Marcelo Saldanha. **O espelho e a miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século 20**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista Fênix, História e Estudos Culturais**, ano VII, v. 7, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/YLJ3ht>>; Acesso em: 28 set. 2017;

VASQUEZ, Maria. **Construção do Museu da Imagem e do Som avança no Rio de Janeiro**. Piniweb, 17 out. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/WJi8Sx>>; Acesso em: 03 nov. 2017;

WACHOWICZ, Ruy. História das histórias da Rua XV. **Nicolau**, Curitiba, v.8, n. 55, Secretaria de Estado do Paraná, 1994;

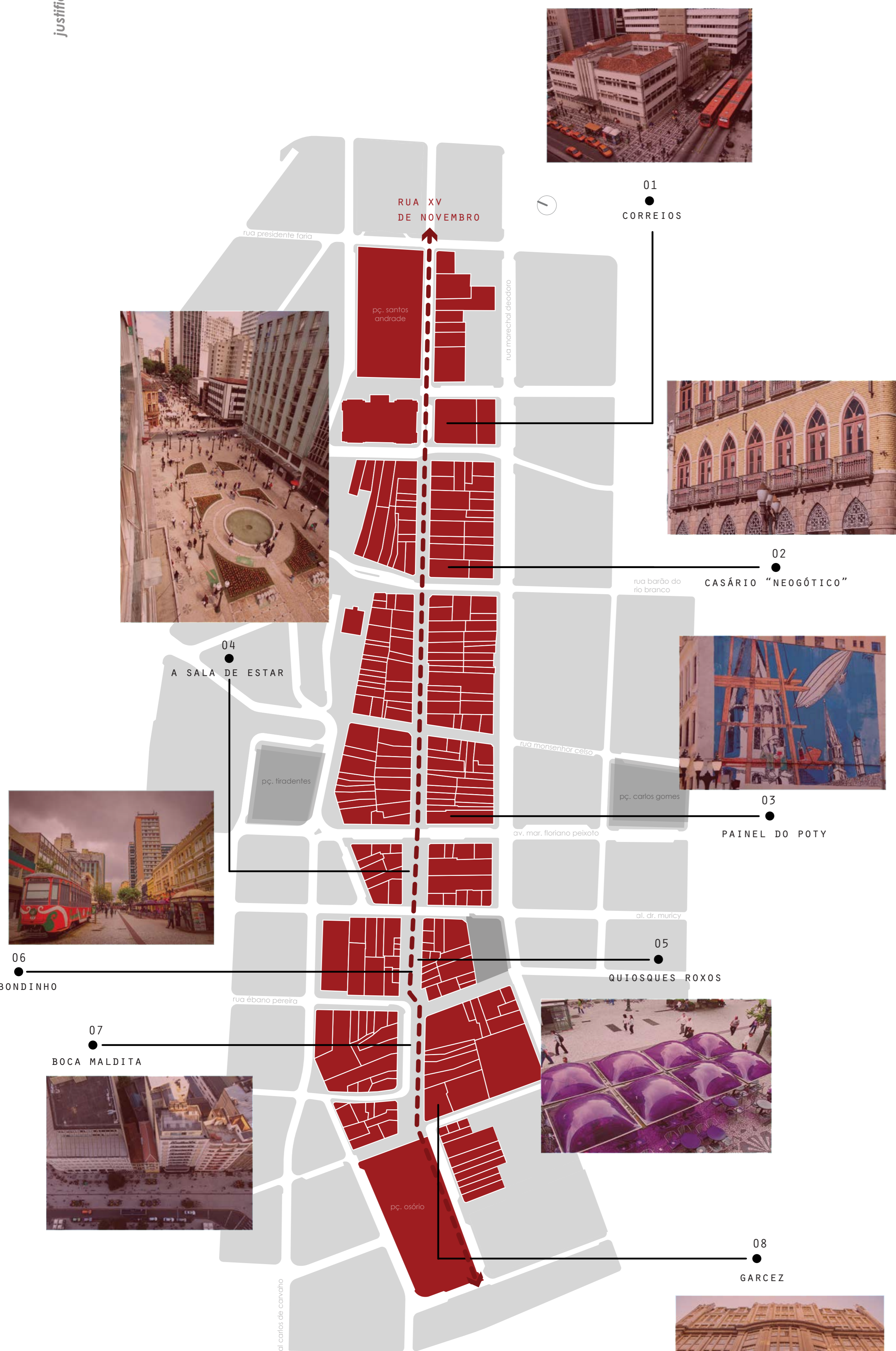
ZIMMERMANN, Cíntia Alen. **Memória e Identidade da Praça Pádua Salles em Amparo, SP**. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/DivU7m>>; Acesso em: 29 set. 2017.

APÊNDICE A – PRANCHAS DO PROJETO

"COMO CATALISAR ÍCONES HISTÓRICOS E FRAGMENTOS VISUAIS DA RUA XV DE NOVENBRO EM ESPAÇOS QUE INSTIGUEM A CURIOSIDADE SOBRE O PASSADO E O FUTURO DA VIA, ALAVANQUEM A CULTURA LOCAL E DIVERSIFIQUEM O USO NO LOGRADOURO?"

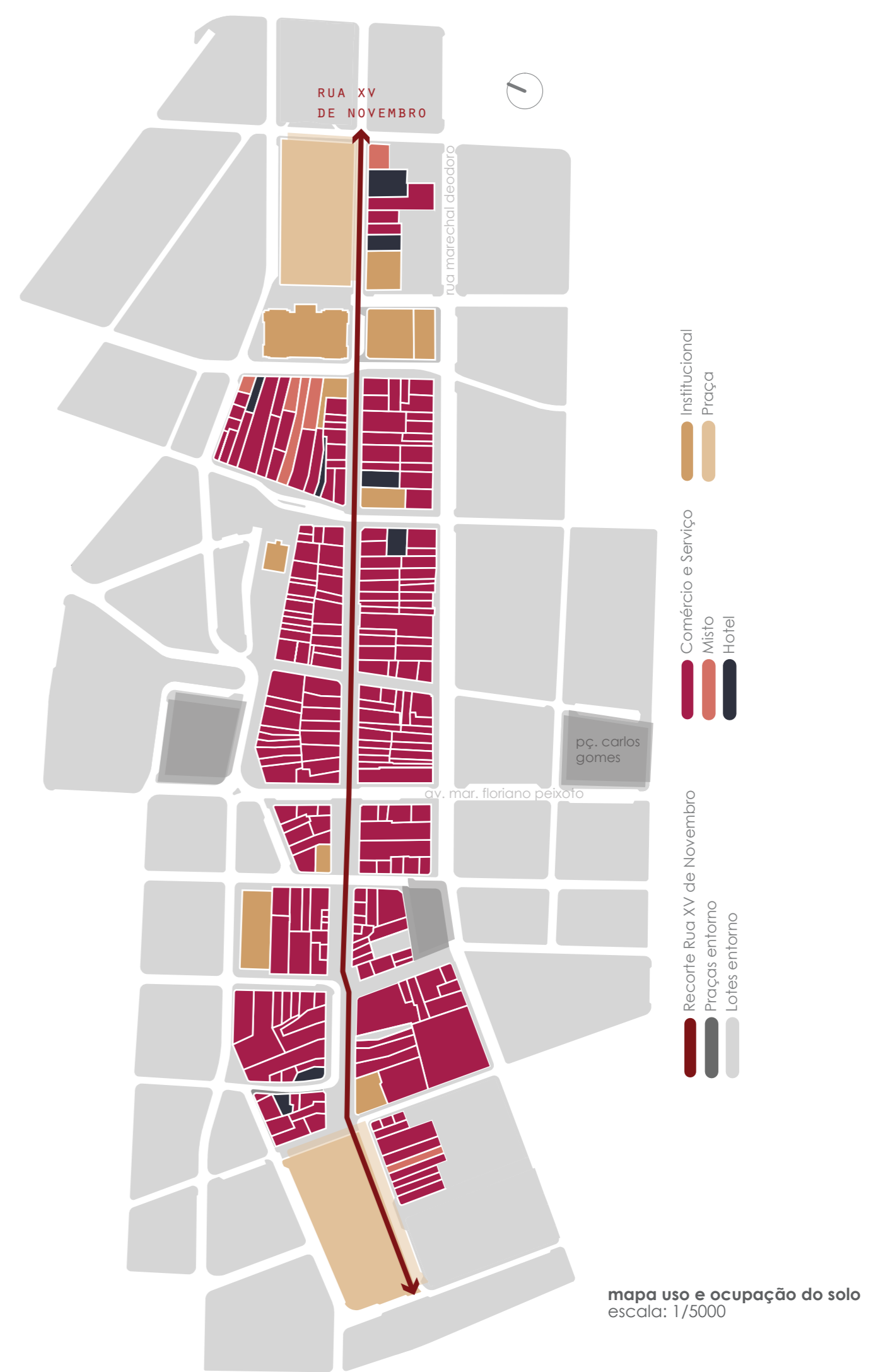
problema

justificativas



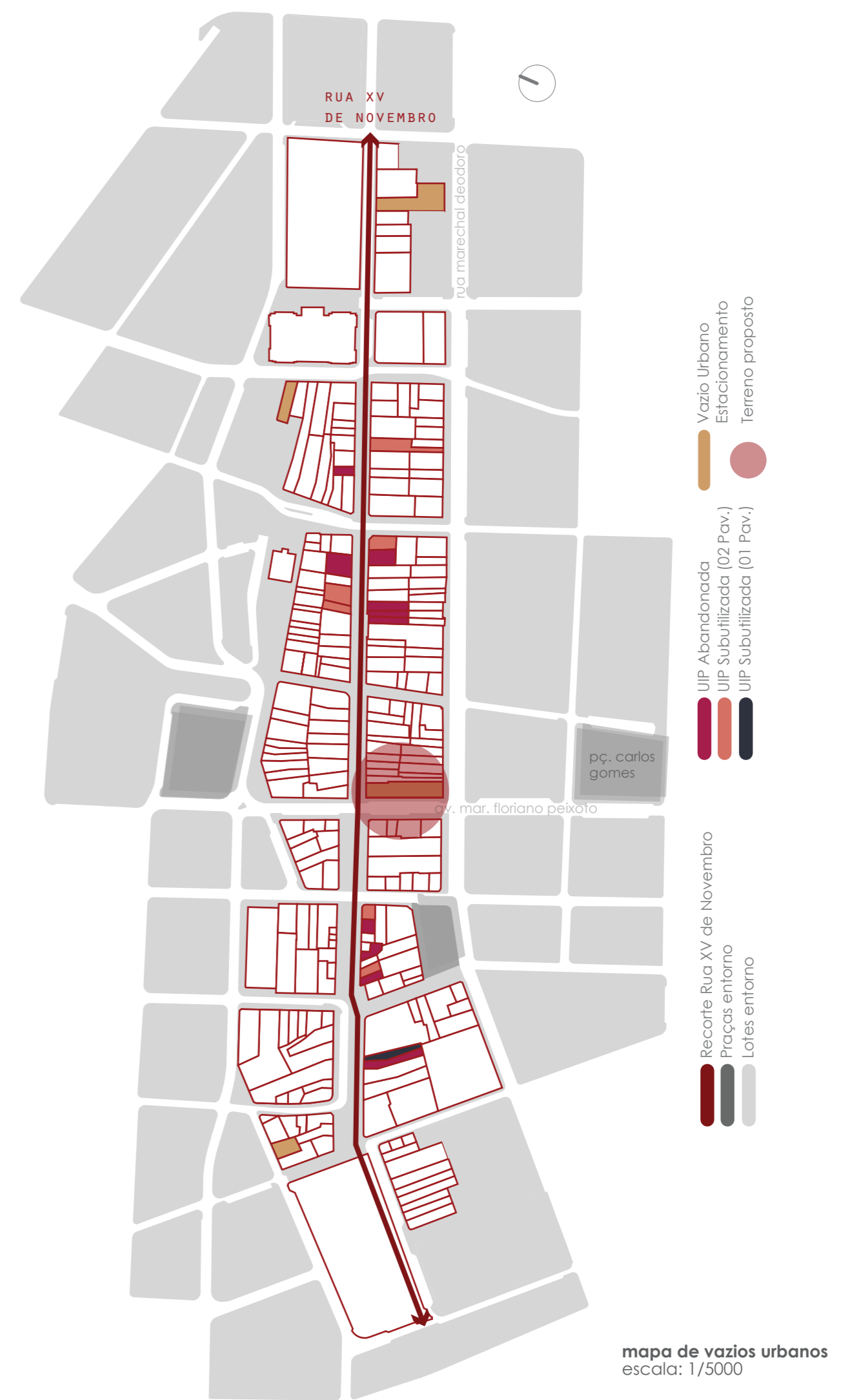
1. RUA XV DE NOVENBRO, EM CURITIBA/PR - LUGAR DE MEMÓRIAS, COMPOSTO POR UM EMARANHADO DE ÍCONES, SÍMBOLOS, IMAGENS E FRAGMENTOS VISUAIS QUE SIGNIFICAM E CONTAM A HISTÓRIA DA CAPITAL PARANAENSE

mapa iconográfico
escala: 1/3000



mapa uso e ocupação do solo
escala: 1/5000

2. PREDOMÍNIO DE PONTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS EM QUASE TODA A EXTENSÃO DO LOGRADOURO: CARÊNCIA DE ÁREAS DEDICADAS AO LAZER, CONTEMPLAÇÃO E VIVÊNCIA; PERDA DA VITALIDADE DA VIA A EXCEÇÃO DOS HORÁRIOS COMERCIAIS



mapa de vazios urbanos
escala: 1/5000

3. ESPAÇOS SUBUTILIZADOS PRÓXIMO AO CALÇADÃO CONTRIBUEM PARA A DETERIORAÇÃO DA PAISAGEM LOCAL E O AUMENTO DE VAZIOS URBANOS NO CENTRO DA CIDADE

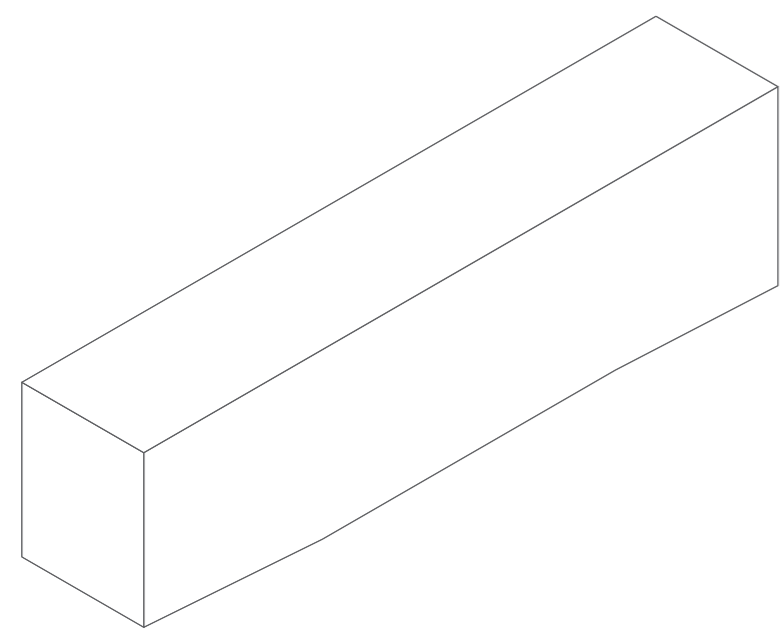
hipótese

A INSERÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO CULTURAL QUE FUNCIONE COMO palco de leitura da Rua XV de Novembro PODE CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CURITIBANA, RESGATAR O OLHAR PARA O ESPAÇO URBANO E INCENTIVAR O CONHECIMENTO ACERCA DA CULTURA LOCAL.

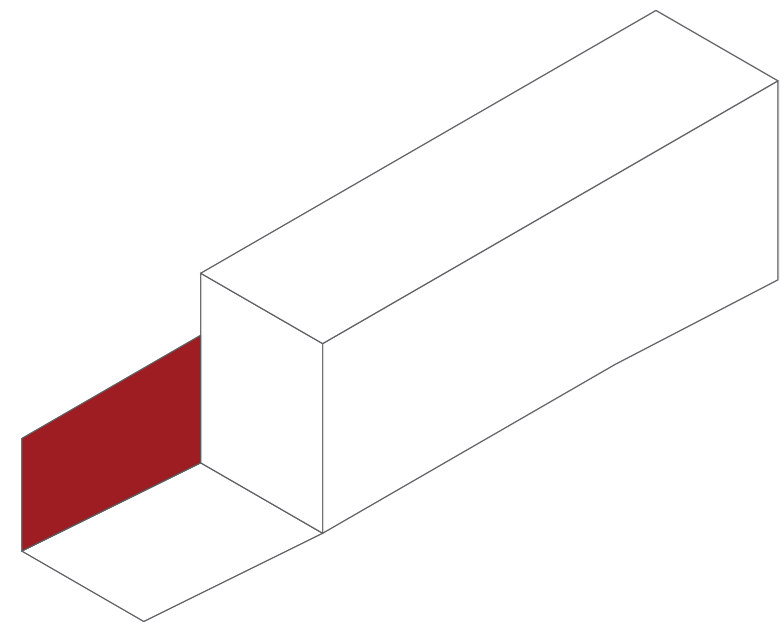
AS FONTES DAS IMAGENS PODEM SER CONSULTADAS NA MONOGRAFIA DESTA TRABALHO

DESENVOLVER O PROJETO ARQUITETÔNICO DE UM OBSERVATÓRIO CULTURAL, OU MELHOR, UM edifício torre dedicado às **memórias visuais da Rua XV de Novembro** QUE, POR MEIO DE ELEMENTOS QUE FIZERAM OU FAZEM PARTE DESTA LOGRADOURO, OCULTOS OU ESCRACHADOS, POSSAM PROMOVER A REAPROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DO LUGAR, CRIAR RELAÇÕES COGNITIVAS COM O ESPAÇO URBANO E INCENTIVAR A VITALIDADE DA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA/PR PARA ALÉM DO HORÁRIO COMERCIAL.

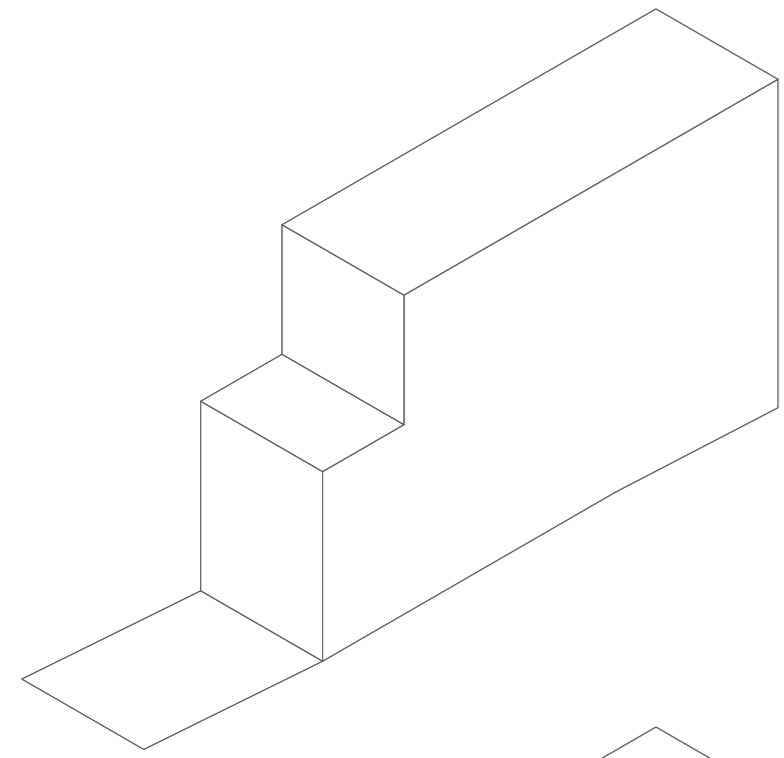
proposta



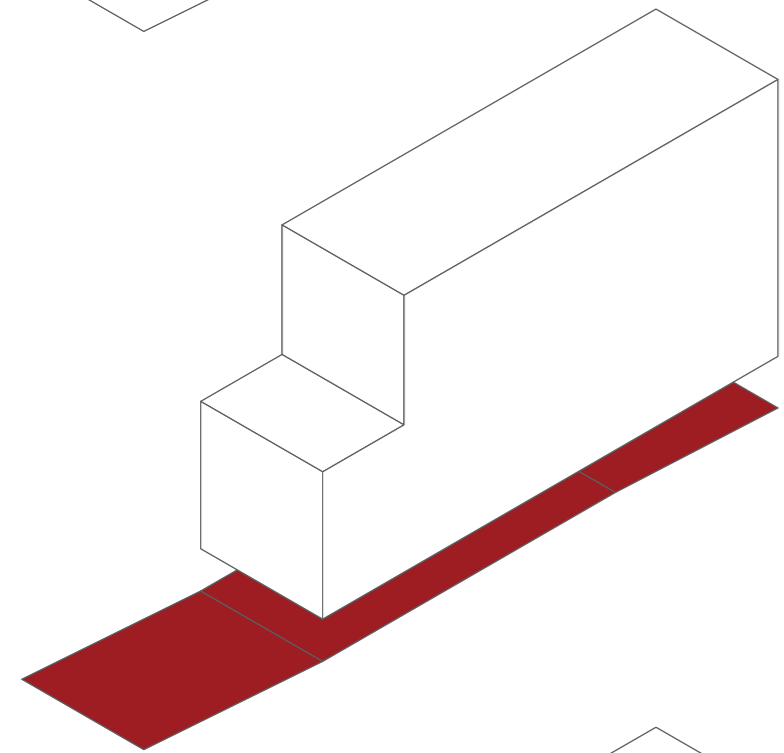
1. OCUPAÇÃO RETANGULAR INDUZIDA PELA FORMA ALONGADA DO TERRENO



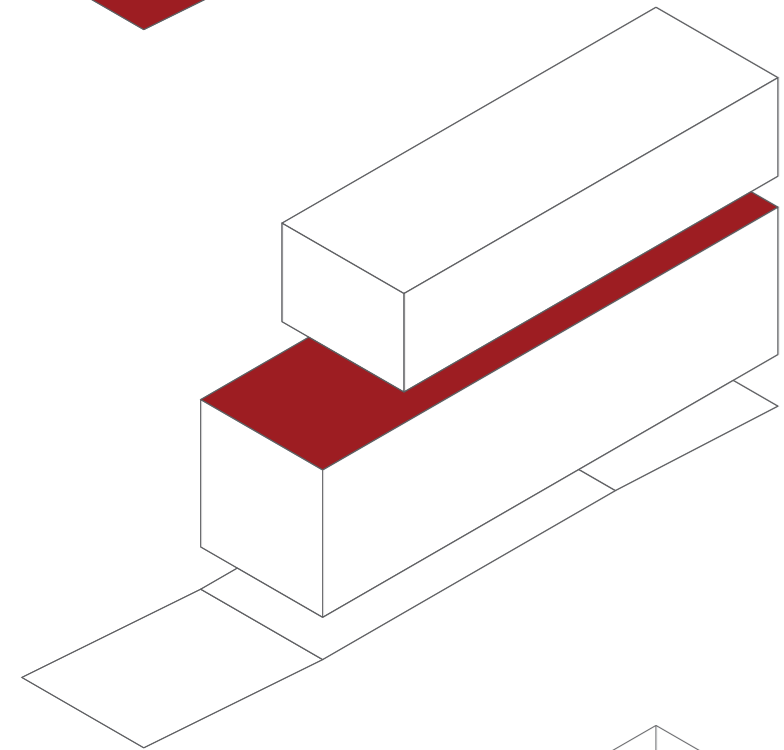
2. DESTAQUE PARA O PAINEL PRÉ-EXISTENTE



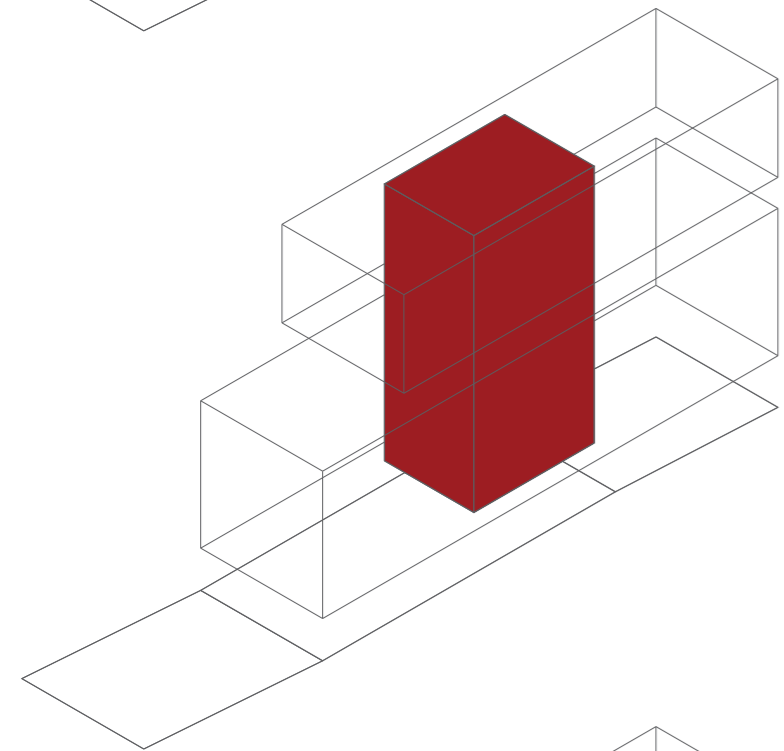
3. IMPLANTAÇÃO INSERIDA EM DOIS ZONEAMENTOS DISTINTOS: DIFERENTES ALTURAS



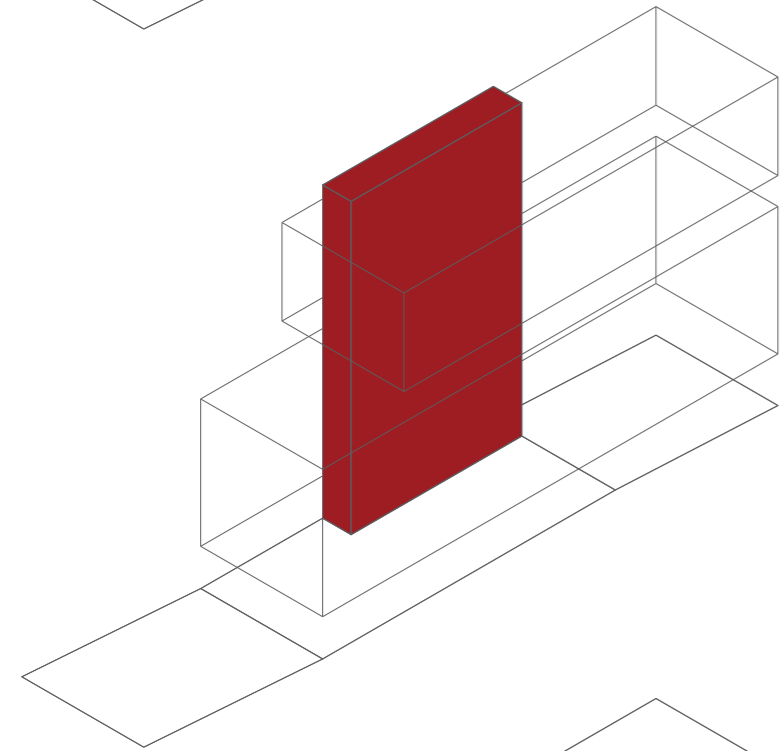
4. TÉRREO LIVRE E TRANSFORMADO EM PRAÇA DE CONVÍVIO



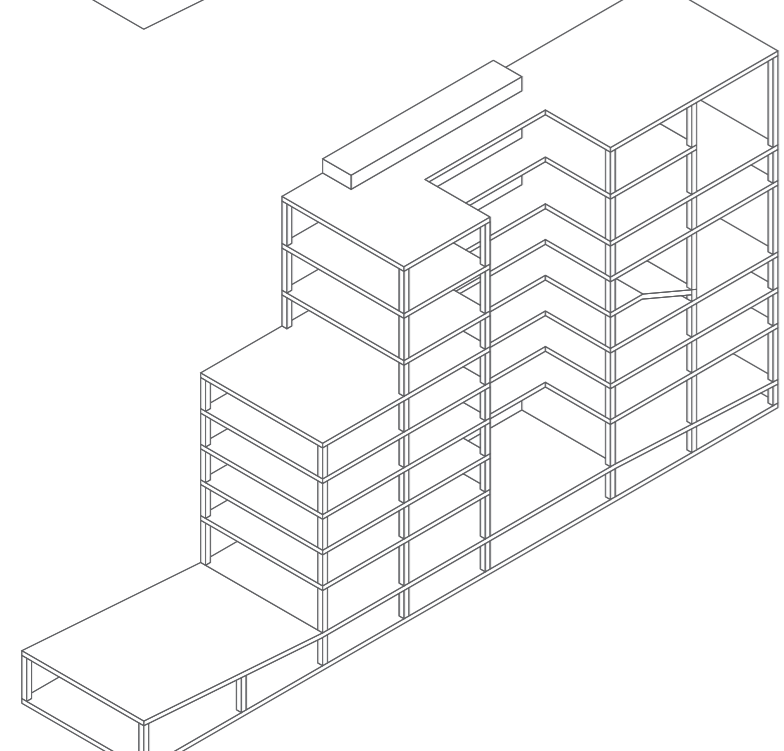
5. TERRAÇO ELEVADO: RELEITURA DAS SACADAS DO CASÁRIO ECLÉTICO



6. CONTINUIDADE VISUAL ENTRE AS ATIVIDADES QUE SE DESENVOLVEM VERTICALMENTE NA EDIFICAÇÃO



7. CONCENTRAÇÃO DOS ELEVADORES, ESCADA DE EMERGÊNCIA E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS EM UM ÚNICO NÚCLEO SERVIDOR

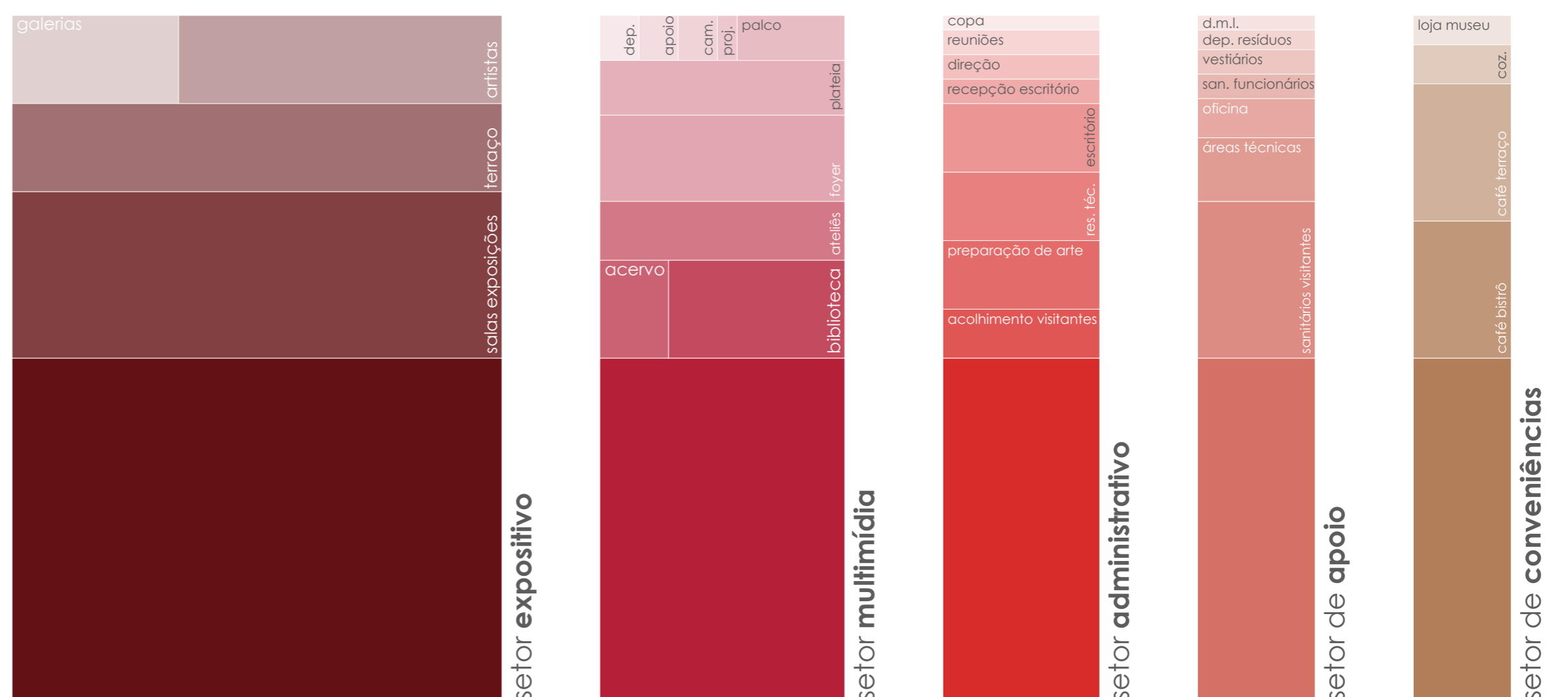


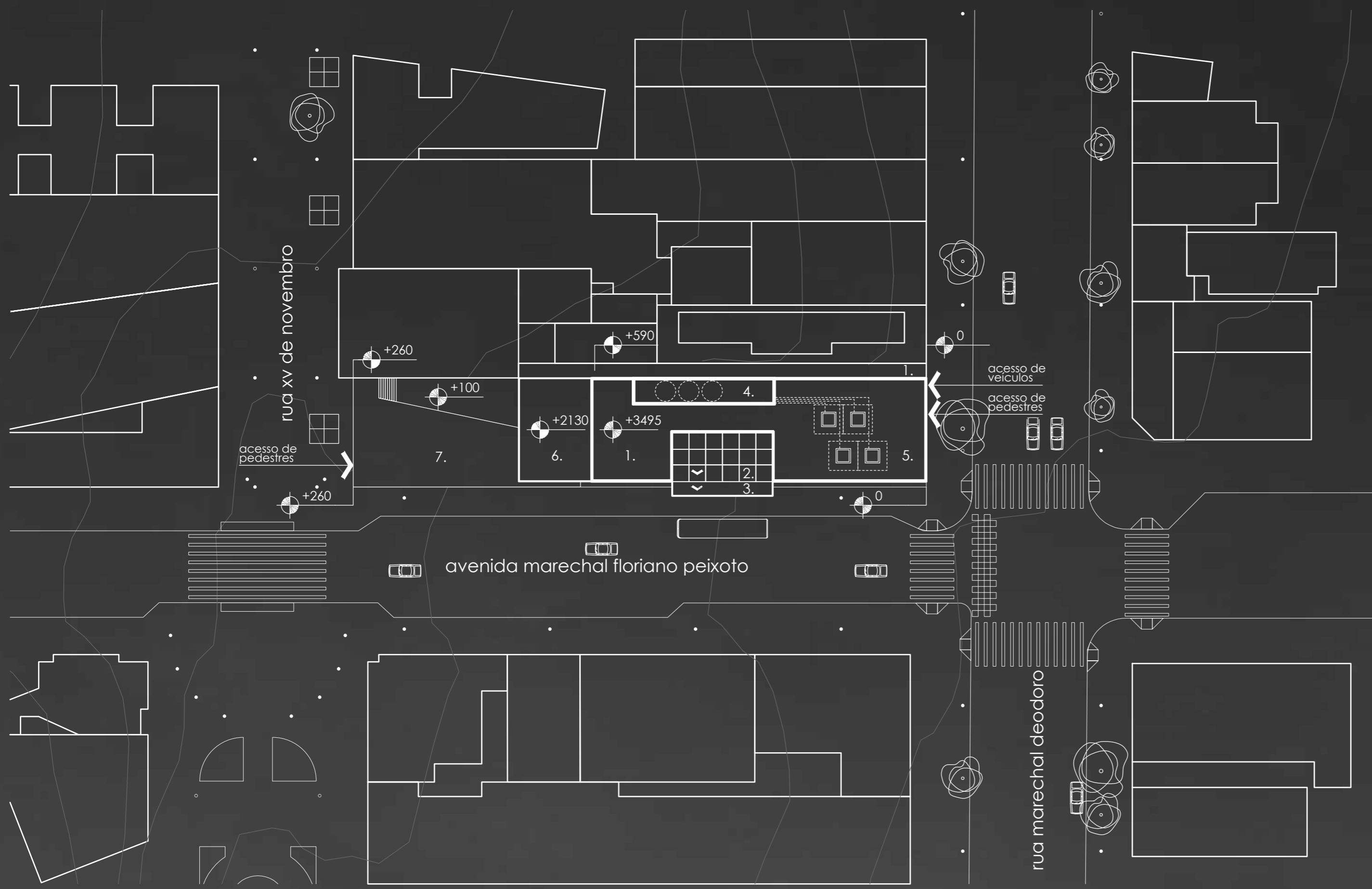
8. ESTRUTURA RACIONALIZADA E DE EXECUÇÃO SIMPLES - PILARES DE CONCRETO ARMADO E LAJES NERVURADAS PROTENDIDAS

EXPERIÊNCIA



A RUA XV COMO NARRATIVA E EXPERIÊNCIA



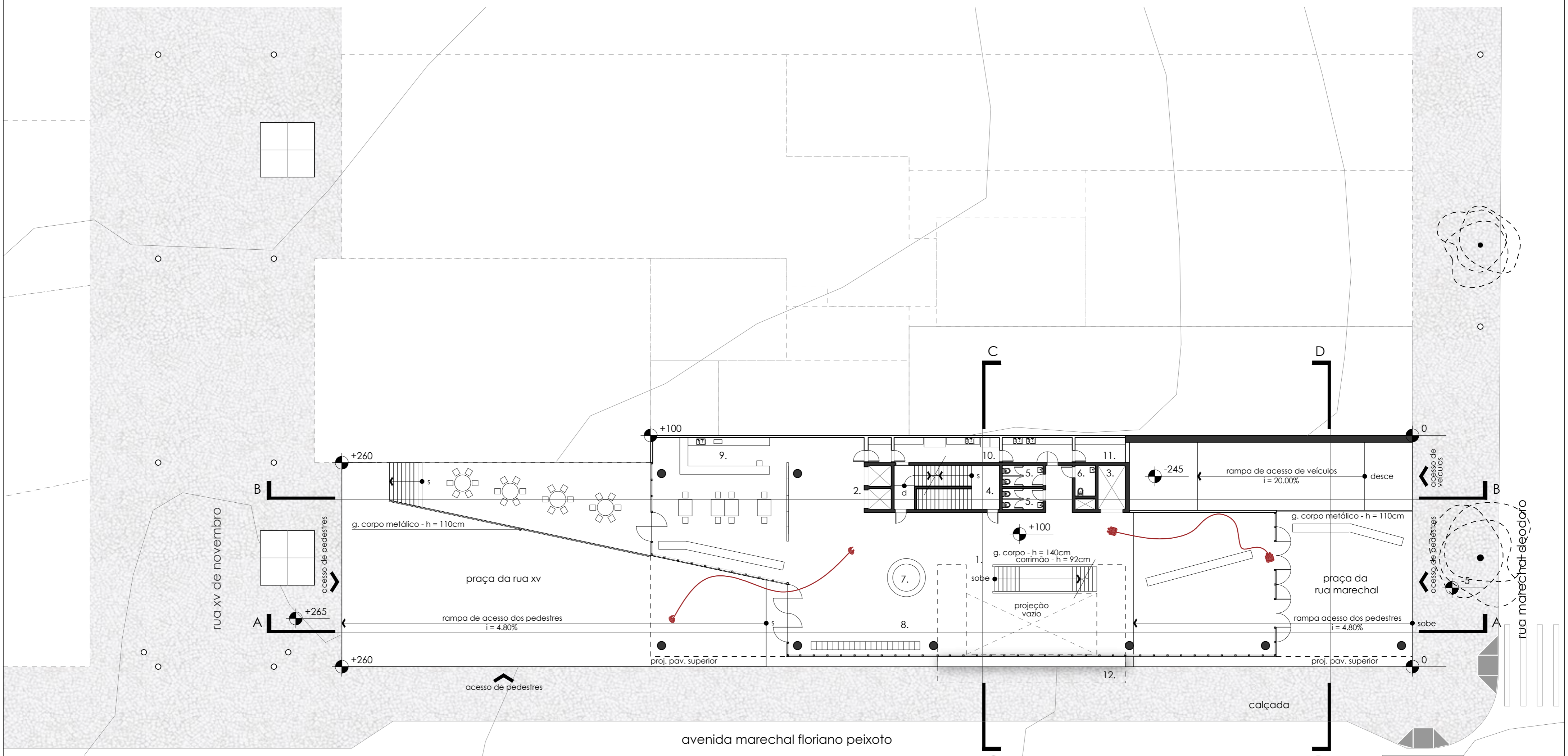


☉ cobertura e implantação
escala 1/500

1. laje impermeabilizada - i = 5%
2. cob. em vidro laminado insulado - i = 1%
3. cobertura metálica - i = 1%
4. projeção caixas d'água
5. ar condicionado - unidades condensadoras
6. terraço descoberto em pelit-pavé
7. praça da rua xv em pelit-pavé



VISTA ENTRE A RUA XV E A AV. MARECHAL FLORIANO



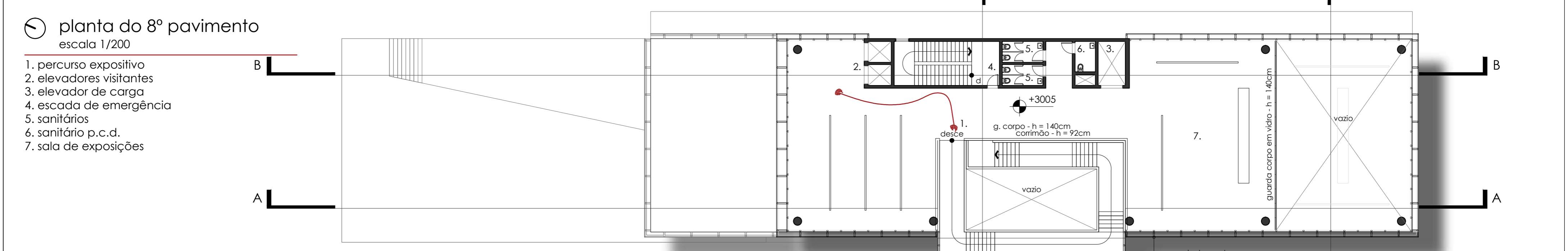
planta do térreo
escala 1/200

- 1. percurso expositivo
- 2. elevadores visitantes
- 3. elevador de carga
- 4. escada de emergência
- 5. sanitários
- 6. sanitário p.c.d.
- 7. acolhimento e recepção
- 8. guarda-volumes
- 9. café bistrô
- 10. cozinha
- 11. depósito
- 12. pontos de ônibus

PROMENADE ARCHTECTURALE: PERCURSO EXPOSITIVO DESCENDENTE, FEITO DE CIMA PARA BAIXO

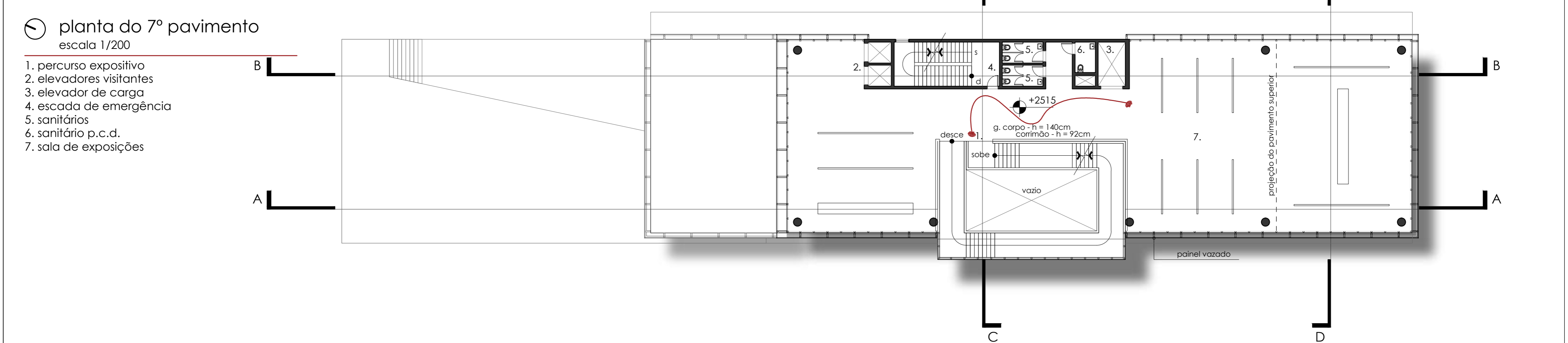
EXPERIÊNCIA

NARRATIVA



planta do 8º pavimento
escala 1/200

- 1. percurso expositivo
- 2. elevadores visitantes
- 3. elevador de carga
- 4. escada de emergência
- 5. sanitários
- 6. sanitário p.c.d.
- 7. sala de exposições

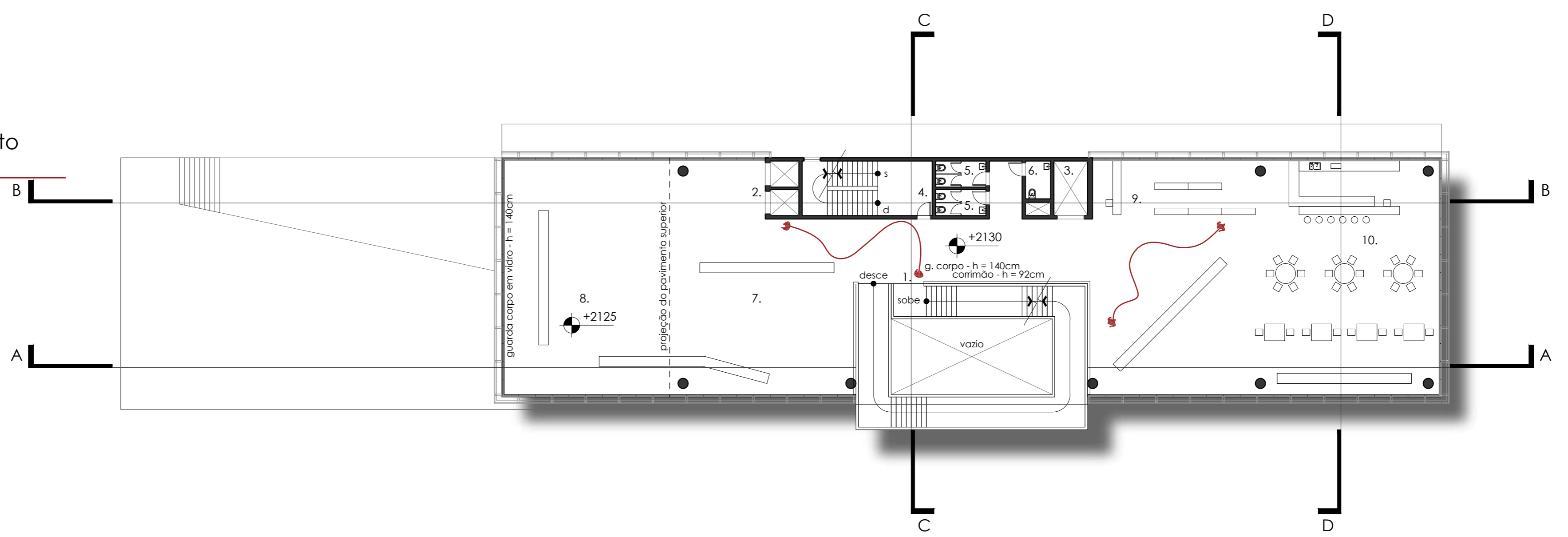


planta do 7º pavimento
escala 1/200

- 1. percurso expositivo
- 2. elevadores visitantes
- 3. elevador de carga
- 4. escada de emergência
- 5. sanitários
- 6. sanitário p.c.d.
- 7. sala de exposições

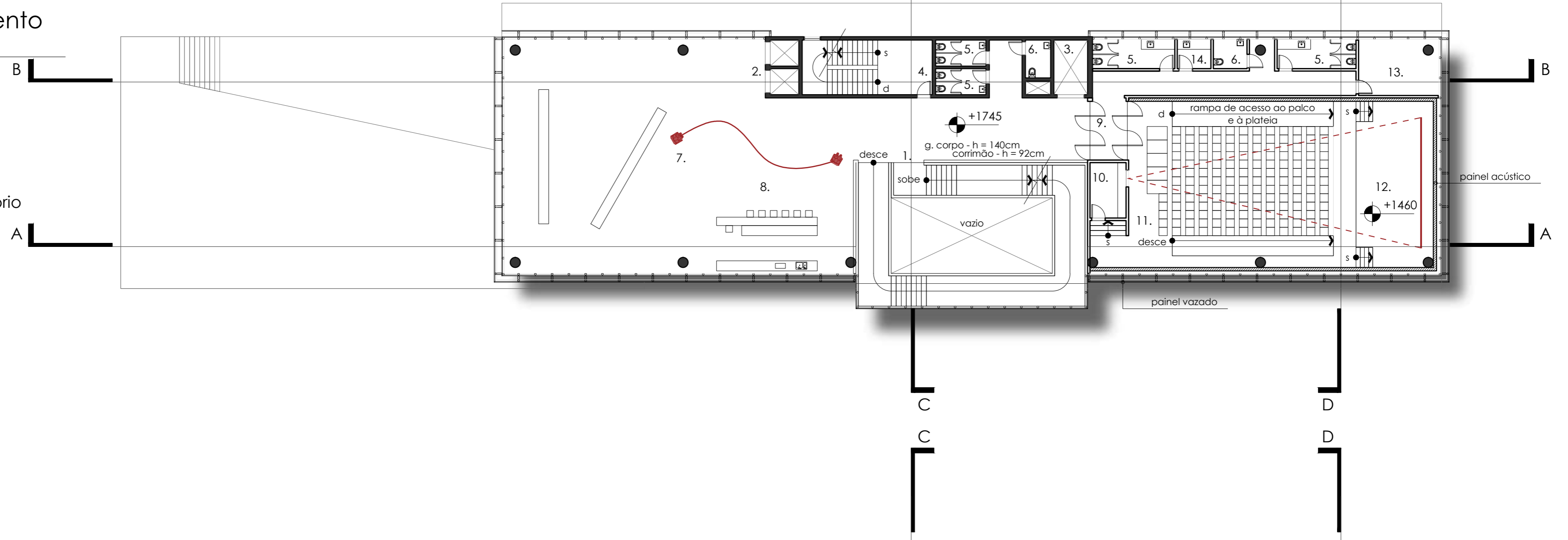
planta do 6º pavimento
escala 1/200

1. percurso expositivo
2. elevadores visitantes
3. elevador de carga
4. escada de emergência
5. sanitários
6. sanitário p.c.d.
7. terraço
8. terraço descoberto
9. loja do observatório
10. café



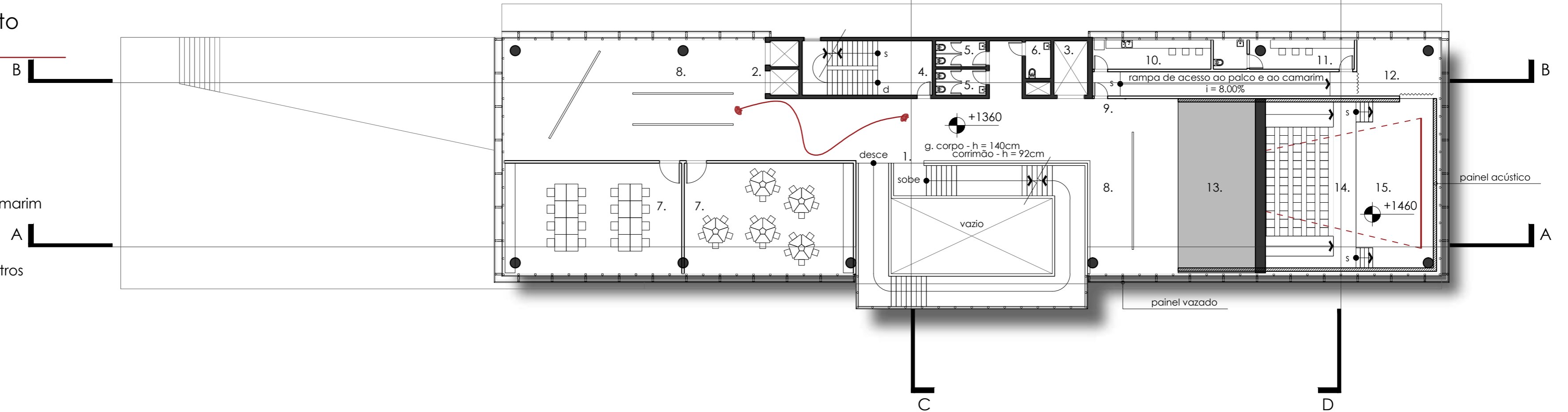
planta do 5º pavimento
escala 1/200

1. percurso expositivo
2. elevadores visitantes
3. elevador de carga
4. escada de emergência
5. sanitários
6. sanitário p.c.d.
7. foyer do auditório
8. bar
9. antecâmara - acesso ao auditório
10. sala de projeções
11. plateia - 166 lugares
12. palco
13. depósito
14. fraldário



planta do 4º pavimento
escala 1/200

1. percurso expositivo
2. elevadores visitantes
3. elevador de carga
4. escada de emergência
5. sanitários
6. sanitário p.c.d.
7. ateliês - salas de aula
8. galeria de arte - exposições ateliês
9. antecâmara - acesso ao palco e camarim
10. sala funcionários
11. camarim
12. apoio ao palco
13. sem uso - altura menor que 2.00 metros
14. plateia - 166 lugares
15. palco



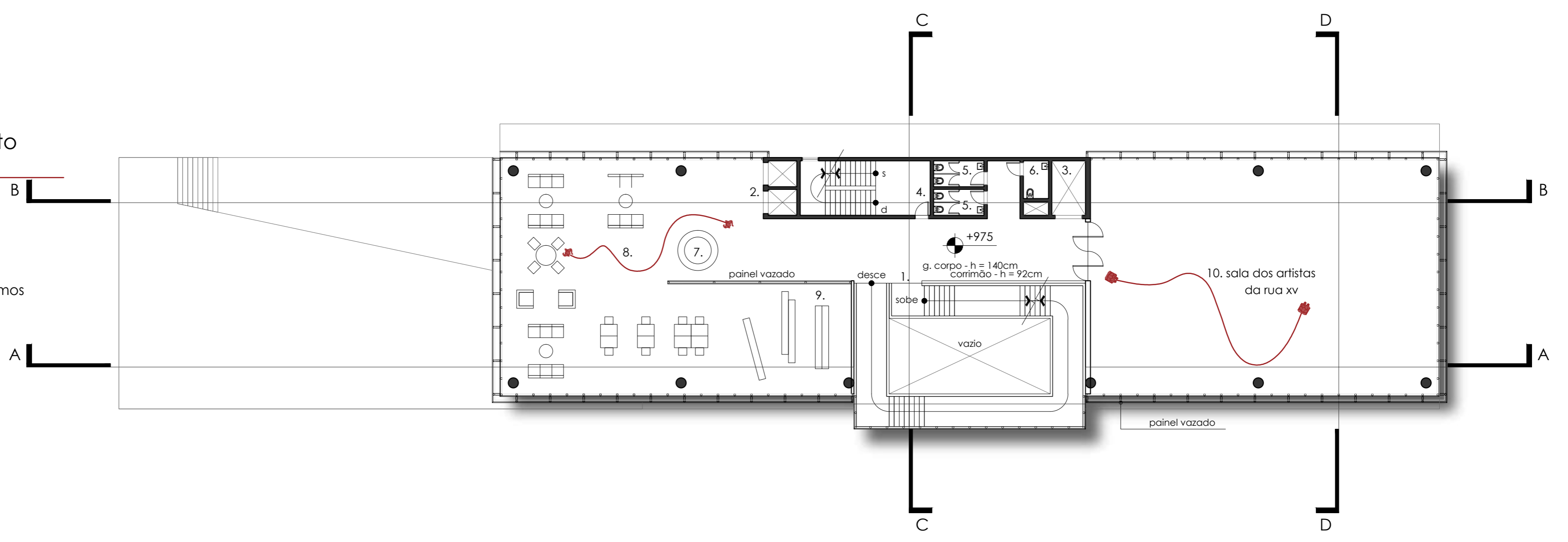
corte aa
escala 1/200

1. percurso expositivo
2. sala de exposições
3. terraço
4. terraço descoberto
5. loja do observatório
6. café
7. foyer auditório
8. sala de projeções
9. plateia - 166 lugares
10. palco
11. ateliês - salas de aula
12. galeria de arte - exposições ateliês
13. sala de leitura - biblioteca
14. consulta ao acervo
15. sala dos artistas da rua xv
16. escritório
17. sala de reuniões
18. sala de preparação de arte
19. reserva técnica
20. recepção
21. estacionamento



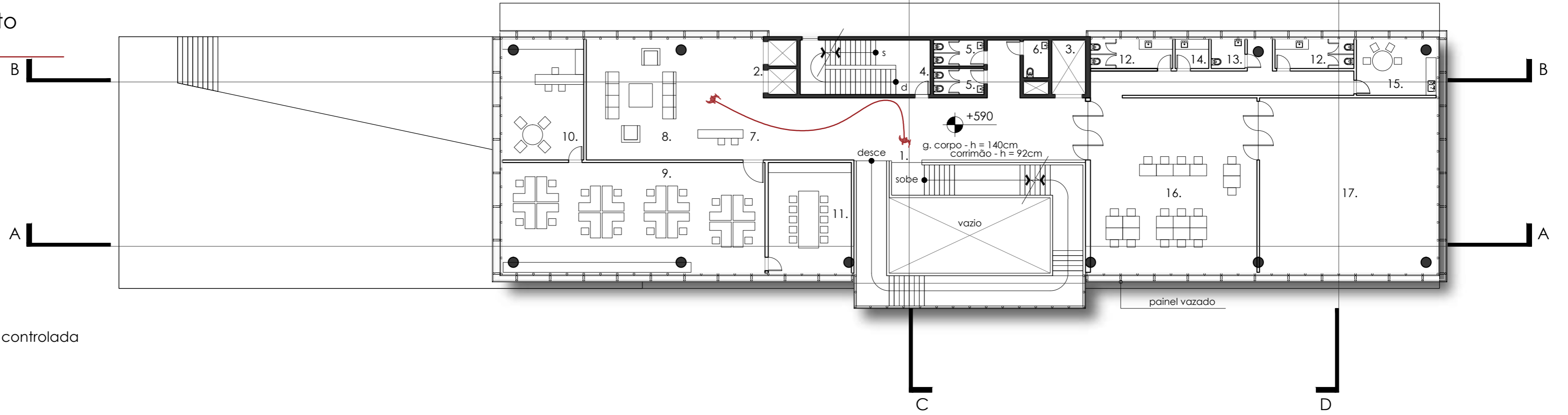
planta do 3º pavimento
escala 1/200

1. percurso expositivo
2. elevadores visitantes
3. elevador de carga
4. escada de emergência
5. sanitários
6. sanitário p.c.d.
7. recepção biblioteca - inf. e empréstimos
8. sala de leitura
9. consulta ao acervo
10. sala dos artistas - performances



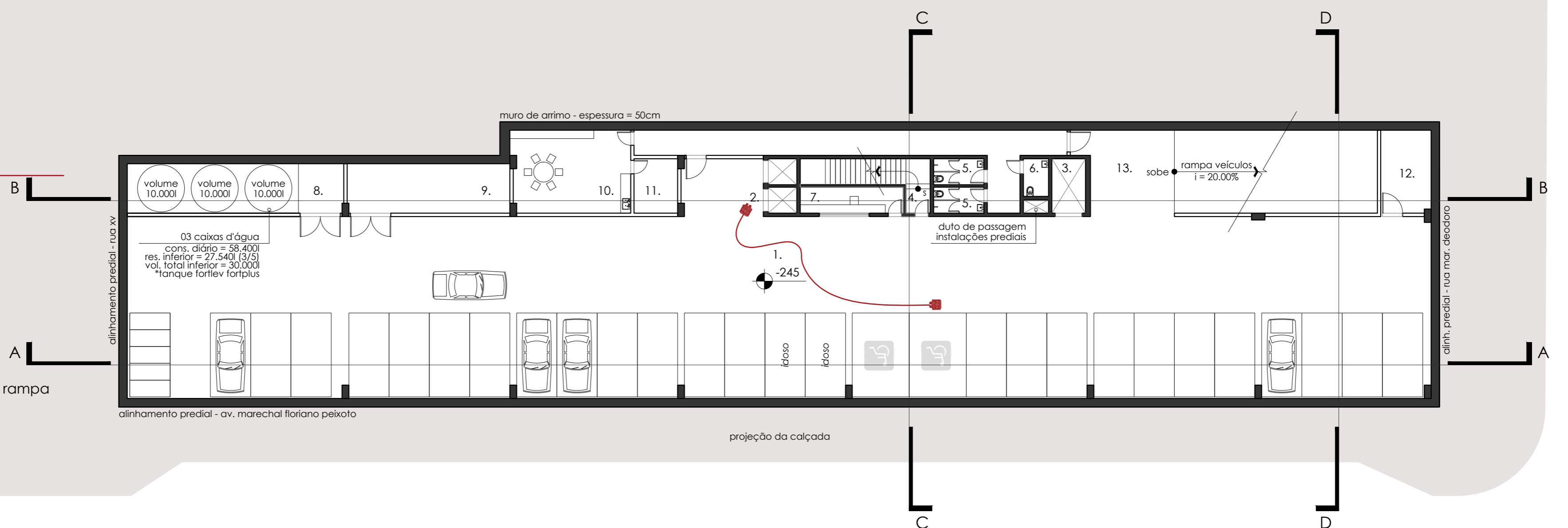
planta do 2º pavimento
escala 1/200

1. percurso expositivo
2. elevadores visitantes
3. elevador de carga
4. escada de emergência
5. sanitários
6. sanitário p.c.d.
7. recepção da administração
8. espera
9. escritório
10. direção
11. sala de reuniões
12. sanitários funcionários
13. sanitário p.c.d. funcionários
14. depósito
15. copa
16. sala de preparação de arte
17. reserva técnica - sala climatizada e controlada



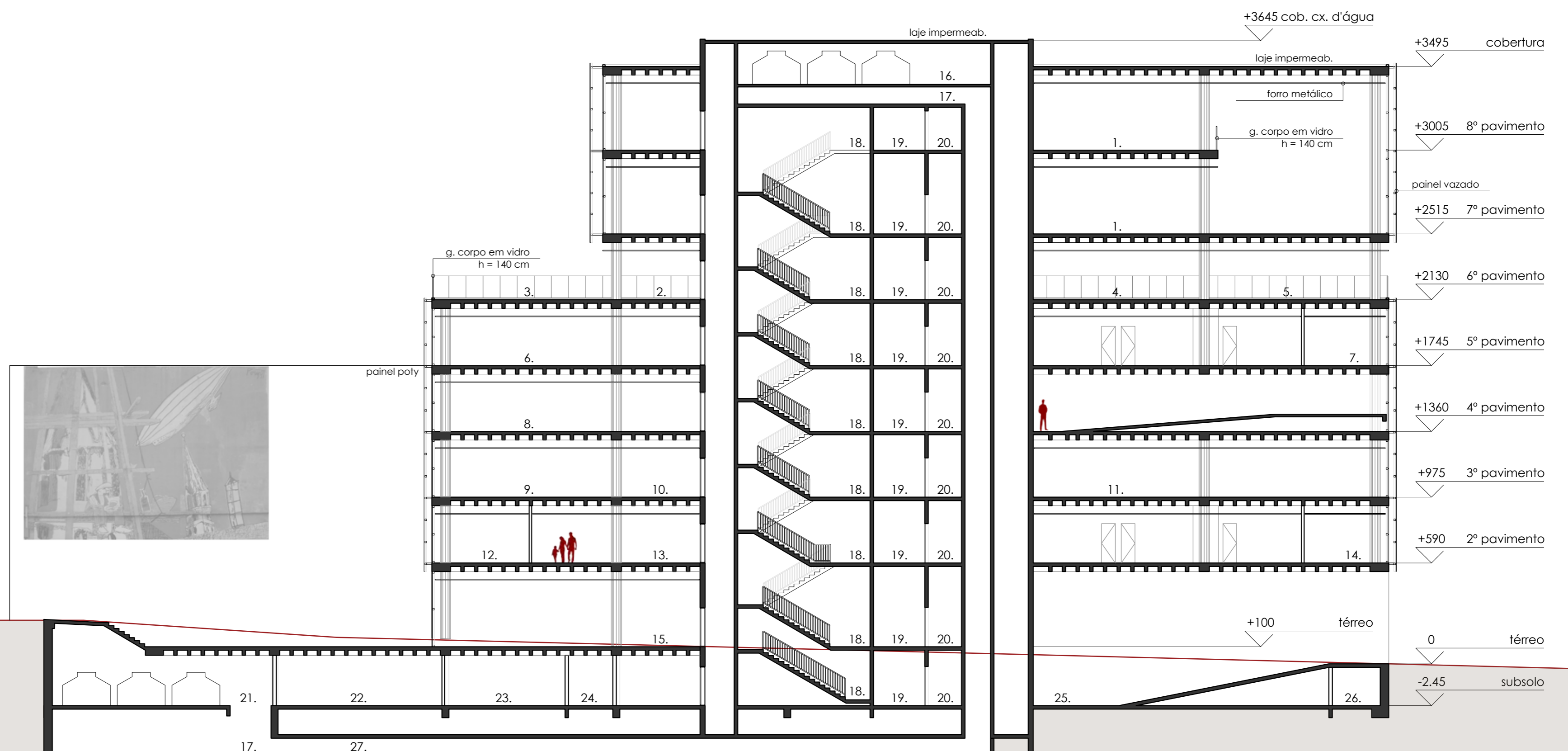
planta do subsolo
escala 1/200

1. estacionamento - 33 vagas
2. elevadores
3. elevador de carga
4. escada de emergência
5. vestiários funcionários
6. sanitário p.c.d.
7. sala de controle e segurança
8. cisterna e casa de bombas
9. sala do gerador
10. sala dos funcionários
11. depósito
12. depósito de resíduos
13. carga e descarga - parada sobre a rampa



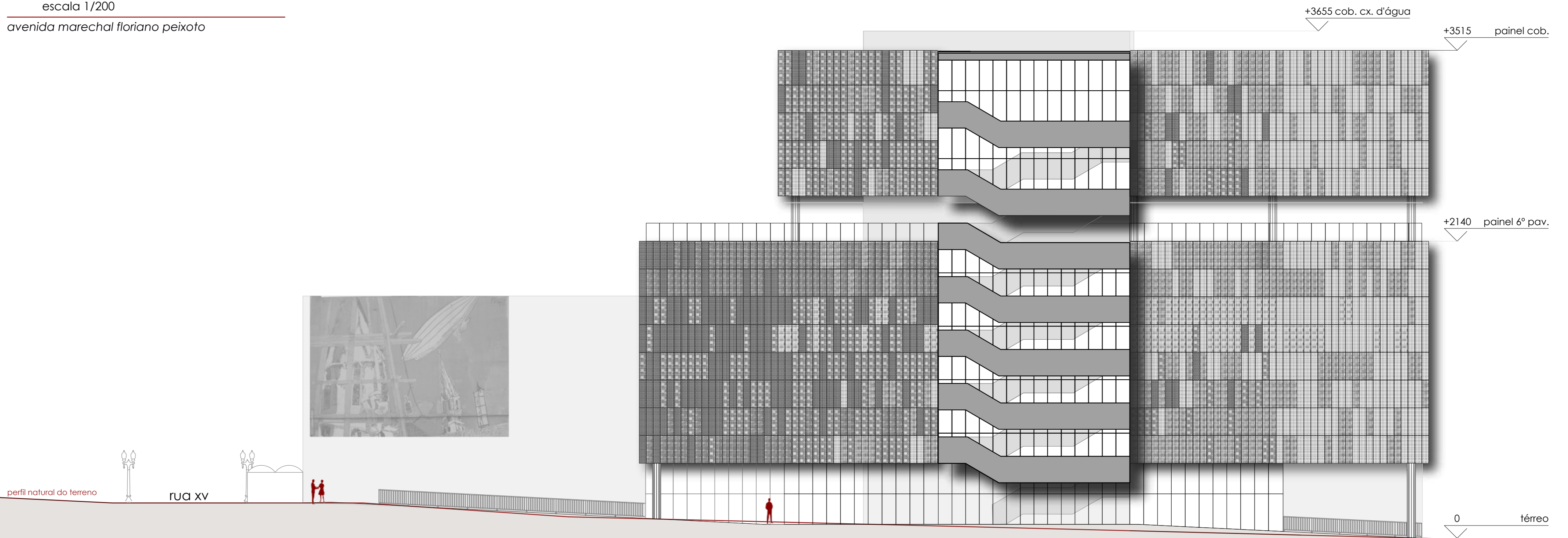
cutte bb
escala 1/200

1. sala de exposições
- terraço
- terraço descoberto
- loja do observatório
- café
- foyer do auditório
- depósito
- galeria de arte - exposições ateliês
- sala de leitura
- recepção biblioteca
- sala dos artistas da rua xv
- direção
- recepção da administração
- copa
- café bistrô
- caixa d'água
- barilete
- escada de emergência
- sanitários
- circulação
- cisterna e casa de bombas
- sala do gerador
- sala dos funcionários
- depósito
- carga e descarga
- depósito de resíduos
- loje técnica sanitária



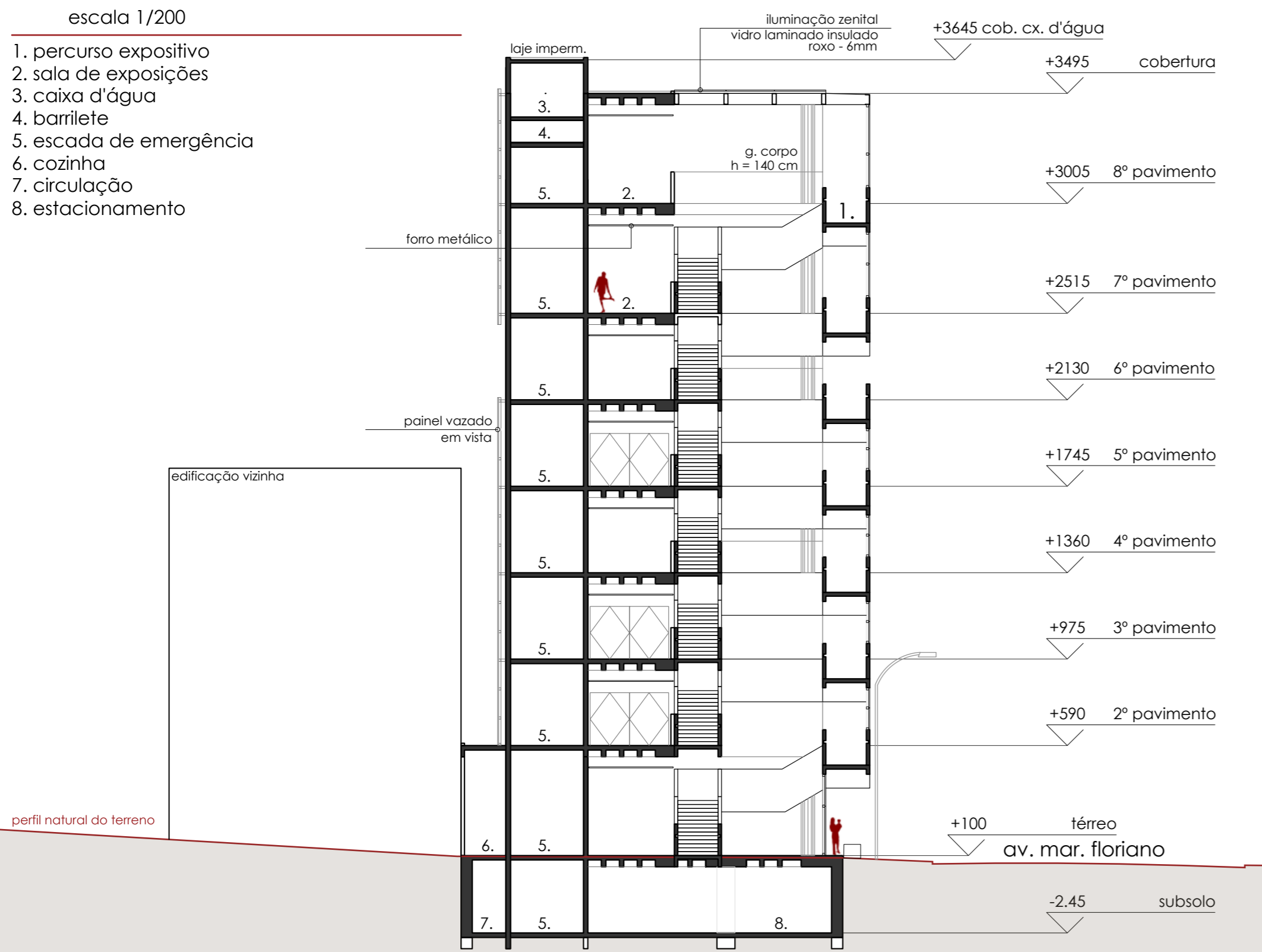
vista frontal
escala 1/200

avenida marechal floriano peixoto



corte cc
escala 1/200

1. percurso expositivo
2. sala de exposições
3. caixa d'água
4. barilete
5. escada de emergência
6. cozinha
7. circulação
8. estacionamento



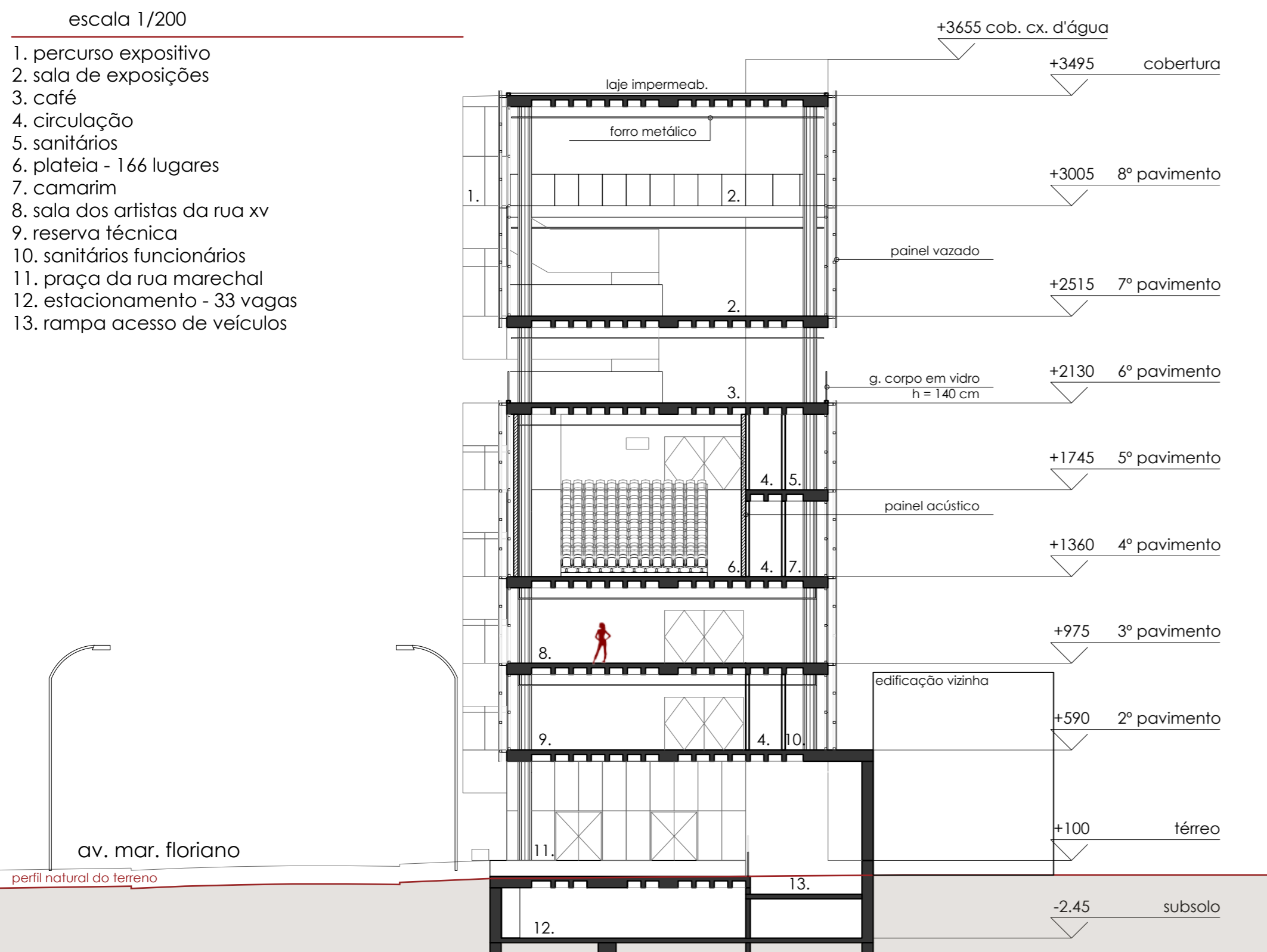
vista lateral esquerda
escala 1/200

rua xv de novembro



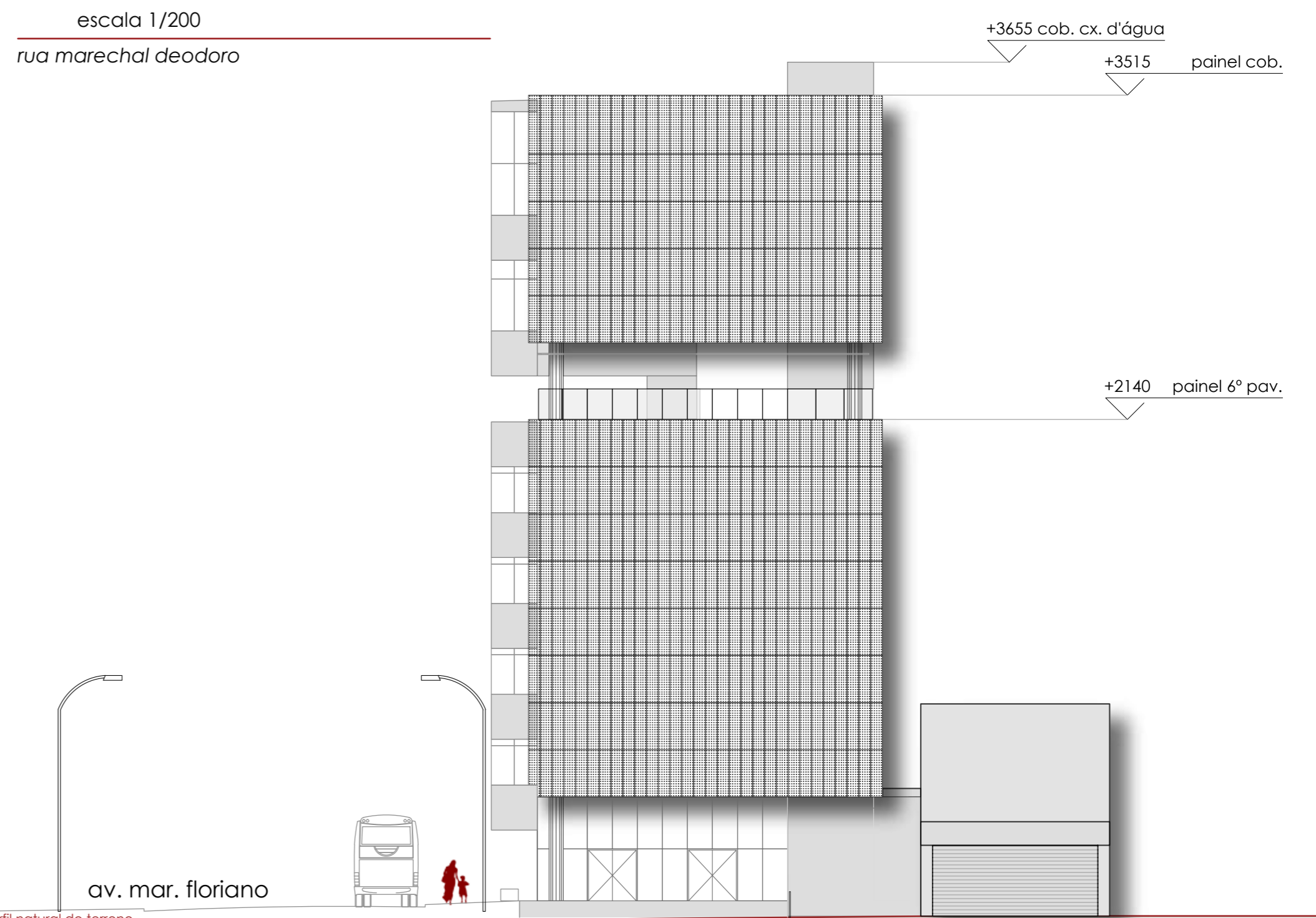
corte dd
escala 1/200

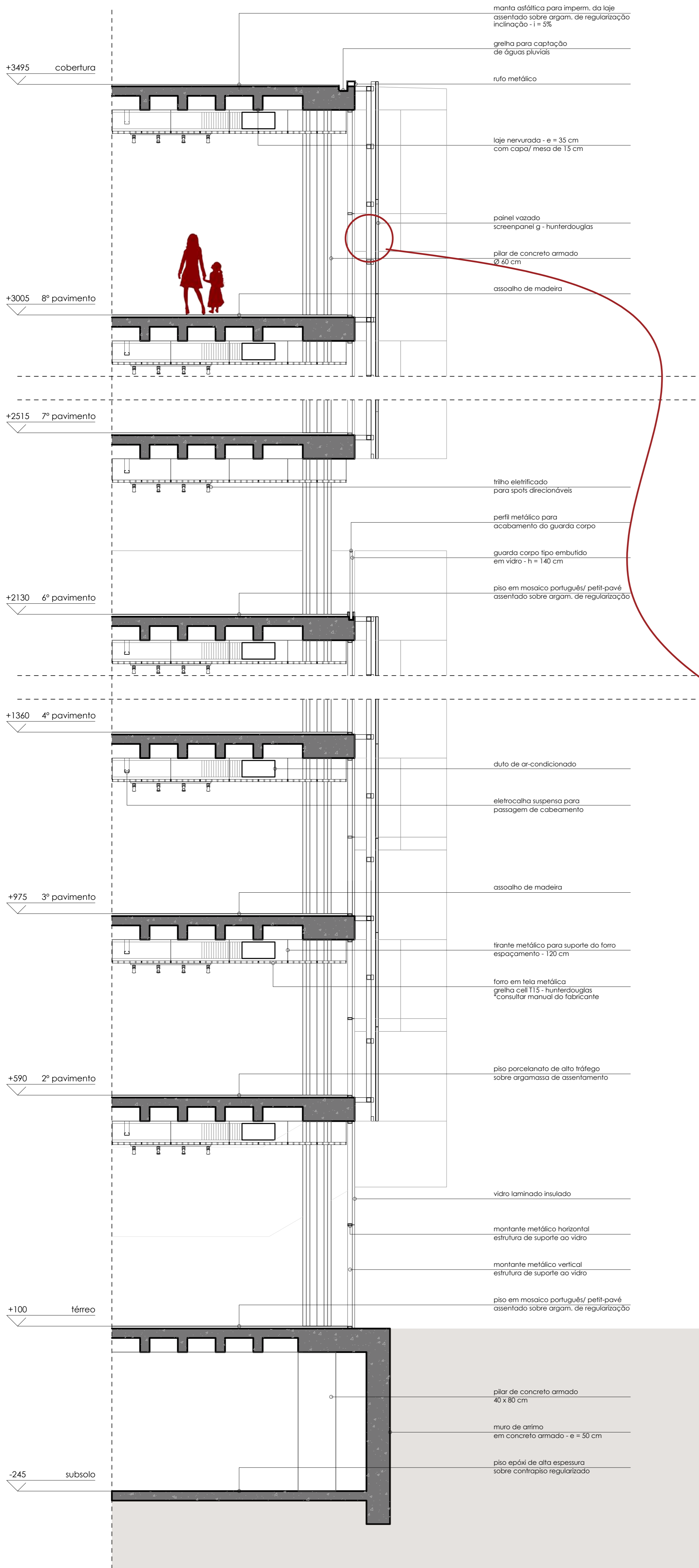
1. percurso expositivo
2. sala de exposições
3. café
4. circulação
5. sanitários
6. plateia - 166 lugares
7. camarim
8. sala dos artistas da rua xv
9. reserva técnica
10. sanitários funcionários
11. praça da rua marechal
12. estacionamento - 33 vagas
13. rampa acesso de veículos



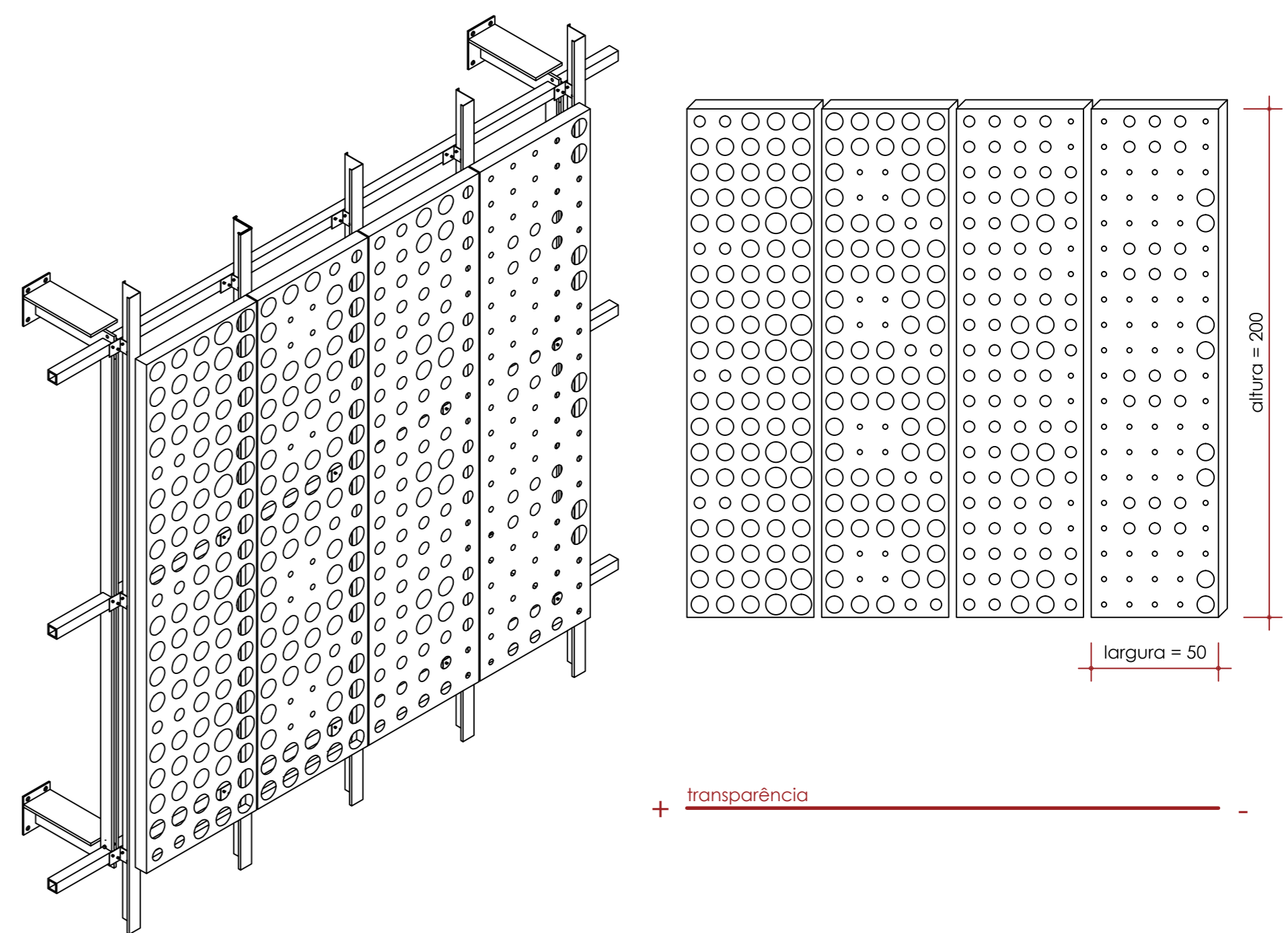
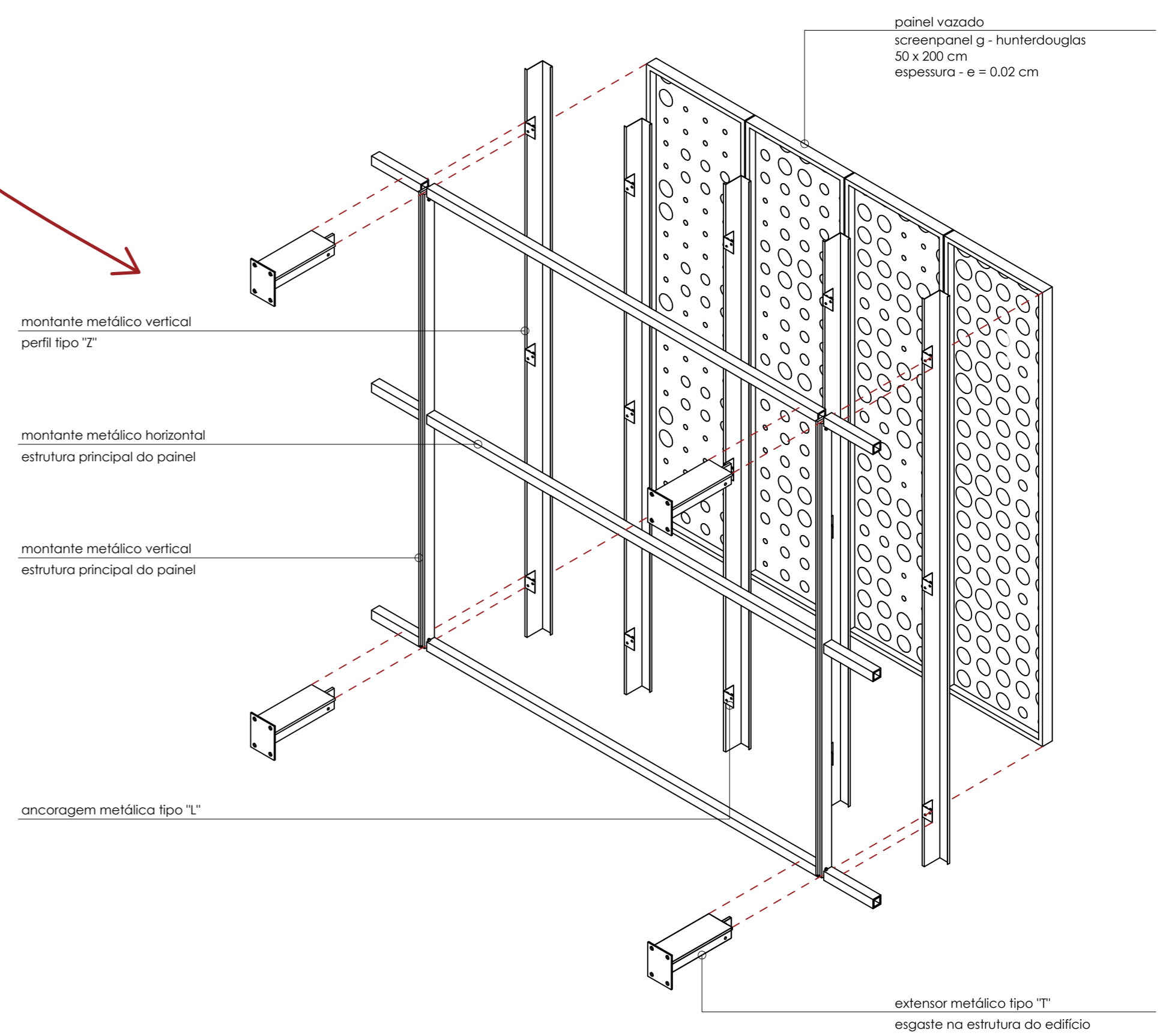
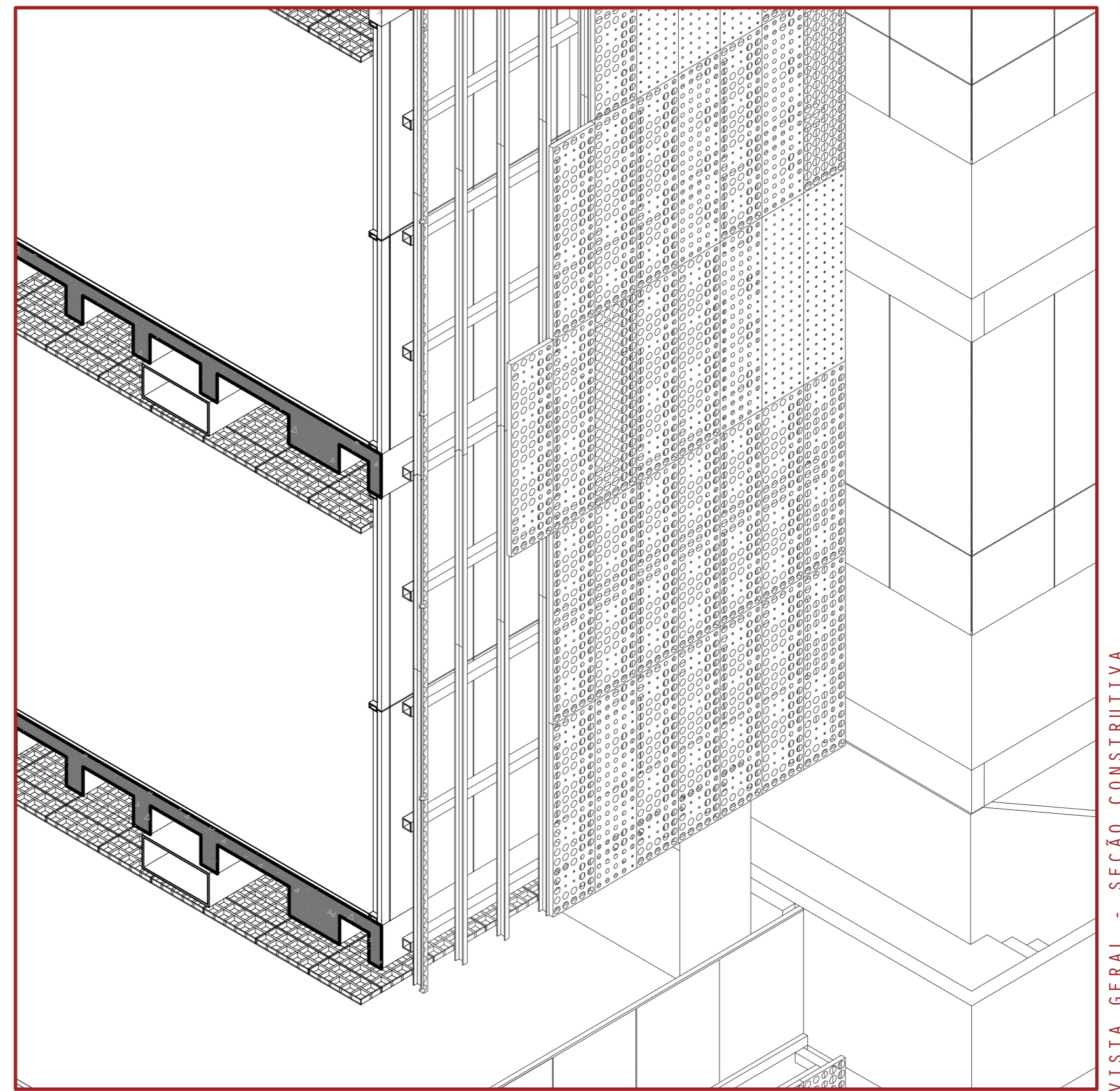
vista lateral direita
escala 1/200

rua marechal deodoro





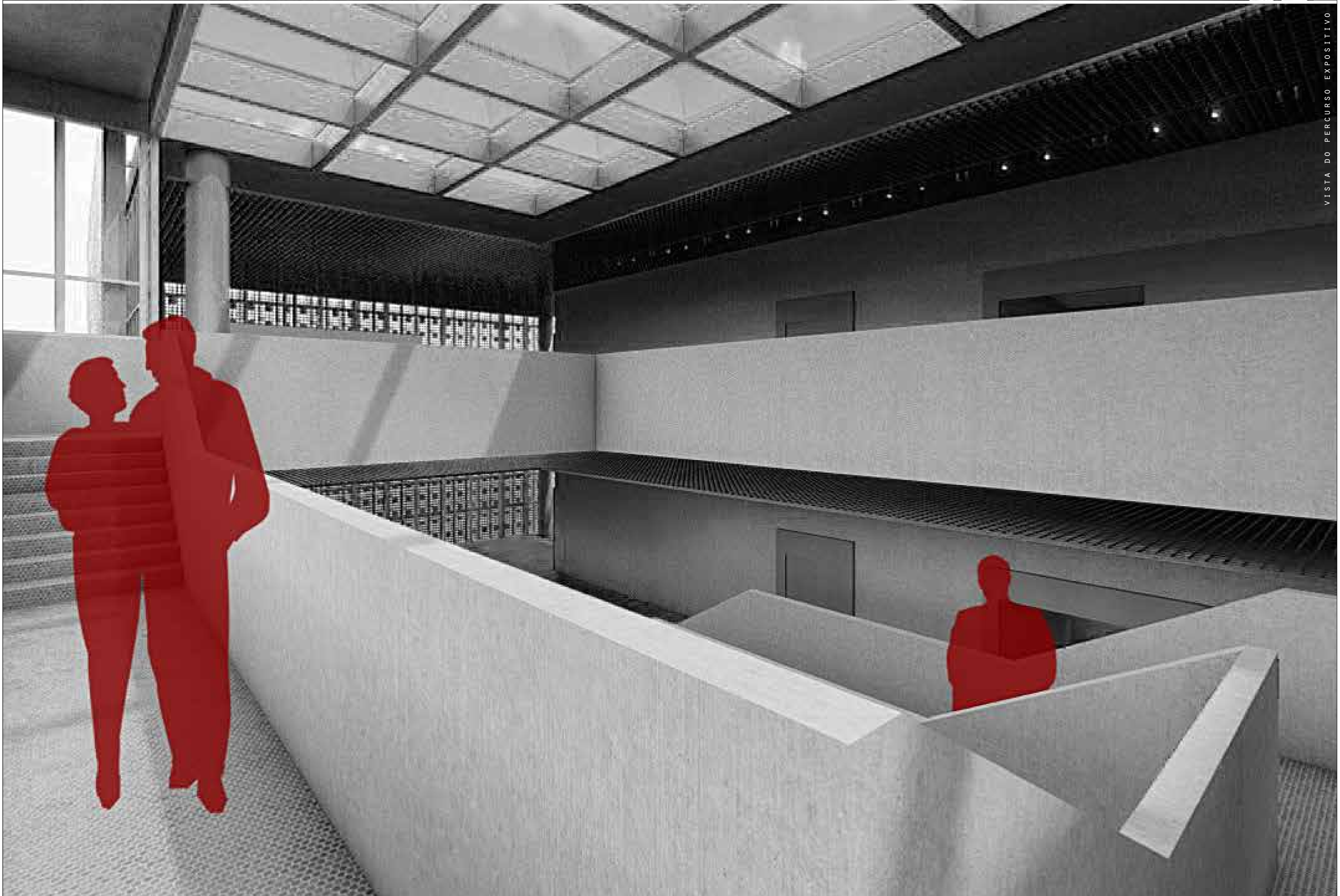
seção construtiva
corte setorial do observatório
escala: 1/50



detalhe do painel vazado
vista geral
escala: 1/20



VISTA DA SALA DE EXPOSIÇÕES



VISTA DO PERCURSO EXPOSITIVO

"AS RUAS E SUAS CALÇADAS, PRINCIPAIS LOCAIS PÚBLICOS DE UMA CIDADE, SÃO SEUS ÓRGÃOS MAIS VITAIS. AO PENSAR NUMA CIDADE, O QUE LHE VEM À CABEÇA? SUAS RUAS. SE AS RUAS DE UMA CIDADE PARECEREM INTERESSANTES, A CIDADE PARECERÁ INTERESSANTE; SE ELAS PARECEM MONÓTONAS, A CIDADE PARECERÁ MONÓTONA".
(JANE JACOBS, 2011)



VISTA DA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO